

SANDRA RUBEN DOS ANJOS FERREIRA

**PARANÁ: CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DAS
TRANSFORMAÇÕES NOS PERÍODOS RECENTES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Professor Doutor: Igor Zanoni C. Carneiro Leão

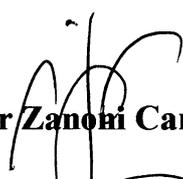
CURITIBA

1999

Sandra Ruben dos Anjos Ferreira

**Paraná: considerações a propósito das transformações
nos períodos recentes**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Curso de
Pós-Graduação em Economia, Mestrado em
Desenvolvimento Econômico da Universidade
Federal do Paraná, pela Comissão formada
pelos professores:


Prof. Dr. Igor Zanoni Carneiro Leão


Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni


Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolin

Curitiba, 22 de novembro de 1999.

*A Deus, que em sua infinita misericórdia permitiu
que este trabalho fosse realizado.*

*Aos meus pais, que mais acreditaram
na conclusão desta fase.*

AGRADECIMENTOS

O movimento que nos impulsiona a concretizar projetos de vida acaba por nos colocar em lugares especiais, ao lado de pessoas especiais:

A Igor, pessoa rara, pela orientação e por me conceder o privilégio de sua amizade.

Aos professores do Mestrado, Cassio, Ramon, Aldair, Divonzir, Cipolla, Gabriel e Carmo.

A Demian Castro, pela co-orientação e incentivo.

A Cristina, pelo apoio para a conclusão deste trabalho.

A Izabel, pela competência, paciência e carinho na organização e editoração do texto.

A Luci (UFPR), Luciléia, Nestor e Edmundo, que me auxiliaram na preparação dos originais.

A Maristela e Renato, pelo incentivo e confiança na realização deste trabalho.

A minha família e a todos os amigos, porque, às vezes, um simples olhar solidário nos conforta e nos faz companhia.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	v
INTRODUÇÃO	1
1 ORIGENS DA DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ E O PAPEL DO GOVERNO ESTADUAL	5
1.1 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESTADO NOS ANOS 70	12
1.1.1 A Indústria ganha Espaço	12
1.1.2 Mudanças na Agricultura	16
1.1.3 O Setor Terciário	25
1.1.4 Setor Público Estadual: Desafios e Finanças	27
2 ANOS 80: A DÉCADA PERDIDA E O PARANÁ	33
2.1 DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA	35
2.2 MUDANÇAS NO SETOR INDUSTRIAL	37
2.3 O SETOR TERCIÁRIO	49
2.4 IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO	52
2.4.1 Localização da População: Processos Migratórios e de Urbanização	54
2.4.2 A Questão do Emprego	60
2.4.3 Demandas Sociais: O Perfil da População	67
2.5 PANORAMA RECENTE DA INFRA-ESTRUTURA ESTADUAL	70
2.6 FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: EVOLUÇÃO RECENTE...	78
2.6.1 Performance das Rubricas das Contas Públicas do Estado	82
3 UM QUADRO DOS ANOS 90	89
3.1 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PERÍODO RECENTE: INSTRUMENTOS FISCAL-FINANCEIROS	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
ANEXO: MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SUA COMPOSIÇÃO	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ - 1970-1975	18
TABELA 2 - ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, POR GRUPOS DE ÁREA, NO PARANÁ - 1970-1975	19
TABELA 3 - ESTRUTURA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NO PARANÁ -1970-1975	19
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO NO PARANÁ - 1970-79.....	21
TABELA 5 - NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A. COM PRODUTORES RURAIS, CUSTEIO AGRÍCOLA - 1980	22
TABELA 6 - CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL S.A. - JAN.-DEZ 1980.....	23
TABELA 7 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, URBANA, DO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ – 1980.....	27
TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DA RECEITA NO TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79	31
TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA NO TOTAL DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1970-79.....	32
TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS NO TOTAL DO VALOR DAS SAÍDAS E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1980-89.....	39
TABELA 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, RELAÇÃO VA/V/S E PARTICIPAÇÕES, NO TOTAL DO VA E V/S DO GÊNERO, DOS GRANDES GRUPOS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTA- RES, DE MATERIAL DE TRANSPORTES, MECÂNICA, DA MADEIRA, DE PRODUTOS DE MI- NERAIS NÃO-METÁLICOS, DE PAPEL E PAPELÃO E TÊXTIL - MÉDIAS TRIENAIS - 1980-88 ..	39
TABELA 12 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR GÊNEROS SELECIO- NADOS, NOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1988–1990	46
TABELA 13 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DE BASE PRODUTIVA ESPECIALIZADA – 1988-90	47
TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DAS SAÍDAS DO COMÉRCIO, SEGUNDO GÊNERO, NO PARANÁ - 1980-1988	51
TABELA 15 - ESTIMATIVAS PRELIMINARES DE SALDOS MIGRATÓRIOS E DE TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES - PARANÁ - 1980-1991 ..	55
TABELA 16 - POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES - PARANÁ - 1980/1991	55
TABELA 17 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1980/1991	57
TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO DA POPULAÇÃO URBANA - 1970/1991.....	58

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO - PARANÁ - 1970/1991.....	59
TABELA 20 - INDICADORES RELATIVOS À ANÁLISE POR COORTE DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES URBANOS - PARANÁ - COORTES 1970/1980 E 1980/1991.....	59
TABELA 21 - INDICADORES RELATIVOS À ANÁLISE POR COORTE DOS MUNICÍPIOS QUE DURANTE CADA PERÍODO INGRESSARAM NO ESTRATO DE TAMANHO ACIMA DE 50 MIL HABITANTES URBANOS - PARANÁ - COORTES 1980/1970 E 1991/1980.....	59
TABELA 22 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE POPULAÇÃO E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA. SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - 1980-1991	61
TABELA 23 - PERCENTUAL DE PESSOAS DESOCUPADAS E SUBEMPREGADAS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS ESTADOS DA REGIÃO SUL – 1990	62
TABELA 24 - NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – 1990.....	63
TABELA 25 - NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O NÍVEL DE REMUNERAÇÃO, NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – 1990.....	63
TABELA 26 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR – PARANÁ – 1980/1985	64
TABELA 27 - PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO SETOR E RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1981-88	65
TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ 1970/2000.....	68
TABELA 29 - RECEITA CAMBIAL DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO NATUREZA DAS MERCADORIAS MOVIMENTADAS NO PORTO DE PARANAGUÁ - 1980-1988.....	75
TABELA 30 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ESTADO DO PARANÁ – 1986-95	84
TABELA 31 - DESPESAS POR FUNÇÃO – PARANÁ – 1986-95	85
TABELA 32 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, NO PARANÁ E NO BRASIL - 1980/2010	89
TABELA 33 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO CLASSES E GÊNEROS DE ATIVIDADE – 1991-98	95
TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, NO PARANÁ 1980-1995	96

RESUMO

O presente trabalho procurou abordar, em linhas gerais, as principais transformações sofridas pelo estado do Paraná. Para tanto, buscou informações sobre as mudanças dos principais setores da economia, concentrando a análise principalmente nos anos 80, quando o Paraná, apesar das perturbações ocorridas, consegue apresentar uma performance relativamente melhor que a nacional. Os períodos anteriores são resgatados para possibilitar uma melhor visão da inserção estadual no cenário nacional, ressaltando não apenas os movimentos externos, mas também os requisitos internos que viabilizaram tal inserção. Buscou-se, assim, apresentar um texto que relacionasse as transformações econômicas com os aspectos sociais, de infra-estrutura e do setor público estadual a partir da inserção estadual à economia nacional. Essa análise permitiu uma compreensão mais ampla dos reflexos não econômicos dessa inserção buscando, dessa forma, uma avaliação geral, as perspectivas e os desafios diante de um cenário mundial que apresenta uma nova dinâmica de desenvolvimento, devido às inúmeras mudanças na base tecnológica, produtiva, comercial e financeira.

INTRODUÇÃO

O Paraná é um dos estados da federação brasileira que tem recebido grande destaque, incitando discussões e estudos não só pela performance de sua economia mas, principalmente, pelos investimentos atraídos nos anos recentes. Os estudos sobre o Paraná têm ressaltado como uma singularidade a rapidez com que as transformações econômicas e sociais vêm se verificando no território estadual. Afinal, o Paraná dos anos 60 se caracterizava pela sua baixa densidade urbana e vocação eminentemente agrícola. Já hoje, apesar do peso significativo do setor agrícola, os níveis de urbanização que apresenta são semelhantes aos dos estados mais urbanizados do país e sua matriz industrial encontra-se bastante avançada. Além disso, sua performance em termos de taxa de crescimento do PIB apresenta-se superior à média nacional.

A singularidade do Paraná também se pauta em especificidades internas, que fazem com que o estado consiga, em alguns casos, beneficiar-se de movimentos externos favoráveis, sejam nacionais ou internacionais, e, em outros, não sofrer tão severamente quando estes movimentos se mostram desfavoráveis.

Aliás, o que torna o estudo mais interessante é exatamente verificar como o estado pôde apresentar tais transformações e performance positiva em períodos conturbados como os anos 80, conhecidos como “década perdida”, marcados pela desaceleração econômica, após o “milagre econômico”, com inflação, estagnação, “ciranda financeira”, crise no padrão de financiamento da economia e crise fiscal-financeira do setor público. E ainda com os anos 90, marcados pela abertura econômica, guerra fiscal, privatizações, etc.

Em nível externo vários processos também afetaram o estado, direta ou indiretamente, como o fim dos fluxos financeiros externos nos anos 80, a globalização e a “Terceira Revolução Industrial”, tendo estas últimas como faces principais a maior

competitividade comercial internacional e a reestruturação do processo produtivo, encontrando-se bastante vinculadas entre si.

É interessante ressaltar que as transformações ocorridas no estado não foram fruto de acontecimentos isolados e sim de uma conjugação de fatores estaduais, nacionais e internacionais.

No Paraná, apesar de certas peculiaridades, o desenvolvimento econômico seguiu os moldes do padrão de desenvolvimento da economia em nível federal, e a presença do governo estadual como fator de suma importância do desenvolvimento, seja direta ou indiretamente, é o principal indicador disto.

A presença marcante do governo estadual nas transformações, principalmente as econômicas, verifica-se desde as políticas de povoamento do estado, passando pelo direcionamento da política à industrialização com a construção física e institucional (infra-estrutura, criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, CODEPAR, BADEP, IPARDES, IAPAR, etc.) de todo um aparato de apoio e estímulo à industrialização, chegando até sua inserção na “guerra fiscal” e em suas ações com o objetivo de conseguir avançar em sua matriz industrial e em sua competitividade sistêmica, enfrentando assim os desafios impostos pela globalização e pela “Terceira Revolução Industrial”.

Nos anos 70, o processo de industrialização nacional atingiu um estágio de desconcentração que só pôde ser aproveitado pelo Paraná graças às ações por parte do governo estadual direcionadas a políticas de apoio e financiamento de novos investimentos e, principalmente, com provisão de infra-estrutura em transporte, energia, comunicações e serviços urbanos.

O mérito das transformações ocorridas na década de 70, no entanto, não deve ser imputado tão somente ao governo estadual, mas também a um setor agrícola estadual que, possuindo índole capitalista, engajou-se na “Revolução Verde”, obtendo como resultado a modernização e tecnificação no campo. Sem esquecer, porém, dos efeitos negativos, principalmente no campo social, devido ao enorme êxodo rural resultante e suas conseqüências urbanas, colocando-se como desafios a serem superados.

Apesar das perturbações nos anos 80, como a crise fiscal-financeira do estado brasileiro e também dos governos subnacionais, com inflação, estagnação, falta de investimentos, o Paraná consegue manter o adensamento de sua base produtiva, com uma performance de crescimento superior à média nacional, mas mantendo, e até aprofundando, questões como o êxodo rural e a urbanização.

Já no período mais recente, marcado por mudanças em nível nacional (como a maior abertura econômica que tenta engendrar na base produtiva interna a elevação da eficiência produtiva com vistas à competitividade externa), conectadas com o cenário internacional de globalização e novo padrão industrial, o estado vem diversificando seu perfil produtivo, com maior presença de setores de consumo durável e de capital, bem como reestruturação na agroindústria e no parque industrial (envolvendo fusões, aquisições, privatizações, etc.).

Atualmente, com o processo de reestruturação produtiva afetando o nível de emprego estrutural e exigindo trabalhadores mais qualificados, assim como as mudanças no perfil populacional e o aprofundamento das questões urbanas, os problemas sociais e econômicos a serem inseridos na agenda do setor público têm crescido, o que não se harmoniza com as perspectivas de recursos para seu atendimento.

O presente trabalho busca delinear as principais transformações ocorridas no estado do Paraná, principalmente nos anos 80 e 90, recuperando brevemente os anos 60 e 70, quando ocorrem transformações importantes que servem de base explicativa para os períodos posteriores.

No primeiro capítulo apresenta-se um breve histórico da formação econômica paranaense, destacando o processo de povoamento, o direcionamento para a industrialização estadual e as medidas tomadas nessa direção nos anos 60 e as mudanças ocorridas na década de 70, com a indústria já ganhando espaço e a inserção do estado na “Revolução Verde”, que implicaria a modernização rural e modificaria a estrutura agrícola vigente até então.

No segundo capítulo será enfocada a década de 80, buscando ressaltar a evolução da estrutura industrial e agrícola, bem como alguns impactos sociais oriundos das transformações ocorridas, tais como: a questão da urbanização, dos movimentos migratórios, do emprego e das mudanças no perfil da população estadual. Ainda nesse capítulo é feito um panorama recente da infra-estrutura estadual, destacando o transporte (rodoviário, ferroviário, portuário), a energia e as telecomunicações.

No último capítulo apresentamos os principais destaques dos anos 90 na economia estadual e os instrumentos fundamentais utilizados pelo governo estadual para promover o crescimento industrial no estado nos anos 80 e 90.

1 ORIGENS DA DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ E O PAPEL DO GOVERNO ESTADUAL

A estrutura e as especificidades das regiões que compõem a federação brasileira não são homogêneas. Sendo assim, a dinâmica econômica e social de cada uma, apesar de interligada, pode ter temporalidade e intensidade distintas ou até mesmo contrárias, de acordo com o seu modo de inserção.

Tendo em vista essa dinâmica, nosso objetivo nesta seção é identificar o papel do estado do Paraná dentro da federação brasileira, mais especificamente na industrialização nacional, e verificar quais os impactos das principais mudanças nacionais e internacionais sobre sua economia. Além disso, pretendemos identificar quais foram as respostas dadas aos desafios impostos, principalmente no que se refere às transformações ocorridas na base produtiva do estado, destacando os setores essenciais da economia e a performance do setor público estadual e buscando, sempre que possível, suas conexões com os processos verificados em nível nacional e internacional.

De acordo com IPARDES (1994, p. 1), “[...] a dinâmica estadual é, em última instância, determinada pelos movimentos da economia brasileira, por sua vez profundamente imbricada, em termos comerciais, financeiros, tecnológicos e políticos, na cambiante configuração – visualmente abordada pelos termos novo paradigma tecnológico, globalização e regionalização – da economia internacional.” Assim, é preciso sempre considerar que os fatores econômico-políticos nacionais e internacionais têm efeitos diferentes sobre cada região, de acordo com sua forma de inserção nesses cenários. Segundo BOISIER,

[...] o desenvolvimento de uma região é afetado pelos efeitos (regionais) implícitos ou indiretos das políticas macroeconômicas e setoriais.

Em certos casos, o efeito indireto dessas políticas poderá ser um fator coadjuvante do desenvolvimento regional. Noutros, o efeito poderá ser contraproducente e de tal magnitude que anulará o impacto positivo originado na alocação dos recursos. Como se verá no capítulo correspondente, parecem

acumular-se evidências empíricas em torno do efeito negativo sobre algumas regiões de muitas políticas econômicas usuais.

[...] a política de comércio exterior e as tarifas de proteção à indústria nacional ou a produtos agropecuários e matérias-primas, assim como os subsídios às exportações, poderão afetar significativamente o curso do desenvolvimento regional.

[...] a influência regional das decisões de política (econômica) não são tão claras e visíveis como a localização das facilidades físicas. Mesmo assim, as questões de política (econômica) constituem, com frequência, as influências mais importantes no desenvolvimento das regiões. (BOISIER, 1989, p. 612-613).

De forma sucinta, então, serão assinaladas as principais mudanças sofridas pela economia paranaense, bem como os fatores nacionais e internacionais que afetaram tais transformações, positiva ou negativamente.

Inicialmente, cabe assinalar que a configuração econômica do estado do Paraná hoje, segundo ROLIM (1995), deve-se principalmente a dois grandes projetos políticos. O primeiro foi realizado no final do século XIX, com Lamenha Lins, cujo objetivo era colonizar o estado com estrangeiros estabelecidos na agricultura familiar, enquanto o resto do país buscava migrantes para substituir escravos. O segundo foi constituído no governo Ney Braga, que buscava retirar o Paraná de uma condição dependente e periférica.

Este último projeto procurava autonomia para o estado através da produção interna do que era “importado” de outras partes do país, considerando-o assim como “um pequeno país”. A importância fundamental do projeto está no fato de ter provido o estado de uma infra-estrutura mínima capaz de dar suporte às atividades econômicas e gerar maior integração entre as suas diversas regiões, inclusive colaborando para a atenuação de movimentos separatistas, especialmente na região Norte, a qual, por motivos de origem e dinâmica econômica, identificava-se muito mais com o estado de São Paulo do que com o do Paraná. Conforme ROLIM (1995), é nesse contexto que se estabelece um dos principais paradigmas na forma de interpretar o estado, o qual é visto, por um lado, como um pequeno país e, por outro, como uma peça da articulação nacional em torno de um centro dinâmico: São Paulo, principalmente.

O fato que destaca o estudo do estado do Paraná é a rapidez com que se processou sua dinâmica econômica, induzindo a profundas mudanças no seu cenário. Ele passa a ganhar maior representatividade já na metade deste século e, apesar de

temporalmente defasado em relação ao centro dinâmico do país – pela rapidez com que se verificaram essas mudanças, principalmente entre 1960 e 1990 –, alcançou níveis dos estados mais avançados, industrializados e urbanizados, que tiveram esses processos verificados em ritmos muito mais lentos.

A maior representatividade do estado se verifica sobretudo com a economia cafeeira ao norte do estado, que passa a integrá-lo à dinâmica nacional, ainda que com um papel de fornecedor de alimentos ou de divisas necessários à manutenção da expansão do parque industrial na região central do país. Esse atendimento voltado a demandas de outras regiões subsiste desde a ocupação do estado até a década de 50, período em que se sobressaíram algumas atividades com ciclo de vida limitado, como a caça de índios (para serem utilizados como escravos) e os ciclos do ouro, da erva-mate e da madeira, incapazes de povoar o estado, que chega às primeiras décadas do século com um dos mais baixos índices populacionais do país.

Nas décadas de 40 e 50 os objetivos do governo estadual voltaram-se para o povoamento do estado. Destaca-se aí a participação da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que vendeu terras devolutas do estado, com lotes de tamanho médio (15 alqueires) beneficiados com a abertura de estradas, construção de pontes e prolongamento dos trilhos de trem, que também viabilizaram o escoamento da produção.

Nos anos 50 a configuração estadual era predominantemente dividida em três grandes regiões: Leste, Norte e Sudoeste. A região Leste (Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa) constitui área pioneira de ocupação na qual se destaca a atividade da pecuária, erva-mate e madeira. Mas isto garantiu pouca densidade populacional, já que em 1920 a população estadual de cerca de 700 mil habitantes representava uma densidade de 3,4 habitantes por km², enquanto a média dos demais estados da Região Sul era de 7,0 habitantes por km². Já a região Norte (Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Cambará e Jataizinho) começou a ser ocupada em fins do século XIX estendendo-se a partir de 1925 para o Norte Novo (Londrina e Apucarana) e a partir de 1946 ao Norte Novíssimo (Maringá e Cianorte). Sua ocupação intensiva inicia-se a partir da década de

40 com o café, como resultado da expansão da atividade cafeeira de São Paulo, que buscava terras férteis. Para MAGALHÃES (1996), o Paraná, principalmente a região Norte, foi favorecido com o convênio de Taubaté, que estabeleceu cotas de produção aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Com isso, o Paraná, que ainda estava muito aquém da cota de produção, podia produzir sem incidência de taxas, atraindo assim fazendeiros e colonos. Uma ocupação mais recente (com destaque para Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaíra e Toledo) foi a ocorrida no Sudoeste com colonos migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (principalmente a partir de 1950 com o fluxo migratório gaúcho) que desenvolveram a policultura alimentar e a pecuária de suínos baseadas na pequena propriedade familiar. Segundo MAGALHÃES (1996), esse critério de delimitação de regiões do estado se associa à época e às características de ocupação do território, embora não se possa atribuir homogeneidade absoluta interna a cada uma delas.

Essas regiões não se mostravam integradas entre si e as duas últimas (Norte e Sudoeste) tinham como principal atividade econômica o setor agrícola, que dava suporte aos núcleos urbanos que surgiam e aos outros setores, industriais e funcionais, que, mesmo sedimentares e pouco expressivos, desenvolviam-se em torno da agricultura. Desse modo, o setor agrícola determinou o ritmo acelerado de expansão da fronteira agrícola e o crescimento demográfico do estado, que superou a média nacional entre os anos 40 e 70.

Cabe ressaltar que esse crescimento econômico e demográfico pelo qual o estado passa, sobretudo nos anos 50 e 60, possui determinantes causais que extrapolam os limites geográficos do estado, que se insere dentro de um processo de industrialização nacional, predominantemente comandado por um núcleo central situado na região de concentração da estrutura industrial, conforme assinala MAGALHÃES:

Por volta dos anos 30 a indústria nacional apresenta um perfil centrado no setor de bens de consumo assalariado, sendo a maior parte da produção nucleada por São Paulo. Os entraves à ampliação do mercado de trabalho urbano haviam sido suprimidos mediante a abolição da escravatura, a política de atração de força de trabalho estrangeira e mesmo o assalariamento na atividade cafeeira. Iniciava-se o processo de integração do mercado nacional, condição indispensável para o desenvolvimento do

capitalismo no País. Problemas regionais vão sendo progressivamente tratados como nacionais e o foco das prioridades passa a privilegiar os interesses da indústria, frente aos demais setores. A expansão industrial prossegue nas décadas seguintes, gestando as bases da instalação da indústria pesada a partir da década de 50.

Nesse contexto, algumas circunstâncias tornavam propícias a ocupação das terras do Paraná nos moldes em que ela se processou. Com a crescente urbanização e industrialização do País era preciso expandir a oferta de produtos agrícolas, fosse através da reconversão de atividades de exportação, fosse pela incorporação de novas áreas agricultáveis. Em última instância, havia que garantir a expansão da agricultura de alimentos para não onerar o custo de reprodução da força de trabalho urbano-industrial emergente.

Ora, o setor agrícola produtor de alimentos utilizava predominantemente técnicas rudimentares de produção e de mão-de-obra intensiva. As pequenas unidades familiares respondiam pela geração dos seus próprios bens de consumo, comercializando os excedentes. Isto barateava o custo dos alimentos porque a produção vendida não necessariamente tinha que remunerar a força de trabalho nela envolvida, repassando, deste modo, um sobretabalho aos demais setores da economia. Neste sentido, a ampla disponibilidade de terras de ótima qualidade, contíguas à região agrícola mais dinâmica do País constituía uma importante e acessível válvula de escape para o desenvolvimento da pequena produção mercantil de alimentos. (MAGALHÃES, 1996, p.14-15).

Assim, o Paraná se constitui num espaço de vantagem para a aplicação de excedentes de capital que, não conseguindo ser direcionado ao setor de bens de capital, encontrava terras férteis que geravam bons lucros e tornaram-se responsáveis pelo povoamento do Paraná.

De todos os períodos discutidos, os anos 60 parecem ser os mais significativos para a análise das transformações da estrutura social, econômica e política do estado, não só pelos condicionantes ou mudanças ocorridas internamente mas também em nível nacional. No final dessa década, o estado se caracterizava pelo predomínio do setor agrícola, estruturado em pequenas propriedades familiares, por uma indústria inexpressiva e por um índice de urbanização abaixo da média das regiões mais dominantes. Mas a indústria passa a ganhar um papel de destaque no cenário estadual, mesmo que em nível de discurso político e de diretriz da economia paranaense. Segundo LEÃO (1989), esse período marca a perda da importância da agricultura e sua subordinação à indústria, oligopolizada e mais forte que a competitiva agricultura. Sendo assim, se a agricultura nos anos 50 estava mais fortemente vinculada ao comércio e ao sistema bancário, nos anos 60 passa a manter relações mais estreitas com a indústria, que se intensificaria nos anos 70.

O Paraná, assim como nas décadas de 40 e 50, continua a se constituir uma região de atração de migrantes interestaduais, sendo a área rural o destino preponderante.

Com o destaque à indústria, mesmo que incipiente, passa-se a tomar consciência sobre as condições estaduais, que duplamente se prejudicava por não possuir parque industrial que abastecesse o estado: primeiro porque tinha seus recursos escoados para o fomento da industrialização dos outros estados, São Paulo principalmente, em virtude da falta de opção de investimento no próprio estado, e, em segundo lugar, porque tinha que importar de outros estados os produtos industrializados de que necessitava.

Além do mais, o estado era carente de infra-estrutura capaz de suportar um processo de industrialização que exige investimentos de elevado montante de recursos. Com isso, essa responsabilidade, como ocorrera em nível nacional, fatalmente ficaria a cargo do setor público estadual, mas, diante das necessidades crescentes de gasto que se impunham a esse setor para o desafio da industrialização, a contrapartida de recursos necessários não se verificava na mesma direção; pelo contrário, alguns fatores que estavam ocorrendo no período favoreciam o divórcio crescente entre receitas e despesas.

Em primeiro lugar, nos anos 60, a principal fonte de receitas do estado, que era oriunda da agricultura (já que a indústria era incipiente e rudimentar), passava por um período crítico, em que havia uma política federal deliberada pela erradicação do café. Em segundo lugar, esse período se caracteriza por um desaquecimento generalizado da economia em que o setor industrial foi o mais penalizado em nível nacional, e não foi pior para o Paraná porque ele não estava intensivamente industrializado. Além disso, o corte de gastos federais (subsídios) e de crédito acabou repercutindo negativamente na atividade econômica em geral; logo, na arrecadação tributária. Em terceiro lugar, e de fundamental importância, verificou-se uma concentração do poder na esfera federal expressa principalmente no golpe militar de 1964, que promoveu a Reforma Tributária de 1966, concentrando maior número de tributos na esfera federal, e a Constituição de 1967, que não permitia aos estados instituírem depósitos compulsórios, retirando com isso a autonomia e os recursos dos estados e municípios. Assim, o esforço do setor público estadual para o desafio da industrialização seria bastante complexo diante de um cenário impróprio à arrecadação de recursos necessários.

O período de administração pública iniciado em 60 marca a orientação e apoio ao desenvolvimento e integração das regiões do estado do Paraná. Em 1961, o Plano de Desenvolvimento do Paraná (PLADEP) nº 40 expressava essa direção com uma proposta de criação de um banco de desenvolvimento para financiar investimentos e expandir e melhorar a energia elétrica e o transporte. Conforme assinala MAGALHÃES FILHO (1969), a ênfase política foi dada em três áreas: na infraestrutura básica (rodovias e energia elétrica), na diversificação agrícola e no fomento da indústria, verificando-se aí muitas falhas, como ausência de uma política bem-definida e atendimento passivo da demanda de crédito, que podem ser atribuídas à pouca experiência do setor público na atuação do setor industrial.

As ações políticas da época se guiaram por estudos realizados pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), que mais tarde seria transformada em Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), e com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e do depósito compulsório sobre o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), que mais tarde se transformaria em ICM e depois em ICMS. Este tipo de depósito compulsório instituído pelo estado do Paraná, mais tarde, na Reforma Fiscal de 1966 (ou Constituição de 1967), foi proibido de ser estabelecido pelos estados, o que prejudicaria em muito os recursos disponíveis ao setor público estadual, tão importantes para o atendimento da demanda dos gastos com o projeto de industrialização do estado.

Como vimos, nos anos 60 o destaque ficou por conta do direcionamento da política para a indústria e para a infra-estrutura, principalmente a construção de rodovias e geração de energia elétrica, que dotam o estado de suporte para a industrialização e promovem uma maior integração das regiões do estado. Cabe ressaltar também que do início de 1960 a 1970 a população estadual passou de 4,3 milhões para 8,5 milhões, sendo que só em 70 o processo de urbanização passou a atuar com mais intensidade e foi diluído pelo território paranaense; porém em 1970 a população urbana ainda era pouco expressiva, cerca de 36% do total da população do estado.

Apesar de os esforços de integração do estado do Paraná ao processo de industrialização nacional terem suas diretrizes básicas fixadas nos anos 60, será nos anos 70 que sua face se mostrará com maior intensidade ou evidência, como veremos a seguir.

1.1 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESTADO NOS ANOS 70

Nesse período o Paraná inicia um processo de abandono da produção de café, de modo a fazer parte do núcleo capitalista da economia nacional, fazendo com que a agricultura se dinamizasse e se diversificasse dadas as condições locais de esgotamento da fronteira agrícola (de extensão de terras). Assim, os anos 70 foram marcados pela modernização agrícola, pela intensificação industrial e pelo maior aprofundamento da relação entre agricultura e indústria, conduzindo a uma mudança tanto na estrutura produtiva quanto no perfil populacional e na sua distribuição no espaço territorial, com grandes repercussões sobre as demandas de responsabilidade do setor público estadual.

O censo de 1980 mostra um Paraná urbano e industrial, cujas especificidades lhe trazem problemas e vantagens que o tornam mais semelhante à Região Sul.

1.1.1 A Indústria ganha Espaço

O setor industrial passa a ter um novo papel nesse momento na economia estadual, porém sob novos padrões e formato, superando a agricultura, que apresenta 25,3% do PIB estadual em 1970 e 19,4% em 1980, enquanto a indústria passa de 23,3% para 28,8% no mesmo período.

Segundo MAGALHÃES FILHO (1969), como a estrutura industrial de São Paulo se encontrava com capacidade ociosa, levada pela retração do mercado nos anos 60, e como o Plano de Metas possibilitou a melhoria das estradas no período, buscou-se o acesso aos mercados regionais para ampliar as vendas, com a concorrência fundada em custos unitários menores, financiamento mais adequado e maior escala produtiva, o que possibilitaria elevar o nível da produção sem a necessidade de novas inversões.

No Paraná, havia dificuldades em se constituir mercado consumidor capaz de dar sustentação a um processo de industrialização, já que apenas em 1960 é que se constrói a ligação de Curitiba-Londrina-Maringá. Ainda, conforme IPARDES (1982), a falta de ligação rodoviária impedia ou dificultava o escoamento de capital da região Norte, geradora de renda e dinâmica, para o “resto do Paraná”. Além disso, o Norte não podia se constituir em uma capital regional industrial porque estaria concorrendo com a indústria paulista e também não possuía infra-estrutura necessária. As outras regiões do estado eram mais frágeis e não forneciam os requisitos básicos para o processo de industrialização estadual, ou seja, dimensão de mercado e infra-estrutura (transporte e energia, principalmente).

Para IPARDES (1982) ainda, além da carência nas áreas de energia e transporte, a insuficiência de fontes de financiamentos era outro problema. Mas se até os anos 60 havia um setor público estadual omissos em relação à industrialização, nos anos 70 ele toma a industrialização como diretriz política primordial, instituindo a CODEPAR, que mais tarde se tornaria o BADEP.

A importância de um órgão estadual de financiamento é apontado também por outros estudos, como FAYET (1977) e PASSOS (1975), os quais destacam que, dada a inserção do Paraná na economia nacional, as dificuldades do processo de industrialização do estado, principalmente no avanço para setores mais complexos, vinculam-se à questão do financiamento.

Segundo PASSOS (1975), a causa do atraso está sim na inserção da economia estadual na nacional, num sistema produtivo que se concentra na grande São Paulo. O autor ressalta que as políticas a serem implantadas devem buscar diminuir e/ou superar as formas de integração à economia nacional que mantenham ou ampliem sua função periférica, ainda que a curto prazo estas últimas possam parecer mais dinâmicas e compensadoras. No entanto, ele acusa as políticas ditas nacionais de favorecerem apenas certas regiões.

Na linha de crítica a políticas ditas nacionais, mas que só estão vinculadas a interesses de certas regiões mais dinâmicas, FAYET (1977) acrescenta que houve

sempre um descompasso entre essas políticas e o Paraná. Por exemplo, quando o estado estava em condições de produzir óleo, o BNDES já não tinha mais essa prioridade e sim o financiamento de bens de capital e insumos; e quando o Paraná estava em condições de produzir estes itens, as prioridades já eram outras. Por isto pode-se dizer que o adensamento industrial no Paraná foi feito com esforços próprios, muito mais do governo estadual do que de capital local privado.

Até os anos 60 a matriz industrial do Paraná se constituiu basicamente por indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, com processos produtivos bastante rudimentares, de baixa escala produtiva, direcionada ao mercado local, com pouca expressividade no produto e no mercado nacional. Nos anos 70, período do “milagre brasileiro”, o Paraná já possuía condições mais propícias à industrialização, graças às obras de infra-estrutura realizadas no período anterior que fizeram com que o estado pudesse se favorecer do processo de desconcentração industrial que ocorria no plano nacional.

Assim, na década de 70 o setor industrial do estado apresenta um crescimento “explosivo”, passando ao comando do desenvolvimento estadual, em detrimento do setor primário. No que se refere à estrutura industrial, dois processos se destacam:

- a) maior diversificação dos ramos industriais ligados à agricultura, a chamada agroindústria;
- b) maior representatividade ou mesmo surgimento de novos ramos industriais, como química, transporte, comunicações e material elétrico.

Segundo dados do IPARDES (1982, p. 44) percebe-se um avanço em ramos como a metalurgia, material elétrico, comunicação e transporte, que em cinco anos saltam de 8,8% para 12,2% do PIB estadual (sem contar a produção da VOLVO). Já no setor químico, que era predominantemente constituído pelas agroindústrias (óleos e essências vegetais), o destaque fica por conta da presença da PETROBRÁS em Araucária, que faz com que a participação de lubrificantes e combustíveis passe de 0% em 1970 para 75,6% em 1975 na indústria química paranaense.

Não apenas surgem ou ganham maior expressão novos ramos, mas também os ramos tradicionais, como o de beneficiamento e madeira, diversificam-se, ganhando maior dinamismo, com produtos mais elaborados e de processos produtivos mais complexos em maior escala e maior grau tecnológico, que possuem maior valor adicionado, como é o caso do café solúvel, madeiras serradas para aglomerados e chapas, óleos refinados, frigoríficos, papelão e celulose, etc.

Essa maior complexidade do parque estadual favoreceu a mudança das relações intra-setoriais. Se até os anos 70 a indústria se relacionava com maior intensidade com a agricultura e/ou com o produtor final, com uma estrutura mais complexa passa a haver um maior número de inter-relações entre os diversos setores da indústria. Além de se diversificar, com novos produtos e ramos, a estrutura industrial paranaense passa a ser caracterizada por maior escala produtiva e grau tecnológico, com possibilidade de concorrer no mercado nacional e internacional. Para IPARDES (1982), há um predomínio do capital estrangeiro nos ramos mais complexos (maior escala e grau tecnológico) e do capital paranaense nos ramos tradicionais (de menor escala e grau de elaboração, como alimentos e madeiras).

A década de 70 traz ainda uma nova e importante mudança: a distribuição espacial da estrutura industrial paranaense. Isto porque até os anos 60 a estrutura industrial se caracterizava por empresas de menor porte que atendiam a mercados locais, levando assim a uma distribuição espacial mais uniforme pelo território estadual. Como nos anos 70 as empresas maiores que se instalavam tinham como principais mercados o nacional e o internacional, seus critérios de localização, como proximidade com fornecedores, por exemplo, fizeram com que a distribuição espacial da estrutura industrial concentrasse as agroindústrias na região Norte e o ramo da metal-mecânica na região Leste, principalmente em Curitiba.

Segundo ROLIM (1995), percebe-se já nos anos 70 duas tendências importantes: em primeiro lugar uma mudança da estrutura industrial para setores mais modernos e dinâmicos e em segundo lugar uma concentração dessas atividades na região Leste, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba. Essas tendências têm

como elementos determinantes a modernização agrícola (com a “Revolução Verde”) e a expansão da indústria nacional, localizada na Região Metropolitana de São Paulo.

Em resumo, além do papel importante do setor público estadual na atração de indústrias tanto de capital nacional quanto externo, outros fatores tornaram o Paraná um espaço de atração para a indústria, como a proximidade com São Paulo, principal núcleo industrial, produtor e consumidor do país, e ainda:

- a) provimento de infra-estrutura básica de suporte;
- b) aparato institucional de apoio e atração, principalmente o BADEP;
- c) caráter capitalista que a agricultura já possuía desde o seu início, permitindo instalações dos setores agroindustriais;
- d) expansão da indústria em nível nacional, processo que se efetivou somente em um segundo momento, quando realmente se efetuaram investimentos, já que no primeiro momento da expansão foi utilizada capacidade ociosa.

Cabe assinalar ainda que entre 1970 a 1980, segundo VALLE MAGALHÃES (1996), o crescimento do setor secundário, que foi de cerca de 8,9% a.a., permitiu uma maior urbanização, que passa de 36% para 59% da população, levando, por sua vez, a um crescimento do setor terciário de cerca de 7% a.a., que passa a absorver 40% da mão-de-obra do estado. Porém, foi insuficiente para absorver os 2,7 milhões de paranaenses que tiveram de deixar o campo pelos efeitos da modernização sofrida pelo setor primário; enquanto apenas 50% desse contingente conseguiu ser absorvido pelo meio urbano, o restante migrou para fora do estado.

1.1.2 Mudanças na Agricultura

O setor primário desempenha um papel essencial na economia estadual, o que é evidenciado pela importância do café para o estado no passado e pela influência das mudanças ocorridas na agricultura e seus fortes impactos nos mais diversos aspectos do cenário paranaense.

Para a economia estadual, o café marca a mudança de um setor primário rudimentar, com formas não capitalistas de produção (com destaque para a erva-mate e a madeira), para um setor moderno e comercial, integrado ao capitalismo industrial, ainda que de forma subordinada, fornecendo produtos e divisas necessários para a industrialização nacional. A partir daí, há uma integração da economia estadual e da nacional que se evolui e se modifica de acordo com as necessidades do capitalismo nacional, principalmente expressas nos interesses do setor industrial. Entretanto, o café não é em si o responsável pela integração do estado à economia nacional, já que a sua decadência nos anos 60 não prejudicou sobremaneira o estado, que continuou em expansão, apenas sob novas relações de articulação com a economia nacional.

Assim, a integração do estado à economia nacional e internacional caracteriza-se desde sua colonização por um setor primário que guarda traços mercantis, conforme apresenta IPARDES:

Em primeiro lugar é uma agricultura essencialmente mercantil. Assim a ligação ferroviária ou rodoviária com os centros consumidores ou exportadores foi contemporânea ou mesmo precedeu sua colonização, o que se visava não era uma simples ocupação territorial, mas sim o estabelecimento de uma produção voltada para o mercado. A maior parte de sua produção seria destinada aos mercados nacional ou internacional. Também, por ser mercantil, os produtores compravam no mercado a maior parte dos insumos de que necessitavam, assim como seus bens de consumo, embora até a última década (60) fosse reduzido o consumo de insumos industriais e máquinas agrícolas [...].

Em virtude de ser mercantil e por visar lucros esta agricultura é extremamente sensível aos preços de mercado e às condições de financiamento. E é por aí que se explica seu caráter diversificado – reage aos estímulos do financiamento ou dos preços, dedicando-se às culturas mais rentáveis. A região Norte do Paraná, por exemplo, respondeu rapidamente aos estímulos de erradicação do café introduzindo novas culturas e aquele produto foi perdendo sua importância relativa. (IPARDES, 1982, p. 9).

As transformações ocorridas no setor primário paranaense nos anos 70 desencadeiam mudanças tão profundas no estado que seus efeitos se propagaram tanto na esfera econômica quanto na social. Para LEÃO (1986), as mudanças ocorridas no campo nesse período têm dimensão agrícola e agrária. Como a agricultura dinâmica e diversificada passa também a ser moderna e tecnificada, ocorrem novas formas de organização da produção, afetando a estrutura fundiária, a pauta de produtos e as relações de trabalho agrícola e de comercialização.

Segundo MAGALHÃES (1996), a modernização verificada no campo paranaense não é um processo isolado, mas faz parte de uma nova forma de relação

entre a agricultura e a indústria, na qual a agricultura passa não só a desempenhar o papel de fornecedora de alimentos, mas também de mercado consumidor de bens de produção e de insumos industriais. Esse novo modo de relação foi propiciado pela introdução no país do pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, que prometia elevação da produtividade com sementes melhoradas ou de alto rendimento, cuja efetividade estava condicionada ao uso de máquinas e insumos químicos.

Buscaremos agora fornecer um cenário das principais mudanças verificadas no campo nos anos 70, salientando alguns aspectos mais importantes, como estrutura fundiária, pauta de produtos, relações de trabalho e de comercialização.

No que se refere à estrutura fundiária, não é difícil inferir que o processo de modernização e tecnificação rural ocorrido nesse período no Paraná afetaria a estrutura fundiária vigente até então, haja vista que as escalas mínimas de produção exigidas pelas técnicas modernas levariam a uma necessidade de propriedades maiores para tornar viável o uso de tais técnicas. Por meio da tabela 1 observamos que há uma queda do número de estabelecimentos menores de 50 hectares, que passam de 92,7% para 90,3% do total de estabelecimentos para o período 70/75, bem como um crescimento no número de estabelecimentos acima de 50 hectares, de 7,3% para 9,7% do total de estabelecimentos para o mesmo período. Percebemos ainda que, pelos dados de área de lavoura, ocorre também uma concentração das áreas cultivadas em menor número de estabelecimentos, com evidente perda da importância dos estabelecimentos menores de 50 hectares.

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970			1975		
	Estabelecimentos		Área de Lavoura (%)	Estabelecimentos		Área de Lavoura (%)
	Número	%		Número	%	
Até 50 ha	513 897	92,7	72,8	431 814	90,3	58,4
50 ha e mais	40 591	7,3	27,2	46 639	9,7	41,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

NOTA: Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 29.

Essa maior importância ou peso dos estabelecimentos médios e grandes no que se refere ao total das áreas de lavoura pode ser melhor observada pelos dados da tabela 2, em que vemos para o período 70/75 uma perda da participação, por produtos, dos estabelecimentos menores e um crescimento dos estabelecimentos acima de 50 hectares, principalmente no caso da soja.

TABELA 2 - ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS, POR GRUPOS DE ÁREA, NO PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)	MILHO		FEIJÃO		ALGODÃO		SOJA		TRIGO		CAFÉ		CANA-DE- AÇÚCAR	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Menos de 5	12,5	10,4	18,1	17,2	11,12	7,4	9,4	2,9	4,5	0,4	7,2	5,1	2,6	0,3
5 a menos de 10	18,7	16,7	23,5	22,2	22,1	18,9	19,5	7,4	9,1	2,0	19,0	14,1	2,0	0,5
10 a menos de 20	23,6	22,1	24,3	23,3	26,0	26,0	27,3	14,6	17,1	7,6	25,7	21,7	5,4	0,8
20 a menos de 50	24,4	25,1	20,7	22,5	20,5	21,6	23,4	22,7	25,3	21,2	17,4	21,0	10,3	4,1
50 a menos de 100	8,5	10,0	6,6	7,9	8,2	8,6	6,2	13,6	11,0	16,6	16,2	9,7	4,3	4,0
100 a menos de 200	5,0	6,0	3,2	3,7	5,2	6,7	4,5	12,7	9,2	16,3	6,4	8,4	7,2	8,2
200 a menos de 500	4,2	5,3	2,1	2,1	3,9	6,0	5,6	14,2	11,6	19,5	8,7	10,4	19,4	17,6
500 a menos de 1000	1,6	2,2	0,7	0,5	1,4	2,2	2,5	6,4	7,3	9,2	4,3	4,4	20,2	11,2
1000 ha e mais	1,5	2,2	0,5	0,6	1,5	2,6	1,6	5,5	4,9	7,2	5,1	5,2	28,6	53,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários - 1970-1975

NOTA: Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 30.

Através da tabela 3 podemos ter uma análise mais pormenorizada dos dados, já que desagrupa os itens da tabela 1 em maiores especificações, como o tamanho dos grupos, número e área total de estabelecimentos, valor da produção e gastos com adubos, sementes e inseticidas.

TABELA 3 - ESTRUTURA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NO PARANÁ -1970-1975

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELEC. TOTAL-PARTIC. (%)		ÁREA DOS ESTAB. TOTAL-PARTIC. (%)		VALOR DA PRODUÇÃO PARTICULAR (%)		DESPESAS COM ADUBO, SEMENTE E INSET. TOTAL	
	1970	1975	1970	1975	1975	1970	1975	1970
Até 20 ha	76,1	72,4	22,9	18,0	42,1	32,0	31,4	17,5
20-50 ha	16,6	17,9	18,9	16,8	19,2	19,9	18,6	20,8
50-200 ha	5,8	7,4	20,0	20,9	13,1	18,9	19,2	27,3
200-500 ha	1,0	1,4	12,1	13,5	9,1	10,9	13,5	16,5
500 e mais ha	0,5	0,7	26,1	30,8	16,3	17,8	17,9	17,9

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

NOTA: Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 31.

Com relação ao número de estabelecimentos, percebemos queda da participação apenas do grupo de área de até 20 ha, que foi de 76,1% para 72,4%, entre 1970 e 1975. Todos os outros grupos maiores apresentaram crescimento no número de estabelecimentos, com menos destaque para o grupo de 20 a 50 ha, que teve crescimento menor, e mais destaque para os grupos de 50 a 200 ha, de 200 a 500 ha e de 500 ha e mais, que apresentaram maiores taxas de crescimento. No que se refere à área dos estabelecimentos, novamente há concentração nos grupos maiores, em que se sobressaem os dois maiores (200 a 500 ha e 500 ha acima) que, respectivamente, passam de 12,1% e 26,1% do total da área para 13,5% e 30,8% no mesmo período.

Observamos ainda pela tabela que a modernização apresentou ritmo desigual mesmo entre os grupos maiores. Isto porque apesar de o grupo 500 ha e mais ter apresentado um incremento no total da área superior aos grupos de 50 a 200 ha e 200 a 500 ha, seu valor da produção teve um incremento a uma taxa menor, de 16,3 % para 17,8%, enquanto o grupo 50 a 200 ha teve um crescimento muito maior, 13,1% para 18,9% do total do valor da produção de 1970 a 1975. Já utilizando as despesas com adubo, semente e inseticida como indicador da modernização, sobressai-se o grupo de 50 a 200 ha, o qual tem o maior peso e crescimento por grupo, passando de 19,2% para 27,3% no período.

Observamos, então, que o processo de modernização foi fundamental para a condução de uma nova estrutura fundiária no Paraná, que será marcada pela maior concentração do número de estabelecimentos. Segundo IPARDES,

[...] a expansão das propriedades somente pôde ser realizada no estado às expensas de outras propriedades, o que implica num processo de concentração fundiária. Entretanto a razão acima não é fundamental. Em outras palavras, o “esgotamento de terras livres” não pode ser erigido em elementos essenciais para explicação da concentração fundiária [...].

[...] Na medida em que existam fronteiras agrícolas abertas em outras unidades da federação, a expansão das áreas das grandes propriedades podem muito bem se dar em outros estados.

Nestas condições, julga-se que o móvel do processo de redução do número de produtores é dado pelo movimento da modernização da agricultura [...].

No Paraná, a modernização vai em primeiro lugar impor determinadas escalas mínimas de produção. Dessa forma, as propriedades de área reduzida não somente não possuem recursos financeiros para compra de máquinas e equipamentos, etc., como também mesmo se possuíssem ainda assim sua dimensão tornaria antieconômica a utilização destes equipamentos modernos. (IPARDES, 1982, p. 30-31).

Um outro fator que auxiliou para a concentração fundiária foi o crédito agrícola, dado que era um “coadjuvante” no processo de modernização. O apoio do crédito rural ao processo de modernização agrícola no estado do Paraná pode ser observado por alguns dados da tabela 4 que revelam que a maior parcela do crédito rural, em torno de 50%, concedido ao Paraná nos anos 70 foi dirigida para o custeio, em detrimento de investimento e comercialização.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO NO PARANÁ - 1970-79

ANOS	Valores Constantes de 1979							
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%
1970	8 784 788	56,61	2 436 257	16,25	3 768 496	25,14	14 989 541	100,00
1971	8 439 962	52,18	3 677 481	22,73	4 064 170	25,12	16 181 613	100,00
1972	10 535 163	44,20	7 495 772	31,45	5 802 935	24,35	23 833 870	100,00
1973	16 115 648	46,22	9 357 056	26,84	9 394 678	26,94	34 867 382	100,00
1974	21 507 497	47,99	11 321 168	25,28	11 988 641	26,75	44 817 304	100,00
1975	27 176 985	40,91	19 141 591	28,81	20 115 798	30,28	66 434 374	100,00
1976	29 887 045	44,28	16 140 253	23,91	21 472 077	31,81	67 499 375	100,00
1977	53 398 354	47,03	12 252 831	16,28	27 621 061	36,69	75 272 246	100,00
1978	37 058 608	53,94	9 342 477	13,60	22 304 318	32,46	68 705 403	100,00
1979	49 415 120	56,11	11 273 961	12,80	27 372 259	31,08	88 061 340	100,00

FONTE: BACEN/DERUR, Fundação IPARDES

NOTAS: DEFLATOR: FGV - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna - Coluna 2.

Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 32.

Analisando mais profundamente a questão do crédito rural dirigido ao custeio, observamos na tabela 5 que, em número de operações contratadas por tipo de proprietário (pequeno, médio e grande), há um predomínio dos pequenos proprietários, com 68,2% do total de contratos de empréstimos em 1980, enquanto os médios proprietários detêm 23,9% e os grandes, 7,9% do total de contratos.

TABELA 5 - NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A.
COM PRODUTORES RURAIS, CUSTEIO AGRÍCOLA - 1980

UNIDADES FEDERATIVAS	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL			TOTAL
	Mini e Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor	
BRASIL	81,4	14,1	4,5	100,00
Acre	96,3	3,3	0,4	100,00
Alagoas	92,2	5,1	2,7	100,00
Amapá	95,3	4,7	0,0	100,00
Amazonas	90,1	9,6	0,3	100,00
Bahia	91,5	7,1	1,4	100,00
Ceará	97,2	2,5	0,3	100,00
Distrito Federal	48,2	36,4	15,4	100,00
Espírito Santo	73,4	24,0	2,6	100,00
Goiás	63,9	28,6	7,5	100,00
Maranhão	95,9	3,9	0,2	100,00
Mato Grosso	61,6	28,4	10,0	100,00
Mato Grosso do Sul	61,7	24,4	13,9	100,00
Minas Gerais	78,5	17,2	4,3	100,00
Pará	91,3	7,4	1,3	100,00
Paraíba	96,8	2,8	0,4	100,00
Paraná	68,2	23,9	7,9	100,00
Pernambuco	94,4	4,0	1,6	100,00
Piauí	99,0	0,9	0,1	100,00
Rio Grande do Norte	94,7	4,3	1,0	100,00
Rio Grande do Sul	78,8	14,3	6,9	100,00
Rio de Janeiro	83,4	14,8	1,8	100,00
Rondônia	94,1	5,6	0,3	100,00
Santa Catarina	94,0	5,2	0,8	100,00
São Paulo	53,5	32,6	13,9	100,00
Sergipe	97,6	2,0	0,4	100,00

FONTE: Banco do Brasil, Gazeta Mercantil 29/31.08.81

NOTAS: Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 35.

A classificação dos Produtores é realizada segundo o Valor de Produção Anual, em 17.12.80 na seguinte escala: Valor na Produção Anual até Cr\$ 299 600, miniprodutor. Os pequenos produtores com valores de Cr\$ 302 600 a Cr\$ 1 797 700. Os médios, com Cr\$ 1 806 600 a Cr\$ 8 988 300 e finalmente os grandes produtores cujo Valor da Produção Anual situa-se acima de Cr\$ 988 300.

O número de contratos, porém, não é um bom indicador, já que observando o volume das operações pela tabela 6 vê-se que os grandes produtores, mesmo com 7,9% do total de números de operações contratadas, ficaram com 45,9% do total de volume do crédito concedido em 1980.

TABELA 6 - CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL S.A. - JAN.-DEZ. 1980

UNIDADES FEDERATIVAS	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL				TOTAL PRODUTOR
	Mini Produtor	Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor	
BRASIL	9,3	19,4	28,6	42,7	100,00
Acre	5,0	56,3	28,2	10,5	100,00
Alagoas	14,2	11,7	14,8	59,3	100,00
Amapá	3,0	54,9	40,1	2,0	100,00
Amazonas	20,4	33,2	32,1	14,3	100,00
Bahia	22,0	30,4	28,7	18,9	100,00
Ceará	22,7	37,6	24,7	15,0	100,00
Distrito Federal	1,6	11,1	35,4	51,9	100,00
Espírito Santo	5,3	30,4	43,6	20,7	100,00
Goiás	2,9	19,1	38,6	39,4	100,00
Maranhão	47,1	16,6	27,9	8,4	100,00
Mato Grosso	1,1	9,9	35,2	53,8	100,00
Mato Grosso do Sul	1,2	11,0	23,2	64,6	100,00
Minas Gerais	8,1	21,3	31,7	38,9	100,00
Pará	14,7	26,5	39,3	19,5	100,00
Paraíba	30,5	30,8	20,7	18,0	100,00
Paraná	3,2	18,3	32,6	45,9	100,00
Pernambuco	20,6	21,3	17,9	40,02	100,00
Piauí	55,0	29,4	11,7	3,9	100,00
Rio Grande do Norte	26,0	30,3	23,0	20,7	100,00
Rio Grande do Sul	6,4	16,3	26,6	50,7	100,00
Rio de Janeiro	6,5	20,6	26,5	46,4	100,00
Rondônia	26,5	41,9	14,2	17,4	100,00
Santa Catarina	18,0	29,6	38,0	14,4	100,00
São Paulo	16,5	35,5	20,9	27,1	100,00
Sergipe	1,0	10,8	26,9	61,3	100,00
	36,1	30,9	18,3	14,7	100,00

FONTE: Banco do Brasil, Gazeta Mercantil 29/31.08.81

NOTA: Tabela retirada de IPARDES, 1982, p. 30.

Podemos perceber, desse modo, que o crédito rural destinado à estrutura organizacional fundiária favorecia muito mais as propriedades maiores. No entanto, isto faz parte do movimento entre indústria e agricultura ocasionado pela “Revolução Verde”, que se expressava num novo modelo agrícola nacional subordinado ao setor industrial (máquinas, equipamentos, fertilizantes, etc.) e que encontrou facilidade para se instalar no estado porque nele havia condições preexistentes propícias a sua instalação e difusão, ou seja, a natureza capitalista de produção agrícola do estado que está presente desde seu início, como já assinalamos anteriormente. Assim, como a modernização agrícola exige escalas mínimas que tornam antieconômicas as pequenas e médias propriedades e como o crédito exige terra como garantias, torna-se inviável a concessão de crédito aos não proprietários de terra, como parceiros, colonos, etc.

Os anos 70 marcam uma modernização agrícola acompanhada do declínio do café como principal produto do estado, cuja plantação já vinha sendo desestimulada

anteriormente pelo governo e se acirra ainda mais com os problemas climáticos nos anos 70 (como as geadas de 1975). Nesse contexto de modernização, outros produtos ganharam destaque, passando o governo estadual a implementar medidas de apoio para a substituição de parte dos cafezais (destruídos em grande parte com as geadas de 1974/1975) por culturas brancas como a soja e o trigo, que apresentavam maior possibilidade de modernização e tecnificação e com isso elevação da produtividade e possibilidade de maior acesso a financiamentos com convênios do Ministério da Agricultura e Banco Internacional de Desenvolvimento. Por parte do governo estadual foram criados o Plano de Ação, a Ceasa e o Iapar, bem como o PROVARZEA, para aproveitar as áreas de várzeas.

Para ROLIM (1995), a substituição das culturas coloniais por “nobres”, como o trigo e a soja, decorreu de um complexo processo ocorrido em nível nacional que significou uma mudança nas relações entre a indústria e a agropecuária, principalmente naqueles locais que apresentavam condições prévias (terras férteis, infra-estrutura, agricultura sob padrões capitalistas) que permitiram responder aos estímulos, como o caso do Paraná, que foi privilegiado por esse processo.

O alcance da modernização da agricultura e sua conseqüente tecnificação implicou, como seria de se esperar, também numa modificação nas relações de trabalho agrícola, uma vez que a maior concentração fundiária e o maior uso de máquinas levaram a dispensar grande contingente da população rural e alterar as relações de trabalho da população que permanece no setor primário. Como aponta MAGALHÃES,

A estrutura do emprego agrícola também se alterou substantivamente a partir da introdução do novo padrão tecnológico de produção e do processo de diferenciação social que ele acarretou. Até a década de 60 a agricultura paranaense sustentou sua produção, em grande medida, por meio de relações de trabalho como a parceria, o colonato e o arrendamento. A ocupação da fronteira agrícola do estado, que atraía grandes fluxos de população para o meio rural, caracterizava-se de forma predominante pela formação de pequenas unidades produtivas que realizavam suas tarefas com a força de trabalho familiar. Assim, esta categoria de trabalhadores representava 86% da população ocupada nas atividades agrícolas do estado em 1970.

A utilização intensiva de tecnologia na década da modernização provocou a retomada das terras anteriormente cedidas aos não proprietários e poupou mão-de-obra. Ao longo desse processo, mais de 170 mil postos de trabalho desapareceram da agricultura paranaense – 9% do conjunto da população ocupada no meio rural em 1970.

A análise por categoria de trabalho indica que a mão-de-obra familiar reduziu em quase 330 mil pessoas, ou seja, quase 20% da PO naquele ano.

Assim, a perda total só não foi na mesma magnitude porque cresceu o número de empregados assalariados, principalmente em emprego temporário, e, em menor escala, o de parceiros. (MAGALHÃES, 1996, p. 40).

Já no que se refere à comercialização, o destaque do período fica por conta das cooperativas, que passam a realizar maior parte da comercialização dos produtos; com isso, os pequenos agentes autônomos (intermediários) passam a sobreviver com mais dificuldades.

1.1.3 O Setor Terciário

O setor terciário torna mais evidente as transformações ocorridas, já que estabelece relações com os três principais processos em vigência no período: a modernização, a industrialização agrícola e a urbanização, os quais transformaram a base produtiva e a configuração urbana estadual.

A modernização agrícola, entre várias outras conseqüências, gerou um processo de assalariamento do trabalhador rural e de expulsão de um enorme contingente populacional do campo, que migra em direção às cidades em busca de oportunidades de emprego. Já a industrialização do estado passou a exigir uma enorme gama de serviços de apoio à produção. Como resultado desses dois primeiros processos segue-se o de urbanização, cujos atores envolvidos exigem uma ampla gama de serviços, tanto individual quanto coletivamente.

Como as transformações no campo nos anos 70 significaram uma variação negativa anual de 2% da PEA agrícola, ao passo que a média do Brasil situou-se em 0,6% a.a., coube ao setor terciário um papel muito importante de fornecedor de infraestrutura de serviços necessária e de apoio à modernização agrícola, à industrialização e ao processo de urbanização, principal absorvedor de mão-de-obra.

O setor terciário estadual apresentou um crescimento relativo no total da PEA de 26,5% em 1970 para 40,5% em 1980, apresentando uma taxa de crescimento anual de 6,5% a.a., enquanto essa mesma taxa na indústria foi de 8,1%, mas chegou em 1980 com 18,2% do total de emprego. Percebemos, assim, a grande contribuição do setor terciário nos anos 70 enquanto absorvedor de mão-de-obra expulsa do campo com a modernização agrícola.

Segundo IPARDES (1991), a expansão do emprego no setor terciário paranaense no período apresentou tendências de maior concentração nas atividades de apoio diretamente ligadas à produção industrial e agropecuária, associada às transformações da estrutura produtiva do estado que resultou num aumento na demanda por esses serviços. O conseqüente processo de urbanização, por sua vez, aumentou a demanda por atendimento dos serviços sociais de consumo coletivo e individual, atendidos não só por entidades e organizações privadas, mas também pelo governo.

Observando a tabela 7, podemos assumir o percentual da PEA como um indicador do valor de cada classe e ramo dentro deste setor no final dos anos 70. Em primeiro lugar, o ramo de maior peso é o de serviços de apoio à produção agrícola e industrial, com 45% da PEA urbana do setor, em que se destacam: comércio de mercadorias (25,7%), transporte (9,5%) e instituições de crédito (4,8%). Em segundo lugar, sobressaem-se os serviços de consumo imediato da população, com 31,4% da PEA urbana do terciário, principalmente os serviços domiciliares (16,1%) e alojamento e alimentação (5,0%). Por último, destacam-se os serviços de consumo coletivo, com 23,6% da PEA urbana do setor, nos quais os serviços de ensino público (6,5%) e os de administração pública (6,2%) são os de maior peso.

TABELA 7 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, URBANA, DO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	ABS.	%
Serviços de Apoio à Produção Agrícola e Industrial	454 972	45,0
Comércio de Mercadorias	260 328	25,7
Instituições de Crédito	48 768	4,8
Comércio e Administrações de Imóveis	10 972	1,1
Transportes	95 696	9,5
Comunicações	10 847	1,1
Serviços Técnico-Profissionais	28 381	2,8
Serviços de Consumo Imediato da População	316 690	31,4
Alojamento e Alimentação	50 307	5,0
Reparação e Conservação	60 545	6,0
Pessoais	35 297	3,5
Domiciliares	162 635	16,1
Diversões, Radiodifusão e Televisão	7 906	0,8
Serviços de Consumo Coletivo	238 625	23,6
Apoio à Reprodução da Força de Trabalho	130 976	12,9
Previdência Social	5 484	0,6
Ensino Público	65 872	6,5
Ensino Privado	19 253	1,9
Serviços Médicos Públicos	12 961	1,3
Serviços Médicos Particulares	21 720	2,1
Serviços Odontológicos	5 315	0,5
Serviços Veterinários	371	0,0
Controle Social	22 174	2,2
Serviços Comunitários e Sociais	22 174	2,2
Administração Pública	62 487	6,2
Defesa Nacional e Segurança Pública	22 988	2,3
TOTAL	1 010 287	100,0

FONTE: Censo Demográfico do Paraná 1980 - IBGE

NOTA: Esta tabela consta no trabalho de CIMINELLI e MARANHO, 1986, p.12.

Por esses destaques verificados, percebemos que o setor terciário estadual nos anos 70 manteve expressivo vínculo tanto com as atividades agrícolas e industriais do estado (dado o peso dos serviços de apoio à produção agrícola e industrial), quanto com os serviços tipicamente urbanos, originados do processo de urbanização, o qual foi fruto da conjugação das migrações rurais e do adensamento industrial.

1.1.4 Setor Público Estadual: Desafios e Finanças

O desenvolvimento produz e exige transformações nas estruturas urbanas e rurais que geram diversos processos (urbanização, êxodo rural, etc.), impondo desafios que o setor público deve buscar superar. Foi assim no Paraná desde a política dirigida à ocupação do estado até o seu redirecionamento rumo à industrialização. Para a construção de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, saneamento, sistema

educacional e de saúde) e de aparato institucional (órgãos públicos, bancos, instituições de pesquisa, etc.) são exigidos recursos que este setor deve prover via recursos próprios, tributários e transferências do governo federal, e de terceiros, endividamento interno ou externo.

Nesta seção procuraremos assinalar a performance das finanças públicas nos anos 70, quando alguns processos, como o êxodo rural, a intensificação do processo de urbanização e até de industrialização, exigiram e impuseram novas demandas sobre o setor público.

Enquanto nos anos 60 a política estadual se direcionava à industrialização do estado, ocorre um processo de centralização do poder político e de capacidade de tributação na esfera federal. Essa concentração foi resultado de um objetivo maior que se baseava na necessidade de readequação do sistema tributário à nova realidade sócio-econômica do país, alterada pelo Plano de Metas. Com um maior papel desempenhado pelo estado, exigiam-se novos instrumentos e fontes de recursos para o estado financiar o desenvolvimento, buscando uma forma não inflacionária como era a emissão de moeda (que predominou no Plano de Metas). Além disso:

[...] em que pese o caráter centralizador da reforma, justificado na necessidade de, por um lado, obter-se uma estrutura orgânica com comando único para evitar as contínuas seqüelas e disfunções tributárias do sistema anterior, e, por outro, impedir o desperdício e restaurar a austeridade das administrações estaduais e municipais, exercendo-se controle sobre parcela de seus gastos, não se pode negar a sua “intenção” de distribuir o “bolo tributário” de forma a impedir desequilíbrios nas finanças das três esferas governamentais, procurando favorecer, também, em alguma medida, as regiões cujas bases econômicas e tributárias se revelavam mais débeis. (OLIVEIRA, 1995, p.22).

É importante ressaltar que essa Reforma do Sistema Tributário veio acompanhada de um amplo arsenal de instrumentos de isenções e subsídios tributários, que não se fez sentir tanto sobre as finanças públicas de todas as instâncias governamentais no período do “milagre” graças ao crescimento econômico; mas no período da desaceleração exerceu pesado papel nas finanças públicas federais e dos subnacionais, conjugado às exigências de recursos públicos, principalmente federais, e da implantação do II PND.

Já nos anos 70, com a insuficiência dos recursos tributários e também o seu alto grau de inflexibilidade, dadas as vinculações existentes para destinação desses

recursos, e a “onda” industrializante, grande parte dos estados e municípios apelam para recursos extra-tributários, só obtendo superávits em seus orçamentos graças às operações de crédito.

[...] Ora, já padecendo dos efeitos perversos engendrados pela reforma em seus vários desdobramentos, o abandono, por algumas administrações estaduais, da política financeira de austeridade, contagiada pela aventura industrializante, exigiria para sua viabilidade uma adequação de suas fontes de receitas ao novo papel que se dispunham desempenhar [...].

A intensidade com que as Operações de Crédito passaram a constituir importante instrumento de captação de recursos, especialmente por parte dos estados, pode ser observada no Quadro 1.10. Ele revela que se em 1967 a relação de Operações de Crédito/Receita Tributária foi de apenas 1,53%, ele cresceria continuamente nos próximos anos, atingindo 24,7% em 1975. Já a relação Operações de Crédito/Receita Total evoluiria, no mesmo período, de 1,21% para 15,74%.

O resultado disso foi que os estados comprometeriam perigosamente sua situação financeira. O comprometimento de suas receitas com a dívida contraída tornar-se-ia crescente, tendo atingido o expressivo percentual de 56,8% em 1975. O mais inquietante desse quadro era o fato de a recorrência ao endividamento ter-se tornado prática habitual, rotineira e sistemática, como forma de suprir suas necessidades de recursos. Uma vez que o serviço da dívida tende a ser crescente, corria-se o risco de aproximar-se de uma situação em que sua rolagem poderia revelar-se problemática, não somente porque o poder central estabelece limites de sua auto alimentação que poderia engendrar, a partir de determinado ponto, sérias instabilidades orçamentárias na sua administração. (OLIVEIRA, 1995, p. 46-48).

O agravamento das finanças públicas dos estados e municípios nos anos 70 levaria a uma pressão por parte dos governos subnacionais sobre o federal por uma maior parcela de descentralização dos recursos a seu favor, o qual respondia com transferência de recursos voluntários e promessas futuras de soluções, medidas que caracterizavam bem esse período da história marcado pelo governo militar. Essa pressão se intensifica no início dos anos 80 com a Emenda Constitucional do Senador PASSOS (em 1984), que viria a trazer maior fortalecimento financeiro para estados e municípios.

A existência de um sistema de transferências dessa dimensão revela o poder ampliado do governo federal sobre as demais esferas propiciando-lhes condições tanto para influir na destinação de seus gastos através do estabelecimento de vinculações, quanto para mantê-las sob controle à medida que as torna extremamente dependentes de seus recursos. Esse movimento de centralização/concentração da política e dos recursos tributários combinava-se perfeitamente com a essência do regime burocrático autoritário [...]. (OLIVEIRA, 1985, p. 76-77).

Para OLIVEIRA (1985), essa má distribuição dos recursos, auxiliada pelo processo de crescimento e urbanização e acompanhada ainda de “sonhos industrializantes” que exigiam infra-estrutura, levou à deterioração da situação financeira dos governos subnacionais.

No entanto, o Paraná, até mesmo talvez por certas especificidades de sua economia, ainda baseada amplamente na agricultura e com um setor industrial ainda pouco expressivo, não se ressentiu tanto das dificuldades desse período, como o choque do Petróleo, por exemplo. Não se observa também a recorrência em tão ampla escala às operações de crédito, como ocorre com outros estados; da mesma forma, as transferências recebidas pelo Paraná foram, em média, menores que as recebidas por outros estados. “Conclui-se, portanto, que o Paraná é um dos estados que menos depende de transferências federais e de operações de crédito para a realização de seus gastos.” (IPARDES, 1982, p. 54).

Mas o impacto da centralização financeiro-tributária em nível federal exigia dos subnacionais a adequação de suas receitas e despesas, seja sacrificando custeio e investimentos seja buscando elevar transferências e/ou receitas. Nos anos 70, apesar de a indústria ganhar destaque no estado, principalmente se comparado ao “vazio” dos períodos anteriores, ainda é o setor agrícola a base da economia estadual e, logo, da arrecadação tributária. Sendo assim, com as boas safras até meados da década, as finanças públicas estaduais também apresentaram um bom desempenho.

Os maiores transtornos começaram quando as crises com as safras acabaram por gerar problemas na arrecadação do ICMS e por desnudar a fragilidade das finanças públicas estaduais, particularmente da arrecadação das receitas tributárias, em relação ao desempenho do setor agrícola. Como observamos na tabela 8, as receitas tributárias, que representam 72,88% da receita total em 1970, chegam em 1979 com um percentual de apenas 54,10%.

Sendo assim, nos anos 70 há uma reversão do quadro que até então se apresentava e o setor público passa a ser mais dependente de transferências federais e operações de crédito. As transferências do governo federal que representavam 9,98% da receita total em 1970 passaram a 14,80% no final da década. Já as operações de crédito passam de 8,33% para 16,38%, dos quais 10,37% eram operações externas (tabela 8).

TABELA 8 – PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DA RECEITA NO TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79

COMPONENTES DA RECEITA	(em %)									
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Receita Tributária	72,88	63,74	77,35	66,93	68,34	66,34	66,69	68,47	56,39	54,10
Impostos Indiretos	66,59	57,98	70,83	64,33	65,65	63,06	63,51	61,94	53,97	51,67
Impostos Diretos	1,16	1,16	1,68	1,84	2,00	2,00	2,09	2,03	1,50	1,66
Taxas	5,13	4,60	4,84	0,76	0,69	1,28	1,09	0,90	0,92	0,76
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01
Transferências	10,39	11,32	11,99	19,64	11,38	10,12	10,63	14,61	14,78	16,19
Do Governo Federal	9,98	10,89	11,42	19,06	11,15	9,39	9,08	14,80
Cota parte FPE	3,26	2,84	3,15	2,97	4,76
Cota Parte IULC	4,19	3,25	3,36	2,87	0,39
Cota Parte IUFE	1,58	1,51	1,50	1,46	1,64
Cota parte IUMP	0,23	0,22	0,27	0,27	0,18
Cota parte TRM	-	1,42	1,51	1,41	0,65
IRRF	0,25	0,18	0,29	0,32	1,10
Outros	1,91	9,64	1,07	0,09	6,08
Do Governo Municipal	-	0,04	0,09	0,10	0,23	0,00	0,09	-
Outras Transferências	0,41	0,39	0,48	0,48	0,00	0,73	1,46	{	1,39
Operações de Crédito	8,33	16,92	0,32	0,20	5,65	12,49	11,23	5,03	18,19	16,38
Internas	...	1,47	0,05	0,20	3,79	3,86	3,38	5,81
Externas	...	15,45	{ 0,27	-	1,86	8,63	7,85	10,37
Outras Receit. Corrent. de Capital	8,40	8,02	10,34	13,23	14,63	11,05	11,45	15,49	10,61	13,30
Patrimonial	1,65	2,04	2,27	1,69	...	1,86	1,75	2,57
Industrial	1,70	1,55	2,08	2,10	...	2,83	2,31	2,61
Diversos	6,96	9,51	10,14	7,09	...	10,74	6,52	8,13
Venda de Bens próprios Estado	0,03	0,13	0,14	0,17	...	0,06	0,02	0,01
Venda e Legitimação Terras	-	...	0,01
TOTAL DAS RECEITAS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IPARDES

NOTAS: 1 Esta tabela foi extraída de IPARDES, 1982, p. 58.

2 Inclui a administração centralizada e descentralizada do Estado do Paraná.

3 Sinal convencional utilizado:

... Dados desconhecidos.

Analisando a estrutura das despesas nos anos 70 por meio dos dados da tabela 9, observamos que alguns cortes de gastos se direcionaram para o item gasto com pessoal, o que demonstra a tentativa de ajuste, dada a queda da arrecadação tributária em função principalmente dos problemas ocorridos no setor agrícola.¹ Temos ainda um alto gasto com investimento, sendo que as quedas com a arrecadação eram compensadas com queda nos gastos com custeio pessoal, evidenciando assim um predomínio das despesas com funções econômicas em detrimento daquelas com funções sociais.

¹ Segundo IPARDES (1982), entre 1970 e 1975 as despesas cresceram 94%; já entre 1975 e 1979 aumentaram apenas 9,6%, com alguns anos de decréscimo.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA NO TOTAL DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1970-79

ELEMENTOS DE DESPESA	(em %)									
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Consumo do Governo	50,65	61,02	51,21	51,16	49,33	41,29	42,47	41,76	-	44,43
Pessoal	39,65	51,54	44,37	41,40	38,63	31,11	32,33	30,78	-	33,90
Bens e Serviços	11,00	9,48	6,84	9,76	10,70	10,18	10,14	10,98	-	10,52
Transferências	13,02	18,54	22,56	17,01	19,48	11,79	16,37	14,15	-	22,14
A Consumidores	11,45	14,05	14,59	13,04	11,64	11,63	12,52	12,05	-	16,32
Subsídios	-	0,04	0,05	0,10	0,07	0,04	0,12	-	-	0,01
Outras Transferências	1,57	4,45	7,92	3,87	2,78	0,13	3,73	2,10	-	5,81
Investimento	24,12	13,07	18,75	20,63	23,33	22,68	29,81	32,61	-	20,48
Em obras	22,87	10,53	17,85	19,60	20,73	17,86	21,70	21,94	-	15,29
Equipamentos e Instalações	0,85	0,40	0,64	0,73	2,30	1,19	1,24	1,16	-	0,59
Em Material e Instalações	0,40	0,34	0,26	0,29	0,30	0,29	0,34	0,32	-	-
Em Material Permanente	-	1,79	-	0,01	0,01	3,34	6,53	9,19	-	4,60
Serv. em Reg. de Prog. Esp.	9,52	2,30	1,91	7,35	5,73	19,75	8,96	8,75	-	7,55
Participações Financeiras	1,96	4,19	5,57	3,80	2,06	4,02	2,32	2,59	-	4,10
Amortização Dívida Pública	0,73	0,88	-	0,05	0,07	0,47	0,07	0,14	-	1,30
Outras Despesas	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00
TOTAL DAS RECEITAS										

FONTE: IPARDES

NOTAS: Inclui a administração centralizada e descentralizada do Estado do Paraná.

Esta tabela foi extraída de IPARDES, 1982, p. 60.

Uma das principais críticas no que se refere às contas públicas estaduais é que o governo se preocupou mais com as áreas sociais tradicionais do que com os problemas específicos oriundos das transformações econômicas e sociais ocorridas no estado no período. Segundo LEÃO (1986), o governo estadual se dirigiu mais às áreas tradicionais, como a saúde, a educação e o saneamento, nas quais obteve maior êxito. Porém, as questões específicas do crescimento econômico e das transformações dele decorrente, como o êxodo rural, o assalariamento no campo e a face urbana desses processos (subemprego, desemprego, favelas, problemas habitacionais) – e que ainda em grande parte foram amenizados com a “exportação” para outros estados de grande contingente populacional nos anos 70 – não foram tratadas com a atenção merecida.

2 ANOS 80: A DÉCADA PERDIDA E O PARANÁ

Depois de relatarmos as principais transformações econômicas no estado, principalmente na década de 70, descreveremos neste capítulo quais as mudanças que continuaram a se verificar nos anos 80, a chamada “década perdida”, e o que houve de novo no cenário econômico-social, ressaltando as principais demandas sociais e a performance das finanças públicas estaduais. Assinalaremos não só os determinantes internos mas também os nacionais e internacionais, bem como os desafios que estes impõem ao setor público estadual.

Nesse período, o cenário nacional e internacional mostrou-se pouco favorável ao crescimento do estado paranaense, em que podemos destacar:

[...] Por um lado, as mudanças na estrutura e distribuição da população e da riqueza nacional, com uma urbanização acelerada e uma polarização cada vez maior entre ricos e pobres, com o conseqüente aumento da demanda de serviços e infra-estruturas. Por outro a crise fiscal resultante das políticas econômicas de endividamento e subsídio público à iniciativa privada, características do período da ditadura e do estilo clientelista e patrimonialista de gestão da casa pública. Por último o impacto da revolução científica e tecnológica nas áreas gerenciais e organizacionais da produção de bens e da prestação de serviços, incluída a função pública, introduzindo com forças variáveis, tais como cooperação, qualidade, treinamento, qualificação, participação e diferenciação de produtos. (IPARDES, 1994, p. 3).

Em nível internacional houve a chamada “Terceira Revolução Industrial” em sua fase ainda muito restrita aos países centrais ou mais ricos. Nesse momento, a chamada “periferia do mundo”, ou pelo menos a grande maioria da América Latina, passava por um período de grave crise de endividamento, no qual os canais de financiamento, tão acessíveis nos anos 70, fechavam-se, obrigando os países devedores a se ajustarem para conseguir honrar suas dívidas.

Nesse contexto, o Brasil redireciona-se para uma política de ajuste interno que visa ao controle do déficit público e ao pagamento da dívida externa, uma vez que nesse período houve o corte de financiamentos externos, principalmente a partir da moratória do México. Essas medidas de ajuste acabaram afetando sobremaneira o Paraná em sua base (setor agropecuário e agroindustrial), já que um dos primeiros itens

atingidos foi o crédito agrícola subsidiado, o qual teve um papel fundamental no processo de modernização verificado no estado. O setor industrial estadual também se ressentiu, pois era grandemente baseado na agroindústria, que está muito vinculada ao setor agrícola.

Enfim, os anos 80 são marcados por queda do nível de atividade, cessação de fluxos externos de financiamentos, maior ocorrência do endividamento público interno, políticas recessivas para ajuste fiscal, elevação das taxas de juros (“ciranda financeira”), processo inflacionário galopante e sucessivos planos de estabilização. Apesar da crise dos anos 80, o Brasil foi um dos poucos países da América Latina que tiveram desempenho médio positivo do seu PIB, e a economia paranaense, por sua vez, conseguiu atravessar esse período com uma performance bem mais favorável que a do país: enquanto o PIB brasileiro cresceu 2,9% a.a., o do Paraná cresceu 5,6% a.a. Segundo o *Diagnóstico da Base Produtiva do Paraná – anos 80* (IPARDES, 1991), o Paraná não sentiu tanto a perversidade dos anos 80 por causa de quatro conjuntos de fatores estruturais:

- 1) expansão da oferta agropecuária do estado e/ou prosseguimento da diversificação da agroindústria – embora num ritmo mais lento do que o dos anos 70 –, refletido no avanço das atividades de fiação de algodão, complexos soja, cafeeiro e alcooleiro, abate de aves, etc.;
- 2) a maturação plena de grandes inversões realizadas em segmentos modernos e/ou novos da indústria paranaense no final da década de 70 e no início dos anos 80, com destaque para micro e minicomputadores, ônibus e caminhões, papel da imprensa, cigarros, malte, fertilizantes nitrogenados, etc.;
- 3) a maturação de investimentos em aumento da capacidade produtiva efetuados por empresas integrantes do complexo metal-mecânico na segunda metade da década, especialmente na área de siderurgia e de refrigeradores e freezers;

- 4) as repercussões imediatas da maturação dos investimentos, sobretudo na indústria, no período 1986-88.

Ainda nos anos 80, e mais especialmente nos anos 90, os governos estaduais ganham destaque na condução das políticas de crescimento econômico, principalmente da industrialização, devido a uma maior abertura política e sobretudo dada a incapacidade do setor federal de tomar para si essa responsabilidade, uma vez que se encontrava, como ainda hoje, em grave crise fiscal e financeira que o impedia, ou ao menos dificultava, de apoiar o crescimento das unidades da federação.

Vejamos mais detalhadamente como os setores agropecuário, industrial, terciário e o setor público estadual receberam os impactos internos e externos dos anos 80, dadas as transformações verificadas e os principais desafios daí decorrentes.

2.1 DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA

Nos anos 80, o setor agropecuário experimentou uma intensificação daqueles processos de transformações que se verificaram nos anos 70, tais como a modernização rural, especialização da produção em alguns produtos principais, concentração fundiária, assalariamento rural, migração rural, ainda que com certas peculiaridades decorrentes da modificação do cenário não só em nível estadual, mas também nacional e até internacional.

Apesar de continuar a perder espaço em favor do setor industrial, o peso do setor agropecuário ainda é primordial para a economia estadual, principalmente porque grande parte do destaque industrial está na agroindústria, que está vinculada ao setor agropecuário.

Na década de 80, o crescimento da produção se deveu ao aumento da produtividade, que se verificou com maior aproveitamento interno das propriedades, uma vez que as fronteiras agrícolas já se encontravam limitadas desde os anos 70. No que se refere à pauta de produtos, também seguem a tendência aqueles produtos que se

destacaram na década anterior, com algumas mudanças relacionadas à especificidade do cenário:

Com o esgotamento das fronteiras agrícolas do estado em meados dos anos 70, especialmente das melhores terras, não se pode esperar dos anos 80 um crescimento de produção da ordem do acontecido na década anterior. A área colhida dos produtos em geral aponta para um crescimento não superior a 2,5% no decênio.

O aumento da produção agropecuária paranaense se dá principalmente via novos investimentos nas terras já ocupadas, seja com introdução e/ou maior difusão de tecnologias mais produtivas, seja com alterações no próprio uso do solo.

[...] acontecem importantes alterações na pauta de produção paranaense durante a década, ainda que menos intensas que as ocorridas com a introdução da soja na década passada.

Em termos genéricos, grandes culturas (café, milho, soja, trigo, etc.), mesmo com algumas oscilações na produção, continuam sendo as mais expressivas na geração de valor para o estado; no entanto perdem participação no total da produção agropecuária paranaense. De fato, ocorre um aumento da importância de vários produtos, redundando numa pauta de produção menos concentrada. (IPARDES, 1991, p. 34).

A tendência à concentração fundiária em estabelecimentos de maior porte e em certas regiões do estado continuou se reforçando nos anos 80. É interessante ressaltar que nesse período a categoria de não-proprietários apresenta um crescimento, conforme o Censo Agropecuário de 1985, diferentemente dos anos 70, quando essa categoria havia se reduzido com a implantação do processo de modernização. Segundo VALLE MAGALHÃES (1996), isto não denotaria uma reversão da tendência à concentração fundiária ou uma revitalização da pequena propriedade, mas sim uma estratégia para superar as adversidades do período, como a crise de crédito, subsídio e queda do nível de atividade, que acabaram por levar a uma busca de melhores formas de sobrevivência nesse contexto. Verifica-se, de fato, o prosseguimento da modernização agrícola, bem como suas diversas conseqüências, não só na concentração fundiária, mas também na questão do emprego e do êxodo rural.

Quanto ao êxodo rural, observam-se dois processos: uma redução do seu ritmo e uma mudança de direcionamento dos fluxos migratórios, que assume um aspecto mais urbano, ou seja, do setor rural e dos pequenos municípios para os centros urbanos de médio e grande porte. A região Norte, assim como nos anos 70, foi a que se destacou no problema do êxodo rural, porém perdeu percentual relativo pelo crescimento da parcela

de responsabilidade das regiões Oeste/Sudoeste e Paraná Tradicional, até por conta de ter ocorrido nos anos 80 a disseminação da modernização rural nessas regiões.²

Também prossegue o assalariamento rural que, como ocorre nos anos 70, não consegue absorver toda a mão-de-obra dispensada com a tecnificação e a concentração fundiária.

Já o emprego rural apresenta um pequeno aumento no total do estado, porém no âmbito regional há diferenças, pois o incremento total obtido é resultado do aumento expressivo nas regiões Centro-sul e Sudoeste, enquanto na região Norte e Extremo-este ocorre redução do emprego rural.

Segundo VALLE MAGALHÃES (1991), a ocupação cresce no estado nos estabelecimentos menores e na categoria de não-proprietários, o que reforça a interpretação de que se forma com esta uma reserva de mão-de-obra, que se verifica nas propriedades menores, mas para servir a médias e grandes propriedades.

2.2 MUDANÇAS NO SETOR INDUSTRIAL

O setor industrial destaca-se como um dos que mais sofreram os impactos dos problemas enfrentados no período, como inflação, juros altos, crise fiscal-financeira do setor público em todos os níveis, crise no padrão de financiamento da economia, desemprego, bem como problemas externos, como o fim dos fluxos financeiros internacionais e competição comercial.

Nesta seção analisaremos o desempenho do setor industrial estadual levando em consideração um cenário mais geral e ressaltando as especificidades estaduais que fizeram com que o estado tivesse um desempenho peculiar, a ponto de ser eleito objeto de vários estudos.

Segundo CASTRO (1994), o setor industrial paranaense é constituído por um conjunto heterogêneo de empresas que inclui grandes empresas nacionais e

² Segundo VALLE MAGALHÃES (1991), nos anos 70 as regiões Oeste/Sudoeste e Paraná Antigo, juntas, participavam com 25% do saldo migratório rural e 11% das perdas totais do estado; no intervalo seguinte teriam passado a responder por 46% e 55% desses saldos, respectivamente.

estrangeiras, médias nacionais e estrangeiras e pequenas e micros em geral com capital de origem local. Essa constituição, que fora idealizada nos anos 60 e já iniciada nos anos 70, aprofunda-se nos anos 80, sendo responsável pelo papel de destaque no desempenho do estado, e consolida-se nos anos 90, tendo as montadoras como sua expressão mais recente.

Nesse processo, o governo estadual assume um papel preponderante ao desenhar e gerenciar as políticas públicas para o desenvolvimento regional e competitividade sistêmica, dentro de um cenário de restrições financeiras em que não se pode desperdiçar recursos nem contar com o apoio do governo federal, o qual não tinha condições de tomar as “rédeas” do crescimento porque se encontrava em grave crise fiscal-financeira. Além disso, havia um novo paradigma de gestão, alicerçado em processos descentralizadores que no nível das esferas governamentais já se encontrava em movimento desde a década de 70, culminando com a Constituição de 1988. Desse modo, verifica-se que a participação do governo estadual foi primordial para o desempenho do estado.

De acordo com o *Diagnóstico da Base Produtiva do Paraná – anos 80* (IPARDES, 1991), apesar de a indústria paranaense encontrar-se arrefecida em relação aos anos 70 e de não ter surgido novos setores de peso, a diversificação da indústria ganhou impulso e a dinâmica do setor prosseguiu liderada pelos segmentos mais modernos e mais recentemente implantados.

Para se ter um cenário da performance do setor industrial paranaense nos anos 80 utilizaremos o estudo do IPARDES que se baseia na metodologia descrita abaixo, com dados de VA (Valor Adicionado) e VS (Valor das Saídas) da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Isso se justifica, em parte, pelo interesse principal na composição da indústria e não no crescimento absoluto de cada segmento e também pelas dificuldades encontradas na utilização de índices de preços específicos para os diversos segmentos industriais. O VA é utilizado como a melhor *proxy* do produto de cada segmento, de sua capacidade de gerar renda em forma de salários e lucros, enquanto o VS é usado como variável comparativa, cujo comportamento, quando significativamente discrepante do VA, sugere ganhos ou perdas de preços relativos do segmento. Já o comportamento da razão VA/VS, dentro de cada segmento, à medida que reflete a capacidade de gerar renda a partir de um mesmo valor das vendas, foi tomado como um indicador preliminar de produtividade, pois também é afetado pela variação de preços. Por fim o número de estabelecimentos permitiu, principalmente quando de sua redução, detectar segmentos onde o impacto da recessão se fez sentir com maior força. (IPARDES, 1991, p. 48).

Definida a metodologia, iremos analisar o desempenho de cada setor apoiando-nos nas tabelas retiradas de IPARDES (1991), as quais apresentaremos a seguir (tabelas 10 e 11).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GÊNEROS NO TOTAL DO VALOR DAS SAÍDAS E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1980-89

GÊNEROS	VALOR DAS SAÍDAS			VALOR ADICIONADO		
	80/82	83/85	86/88	80/82	83/85	86/88
Produtos Alimentares	33,17	36,26	33,56	18,87	23,77	21,19
Química	27,88	28,21	21,22	31,22	30,49	20,13
Material de Transporte	2,22	2,73	5,15	5,22	5,48	7,29
Mecânica	4,08	3,48	5,03	10,09	6,58	6,82
Papel e Papelão	3,28	3,47	4,92	4,84	4,81	6,76
Madeira	7,35	4,59	4,91	1,92	3,4	6,41
Têxtil	4,05	4,49	4,51	6,68	4,74	5,77
Material Elétrico e de Comunicação	2,63	2,91	3,68	3,85	3,76	4,84
Produtos de Min. Não-metálicos	3,6	2,63	3,24	3,31	3,99	4,38
Metalúrgica	2,38	2,21	2,99	3,62	3,31	3,6
Mobiliário	2,09	1,61	2,05	2,52	2,22	3,21
Fumo	2,33	2,19	1,98	2,29	1,77	2,32
Bebidas	1,58	1,57	1,59	1,98	2,01	1,9
Outros	3,28	3,66	5,19	3,59	3,66	5,38
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: SEFA

TABELA 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, RELAÇÃO VA/VS E PARTICIPAÇÕES, NO TOTAL DO VA E VS DO GÊNERO, DOS GRANDES GRUPOS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, DE MATERIAL DE TRANSPORTES, MECÂNICA, DA MADEIRA, DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS, DE PAPEL E PAPELÃO E TÊXTIL - MÉDIAS TRIENAIS - 1980-88

GRANDES GRUPOS	ESTABELECIMENTOS			VA/VS			PARTICIPAÇÃO NO VA			PARTICIPAÇÃO NO VS		
	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88
Produtos Alimentares												
Benef. e Fabricação de Prod. Alimentares	1 721	1 721	1 763	23,08	24,33	23,28	39,56	40,20	41,16	35,06	40,11	43,93
Refeições Industriais e Conservas	46	62	99	38,32	35,62	45,61	1,94	1,18	3,84	1,02	0,80	1,95
Abate e conservas de carne	138	130	182	17,29	37,02	27,88	15,76	20,71	22,81	18,70	18,53	19,56
Leite e Laticínios	71	83	102	18,27	21,37	21,95	2,44	2,15	2,35	2,73	2,43	2,57
Açúcar	10	8	8	35,60	45,30	49,63	9,15	7,48	7,08	5,20	3,93	3,40
Massas e Biscoitos	47	60	97	44,28	39,44	40,31	3,18	2,03	2,72	1,47	1,25	1,56
Diversos Inc. Rações	226	299	448	15,56	19,06	17,42	26,35	24,95	18,38	34,56	31,65	25,42
Outros	546	785	1 069	32,84	23,47	31,42	1,61	1,30	1,67	1,31	1,30	1,60
Total do Gênero	2 806	3 152	3 768	20,44	24,22	24,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Material de Transportes												
Embarcações	11	12	16	42,5	58,28	43,32	0,98	1,02	0,97	0,70	0,75	1,08
Veículos Automotores	115	122	137	29,96	47,82	48,58	76,33	90,54	92,38	78,37	87,20	89,11
Cabines e Carroceirias	171	172	202	32,33	31,93	29,02	19,47	7,53	6,12	17,48	10,96	9,24
Bicicletas e Motos	2	6	9	20,49	29,87	41,87	1,37	0,34	0,14	2,23	0,53	0,15
Outros Veículos	32	32	31	48,16	62,86	58,14	1,33	0,34	0,21	0,79	0,25	0,17
Outros	38	39	38	38,51	35,11	45,11	1,62	0,47	0,26	0,99	0,40	0,26
Total do Gênero	357	368	421	30,73	46,05	46,86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

continua

TABELA 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, RELAÇÃO VA/VS E PARTICIPAÇÕES, NO TOTAL DO VA E VS DO GÊNERO, DOS GRANDES GRUPOS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, DE MATERIAL DE TRANSPORTES, MECÂNICA, DA MADEIRA, DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS, DE PAPEL E PAPELÃO E TÊXTIL - MÉDIAS TRIENAIS - 1980-88

GRANDES GRUPOS	ESTABELECIMENTOS			VA/VS			PARTICIPAÇÃO NO VA			PARTICIPAÇÃO NO VS		
	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88	80-82	83-85	87-88
continuação												
Mecânica												
Maq. Motrizes não Elét. Cald. etc.	4	5	11	42,27	29,26	44,6	0,07	0,16	0,52	0,07	0,27	0,59
Equip. Inds. p/ Inst. Hidrául. etc.	43	53	73	42,35	42,14	46,21	27,75	23,95	23,96	27,64	29,02	25,97
Máquinas Ferramentas e Operatrizes	86	88	125	47,09	50,68	47,95	36,70	22,17	27,86	33,01	22,28	29,26
Maq. p/ Agropec.	117	141	182	39,26	59,53	57,12	31,36	48,89	40,80	33,56	41,88	35,70
Máquinas Diversas	27	38	59	25,67	34,85	42,20	2,34	3,01	4,52	3,74	4,43	5,28
Tratores	14	11	17	34,83	40,85	34,59	0,70	0,94	1,37	0,86	1,16	2,06
Outros	71	72	70	20,04	37,19	45,82	1,09	0,83	0,97	1,13	0,96	1,15
Total do Gênero	362	407	561	42,27	50,92	50,18	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Madeira												
Desdobramento Estruturas de Mad. e Carpintaria	1 616	1 446	1 580	48,05	53,34	55,13	61,91	63,32	60,50	63,77	62,79	58,70
Chapas e Placas	192	193	233	47,96	47,87	49,21	4,77	3,89	4,18	4,93	4,29	4,54
Compens. e Aglom.	79	73	72	52,87	51,79	50,73	29,91	28,72	30,57	27,99	29,32	32,23
Artefatos Diversos	95	108	176	50,92	59,74	55,41	3,27	3,82	4,34	3,17	3,39	4,18
Lenha e Carvão	14	34	70	66,46	79,45	65,43	0,02	0,15	0,34	0,02	0,10	0,30
Outros	15	20	16	49,48	42,03	42,90	0,13	0,09	0,07	0,12	0,11	0,08
Total do Gênero	2 018	1 874	2 148	49,57	52,90	53,48	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Prod. de Min. Não-Met.												
Britamento	67	78	86	66,47	69,52	70,66	1,76	2,17	2,29	1,72	2,08	2,16
Cal	78	66	81	58,46	69,90	67,21	4,88	6,50	5,37	5,44	6,18	5,34
Material Cerâmico	1 028	891	1 073	74,41	72,90	73,27	34,91	29,21	34,50	30,55	26,70	31,51
Clínquer e Cimento	29	16	10	69,30	76,70	71,36	33,80	36,61	30,87	31,77	31,80	28,86
Estrut. e Cimento e Fibrocimento	355	416	612	53,49	53,04	58,05	21,11	21,68	22,91	25,71	27,19	26,42
Outros	32	40	73	41,28	46,60	44,61	3,48	3,83	4,06	4,80	6,05	5,71
Total do Gênero	1 589	1 507	1 934	65,12	66,62	66,85	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Papel e Papelão												
Celulose e Pasta												
Mecânica	47	46	43	61,50	64,69	67,24	4,18	3,49	4,20	3,88	3,05	3,57
Papel e Papelão	36	43	51	64,47	63,61	58,91	83,79	86,68	86,73	74,42	79,26	82,10
Artefatos de Papel	23	36	42	31,70	31,63	33,68	7,78	6,06	5,38	14,01	11,14	8,86
Artefatos de Papelão	11	14	29	31,71	33,59	37,52	4,26	3,77	3,68	7,68	6,55	5,47
Outros	0	1	2	0,00	14,77	22,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Gênero	117	140	167	57,24	58,16	55,77	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Têxtil												
Benefic. de Fibras	70	72	85	30,56	24,94	36,10	63,42	52,67	51,96	71,06	67,98	60,84
Fiação e Tecelagem	16	24	43	46,19	48,42	51,59	24,74	37,42	40,73	18,29	24,03	32,19
Tecidos de Malha	86	102	166	40,60	41,82	41,11	7,98	5,78	4,83	6,77	4,27	4,21
Artefatos Têxteis	32	34	60	36,29	35,22	32,24	3,84	4,06	2,39	3,77	3,53	2,57
Outros	4	9	15	3,80	8,17	11,01	0,03	0,06	0,09	0,11	0,20	0,19
Total do Gênero	209	240	370	34,18	31,43	41,16	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: SEFA

Conforme podemos verificar nas tabelas, o setor da Química apresentou uma performance pouco significativa nos anos 80, não só porque os preços não estiveram nos níveis dos verificados nos anos 70, mas principalmente pelo fato de que a implantação da Refinaria de Araucária ocorreu nos anos 70. Dentro desse setor, o destaque ficou para:

- a) produtos não derivados do petróleo, inserindo-se aqui a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar, que já vinha se destacando desde a década de 70 com a implantação do Proalcool;
- b) óleos vegetais, refletindo a introdução da soja desde a década de 70 e sua intensificação nos anos 80;
- c) adubos e fertilizantes, que, assim como o ramo de óleos vegetais, também ligam-se ao setor agropecuário e a sua tecnificação e modernização. É importante ressaltar que esse ramo sofreu muito com os cortes de crédito e subsídio à agricultura implementados pelo governo federal.

No setor de Produtos alimentares sobressaíram-se a) abate e conservas de carne e b) refeições industrializadas e conservas, os quais apresentam crescimento do número de estabelecimentos, respectivamente de 46 para 99 e de 138 para 182, entre 1980-1988, bem como de produtividade, de 38,32 para 45,61 e 17,29 para 27,88, no mesmo período, respectivamente. Dos segmentos que apresentaram desempenho menos favorável estão o ramo leite e laticínios, o de açúcar e o de massas e biscoitos. Apesar de verificarmos nos dois primeiros ramos VA e VS estagnados, há um incremento na sua produtividade expressa no VA/VS, indicando talvez uma diversificação em direção a produtos mais elaborados com maior valor agregado. No geral, porém, este setor apresenta-se muito estagnado nos anos 80, mas merece uma observação porque ainda possui peso significativo para o setor industrial paranaense.

No segmento de Metal-mecânica, no qual estão incluídos os ramos de mecânica, material de transportes e de material elétrico e de comunicações, o gênero de maior destaque nos anos 80 foi o ramo de material de transportes, refletindo claramente a instalação da VOLVO no final dos anos 70. Segundo IPARDES (1991, p. 55), sua

participação na indústria de transformação passa de 1,5% no triênio 80/82 para 6% em 86/88. Entre os ramos da indústria de material de transporte, o de veículos automotores apresenta a maior representatividade e evolução, tanto em VA como em produtividade VA/VS.

O ramo que se sobressaiu na indústria Mecânica é o de máquinas para agropecuários, que cresce em VA, VS e em produtividade, indicando seu atrelamento ao prosseguimento da modernização rural. Também os ramos equipamentos industriais para instalação hidráulica e o de máquinas, ferramentas e operatrizes elevaram sua participação na indústria de transformação.

No setor de Material elétrico e de comunicações, os ramos que se destacam ou pelo menos mantêm suas participações são os de implantação mais recente, como o de fabricação de máquinas e aparelhos eletrônicos, fitas e discos magnéticos e de aparelhos e equipamentos de comunicação. Observamos ainda um razoável desempenho do ramo de produção de máquinas e equipamentos para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, apresentando ainda crescimento de produtividade.

A indústria Madeireira, em geral, apresentou-se estagnada, ficando o destaque por conta do ramo de artefatos diversos, que apresenta melhor desempenho em todos os itens, indicando talvez uma maior diversificação da indústria madeireira em busca de produtos mais complexos com maior valor agregado.

De modo geral, poucas mudanças também foram verificadas na indústria de Minerais não-metálicos. Mas é importante observar o ramo de clínquer e cimento, que apresenta queda no número de estabelecimentos, mas tem ligeiro ganho em produtividade. Esse ajuste no ramo de clínquer e cimento pode ser explicado pelo impacto das políticas recessivas do anos 80, principalmente em seu início, que afetou a construção civil. Segundo ROLIM (1995), o Paraná não foi tão atingido pelo desempenho favorável da agropecuária e de alguns ramos industriais, como alimento e química, porém uma exceção deve ser feita à construção civil que se ressentiu dessa crise.

A indústria de Papel e papelão obteve um bom desempenho, principalmente pelo aumento do número de estabelecimentos em todos os ramos, com ganho, ainda que não expressivo, na produtividade de quase todos eles. O ramo de papel e papelão, apesar de menor produtividade, cresce em VA, numa indicação de maior diversificação e acréscimo de valor agregado ao produto.

Na indústria Têxtil observamos uma mudança em relação à década anterior, ou seja, o destaque do ramo de fiação e tecelagem, em detrimento do beneficiamento de fibras, revelando uma indústria têxtil que avança para produtos de maior complexidade no processo produtivo e de maior valor agregado.

Considerando esses dados dos setores industriais, com algumas exceções devido a certas especificidades próprias do período, há um aprofundamento das tendências já verificadas nos anos 70.

Da mesma forma, os anos 80 seguem também, com algumas novidades, a tendência à localização concentrada do setor industrial que se verificou na década anterior. Segundo IPARDES (1982), até os anos 70 a indústria paranaense era melhor distribuída no estado, com predomínio de pequenas e médias empresas atendendo a mercados locais. Com as transformações do setor industrial, que ganha maior destaque, ocorre também um redesenho espacial da localização das empresas no estado; enquanto no interior predominam as indústrias tradicionais e a agroindústria, na área da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) concentram-se as de metal-mecânica.

Entre os vários estudos que identificam a concentração espacial do valor industrial paranaense de acordo com os setores predominantes em cada região, o de MAGALHÃES FILHO (1973), ao analisar o planejamento e industrialização regional, assinala que dos eixos industriais principais no estado o primeiro é o de Ponta Grossa-Curitiba, responsável pela concentração dos setores da metal-mecânica, e o segundo é o de Londrina-Maringá, com maior destaque para a agroindústria. Segundo o autor, essa concentração faz parte da evolução da economia mundial que exige maior escala de produção e maior dependência entre as unidades produtoras, as quais se especializam cada vez mais.

O trabalho de ROLIM (1995) também destaca uma concentração por setores industriais no território paranaense, que se configuraria por um “Paraná Urbano” e outro “Paraná Agrobusiness”. O Paraná Agrobusiness, que está presente nas regiões Oeste e Norte, caracteriza-se por concentrar atividades agrícolas e industriais ligadas à agropecuária e ainda por receber menos atenção do governo estadual sobre a maior parte dos fatores que afetam sua evolução, pois o controle de suas principais variáveis (como a política de crédito agrícola, política de preços mínimos, política cambial, que podem viabilizar ou inviabilizar uma cultura) está nas mãos do governo federal. Já o Paraná Urbano se configura ao Sul e Sudeste do território, com destaque para a RMC, onde a estrutura se distancia da base agroindustrial para concentrar-se em setores modernos voltados para setores da metal-mecânica dirigidos aos mercados nacional e internacional. “A dinâmica deste Paraná deve preocupar-se cada vez mais com questões relativas à manutenção da competitividade no contexto nacional e internacional; as demandas que faz sobre o estado têm características diferenciadas daquelas que são feitas pela parcela agrobusiness”. (ROLIM, 1995, p. 82).

ROLIM (1995) aponta ainda a existência de “Outros Paranás”, como o caso da área que circunda Foz do Iguaçu, destacando a atividade do turismo, e a área de Cianorte, com as indústrias de confecção. Para o autor essas configurações, que com alguma exceção (como a área de Cianorte) se iniciaram nos anos 70, acentuaram-se nos anos 80 e se propagaram pela década seguinte.

A configuração espacial concentrada em setores por regiões parece mesmo se propagar pelos anos 90 como apontavam diversos estudos. Segundo CASTRO (1994), por exemplo, a dinâmica estadual recente vem confirmar tal tendência de configuração, a qual é analisada a partir do conceito de “eixos de desenvolvimento”:

[...] Estes eixos poderiam ser vistos como espaços geoeconômicos nos quais ações públicas estimulariam o crescimento econômico, elevando a competitividade ou propiciando um desenvolvimento regional melhor distribuído, a partir das bases produtivas instaladas.

Em princípio, estes eixos constituem conjuntos de municípios com proximidade geográfica que se destacam na geração de valor adicionado, com predomínio de algumas atividades da indústria de transformação. Nem sempre é possível observar a existência de fortes vínculos entre todos eles, sugerindo interdependências econômicas, embora isto possa e deva ser amplamente estimulado através do desenvolvimento coordenado de networks entre, por exemplo, empresas públicas como a Copel, instituições de ensino, associações empresariais e prefeituras.

Foram identificados seis eixos de desenvolvimento: Leste (RMC, Ponta Grossa e Paranaguá), Norte (Cambé, Ibiporã, Londrina, Cornélio Procópio, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Marialva,

Sarandi e Maringá), Oeste (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Guaíra e Foz do Iguaçu), Noroeste (Umuarama, Cianorte, Goio-Erê e Campo Mourão), Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão) e Setentrião (Jacarezinho e Santo Antonio da Platina). Estes eixos não contradizem outros esforços de regionalização produtiva realizados anteriormente. Note-se que de modo geral eles agrupam municípios heterogêneos, o que certamente demandará estudos e simulações sobre possíveis polarizações e campos de influência.

Além dos eixos, foram levantados sete municípios denominados de base produtiva especializada pela preponderância de certas atividades econômicas. São eles: Castro, Guarapuava, Jaguariaíva, Paranavai, Rio Negro, Telêmaco Borba e União da Vitória.

A estes deverá somar-se Arapoti (sem dados até a redação deste documento), onde foi construída uma importante fábrica de papel e celulose. (IPARDES, 1994, p. 37).

Dessa forma, a configuração espacial da indústria paranaense no início dos anos 90 pode ser assim descrita (conforme tabela 12):

- a) No eixo Leste destacam-se cinco gêneros industriais: Química, Material de transporte, Mecânica, Produtos alimentares e Material elétrico, os quais, em conjunto, representam 64,72%, em 1990, do valor adicionado da indústria de transformação no eixo;
- b) No eixo Norte destacam-se três gêneros industriais: Produtos alimentares, Têxtil e confecções e Química (principalmente o refino de soja), que em 1990 representavam cerca de 66,93% do valor adicionado da indústria de transformação no eixo;
- c) No eixo Oeste o maior destaque é o gênero de Produtos alimentares que sozinho em 1990 respondia por mais de 50% do valor adicionado da indústria de transformação no eixo, seguido do gênero Têxtil (13,5% em 1990) e Química (8,8% em 1990);
- d) No eixo Noroeste os gêneros Têxtil e confecções, Produtos alimentares e Química somados representam mais de 86% do valor adicionado da indústria de transformação no eixo;
- e) No eixo Sudoeste os gêneros Produtos alimentares e Madeira e mobiliário juntos representam mais de 80% do valor agregado da indústria de transformação no eixo;
- f) No eixo Setentrião os gêneros Produtos alimentares e Química somam mais de 85% do valor adicionado da indústria de transformação no eixo.

TABELA 12 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR GÊNEROS SELECIONADOS, NOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1988-1990

GÊNEROS SELECIONADOS	EIXO LESTE (%)			EIXO NORTE (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Minerais não-metálicos	7,96	6,23	6,37	2,44	3,62	3,5
Metalurgia	3,71	2,77	3,87	2,32	3,57	4,41
Mecânica	9,61	9,90	10,28	-	-	-
Material elétrico	0,79	8,88	8,32	1,41	1,97	2,16
Material de transporte	10,75	11,53	10,68	1,04	1,97	1,41
Produtos plásticos	2,77	6,60	3,55	0,67	1,45	1,43
Química	25,49	25,67	26,58	15,75	13,51	9,97
Produtos alimentares	7,00	3,69	8,86	50,34	39,25	38,78
Madeira Mobiliário	5,56	1,71	5,79	2,31	7,18	6,44
Têxtil Confeções	1,58	8,82	1,76	18,47	19,14	18,08
Couros e Peles	-	-	-	5,16	4,32	3,53
Bebidas	-	-	-	-	-	-
Total	75,21	85,79	86,36	99,91	95,98	89,71
Total Valor Adicion. Ind.	1 415 507 488	19 407 157 160	395 293 389	373 541 541	4 419 499 683	83 976 746
Transf.						
Núm. de Estabelecim.	5 292	5 411	5 836	3 331	3 287	3 224

GÊNEROS SELECIONADOS	EIXO OESTE (%)			EIXO NOROESTE (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Minerais não-metálicos	2,57	2,60	2,89	-	-	-
Metalurgia	2,81	3,73	2,64	-	-	-
Mecânica	2,09	3,18	2,85	-	-	-
Material elétrico	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-
Produtos plásticos	-	-	-	-	-	-
Química	6,57	5,68	8,84	35,41	21,86	12,15
Produtos alimentares	67,40	58,71	60,01	18,19	10,89	27,74
Madeira Mobiliário	5,31	7,32	7,42	-	-	-
Têxtil Confeções	6,44	10,26	10,42	38,63	54,75	46,21
Couros e Peles	-	-	-	-	-	-
Bebidas	2,15	1,36	3,19	-	-	-
Total	95,36	92,83	98,26	92,23	87,59	86,10
Total Valor Adicion. Ind.	78 430 529	1 024 911 593	21 027 266	47 130 845	564 592 954	11 925 557
Transf.			326			
Núm. de Estabelecim.	989	1 010	1 028	580	607	678

GÊNEROS SELECIONADOS	EIXO SUDOESTE (%)			EIXO SETENTRIÃO (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Minerais não-metálicos	-	-	-	1,17	3,07	3,04
Metalurgia	1,75	3,76	4,71	-	-	-
Mecânica	-	-	-	-	-	-
Material Elétrico	-	-	-	-	-	-
Material de transporte	-	-	-	-	-	-
Produtos plásticos	1,16	3,15	3,44	-	-	-
Química	-	-	-	59,57	48,98	31,05
Produtos Alimentares	74,82	60,88	56,90	25,79	23,78	52,52
Madeira/Mobiliário	15,54	21,81	21,36	10,69	19,03	9,98
Têxtil/Confeções	1,51	0,91	3,28	1,64	3,32	2,20
Couros e Peles	-	-	-	-	-	-
Bebidas	-	-	-	-	-	-
Total	94,78	90,50	89,69	98,86	98,17	98,79
Total Valor Adicion. Ind.	27 992 173	297 373 956	5 797 431 802	8 364 359	69 424 048	2 492 841 812
Transf.						
Núm. de Estabelecim.	340	359	383	137	139	131

FONTES: IPARDES, SEFA

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

- o dado não existe.

Tabela retirada de CASTRO, 1994, p. 40.

No que se refere aos municípios de base produtiva especializada, um gênero industrial representa quase o seu absoluto valor adicionado da indústria de transformação. São os casos de Telêmaco Borba e Jaguariaíva com o gênero Papel e papelão (a partir de 1993 também Arapoti), de Guarapuava e União da Vitória com o

gênero Produtos alimentares e Rio Negro com o fumo. Guarapuava é uma exceção, pois três gêneros dividem essa representatividade: Papel e papelão, Bebidas e Madeira (tabela 13).

TABELA 13 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DE BASE PRODUTIVA ESPECIALIZADA - 1988-90

PRODUTOS	TELÊMAGO BORBA (%)			GUARAPUAVA (%)			JAGUARIAÍVA (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Prod. Alimentares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel/Papelão	98,85	98,71	97,67	50,95	33,01	35,88	97,71	93,04	99,01
Madeira/Mobiliár.	-	-	-	21,49	22,29	21,54	-	-	-
Bebidas	-	-	-	20,76	38,78	33,10	-	-	-
Têxtil/Confecções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	98,85	98,71	97,67	93,2	94,08	90,52	97,71	93,04	99,01
Núm. de Estabel.	71	73	73	261	256	262	26	28	26
Valor Adic.	78 311 657	924 818 18	14 045 289	33 760 011	577 956 96	9 546 023	28 422 347	268 928 271	4 917 330
Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros e Peles	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PRODUTOS	CASTRO (%)			RIO NEGRO (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Prod. Alimentares	84,49	85,63	84,04	-	-	-
Papel/Papelão	-	-	-	-	-	-
Madeira/Mobiliár.	5,11	9,1	10,72	27,12	24,86	16,60
Bebidas	-	-	-	-	-	-
Têxtil/Confecções	-	-	-	-	-	-
Fumo	-	-	-	57,54	60,13	75,61
Total	89,6	94,73	94,76	84,66	84,99	92,21
Núm. de Estabel.	80	83	78	97	94	88
Valor Adic.	17 623 843	333 314 094	6 361 439	17 619 466	319 693 758	8 190 771
Ind. Transf.	-	-	-	-	-	-
Couros e Peles	-	-	-	-	-	-

PRODUTOS	UNIÃO DA VITÓRIA (%)			PARANAVAI (%)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Prod. Alimentares	5,45	4,52	6,12	70,83	49,45	60,82
Papel/Papelão	25,39	33,31	21,75	-	-	-
Madeira/Mobiliár.	64,36	56,47	64,40	3,07	7,5	7,07
Bebidas	-	-	-	-	-	-
Têxtil/Confecções	-	-	-	1,64	10,69	8,56
Fumo	-	-	-	-	-	-
Total	95,2	94,3	92,27	80,73	78,13	82,73
Núm. de Estabel.	206	193	181	253	225	249
Valor Adic. Ind.	17 199 322	265 210 503	4 611 782	10 929 356	93 299 601	2 021 716
Transf.	-	-	-	-	-	-
Couros e Peles	-	-	-	5,19	10,49	6,48

FONTES: IPARDES, SEFA

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

- O dado não existe.

Tabela extraída de CASTRO, 1994, p. 41.

A especificidade mais recente que merece destaque é o gênero Vestuário do interior do estado, que ao aproveitar “bolsões de mão-de-obra” acaba por se relacionar

com a agropecuária, não por fatores como insumos ou mercado de consumo, mas justamente pela origem de sua mão-de-obra.

É importante ressaltar que esse desenho espacial da indústria paranaense não possui seus determinantes nos limites internos do estado, mas os extrapolam, fazendo parte, inclusive, de suas origens. O próprio trabalho de ROLIM (1995), *O Paraná Urbano e o Paraná do Agrobusiness*, destaca esses “dois Paranás”:

Ao longo deste trabalho procurou-se mostrar como, dentro do processo geral da divisão espacial do trabalho no Brasil, desde os anos 70 foram sendo conformados no território paranaense dois grandes espaços econômicos: um deles da órbita das atividades agropecuárias, que pode ser denominado de Paraná do Agrobusiness, e o outro na órbita da economia urbano-industrial do País, que podemos chamar de Paraná Urbano. Cada um deles com sua dinâmica e interesses específicos. (ROLIM, 1995, p. 95).

Temos, então, espaços distintos que se originam a partir de distintas origens pertencentes a um mesmo processo. Assim, mesmo o desenvolvimento agrícola do interior do estado também está ligado às exigências de produtos do processo de industrialização brasileira, concentrado em São Paulo.

Dessa forma, a configuração espacial da indústria no estado do Paraná faz parte de um movimento mais amplo, fundado no processo de industrialização brasileira e seus desdobramentos em nível espacial nacional.

Uma melhor compreensão desse desempenho da indústria do Sul exige que se faça uma breve consideração a respeito das transformações ocorridas nas últimas décadas nos padrões locais predominantes na indústria brasileira. Uma periodização histórica desses padrões teria que considerar dois grandes momentos. O primeiro caracteriza uma tendência à concentração do crescimento manufatureiro em São Paulo. Já o segundo, uma “desconcentração concentrada”, caracterizada pela progressiva perda de participação do estado de São Paulo no total da produção industrial do País. A qualificação de “desconcentração concentrada” para o processo característico do período mais recente decorre do fato de que - excluindo-se o caso de alguns segmentos cuja localização esteve fortemente vinculada à exploração de recursos naturais ou foi determinada por incentivos do governo - os ganhos mais significativos concentram-se em um número limitado de áreas dotadas de melhores condições para atrair investimentos industriais, não se difundindo de forma ampla pelo território do País. A região mais beneficiada foi constituída por áreas do Sul e do Sudeste, ligadas a São Paulo por uma rede de transportes e comunicações cujo melhoramento, ocorrido principalmente durante a década dos 70, reduziu a “ficção” da distância e fez com que se ampliasse o campo aglomerativo antes restrito às proximidades da capital paulista. (BANDEIRA, 1995, p. 229).

De acordo com a citação acima, ficam claras as vantagens locais do Paraná nesse movimento de “desconcentração concentrada”, mas que só puderam ser aproveitadas dada a ação que viabilizou provisão de infra-estrutura (transporte, comunicação, energia, saneamento, habitação, saúde e educação), a qual legitimou as

vantagens originais. Nesse processo foi primordial a participação do setor público como agente provedor dessa base de legitimação, o que ficará mais evidente quando analisarmos mais adiante a questão das demandas sociais e de infra-estrutura oriundas do desenvolvimento.

2.3 O SETOR TERCIÁRIO

A análise deste setor se faz importante por causa de sua relação com a dinâmica dos outros setores e das mudanças sociais. Além disso, esse setor comumente atua como “colchão amortecedor” dos níveis de desemprego, especialmente em seu segmento não organizado, que geralmente se acentua em épocas de crise como a dos anos 80.

Nesse contexto podemos esperar que o setor terciário tenha acompanhado as mudanças ocorridas no setor produtivo, industrial e agrícola, bem como nos movimentos populacionais, nos quais se vincula mais diretamente a questão do desemprego e do processo de urbanização.

Como a configuração espacial da atividade de prestação de serviço segue a demanda, tem-se assim uma prestação mais dispersa espacialmente no que se refere ao atendimento direto da população e que apresenta uma relação menor de número de empregados por estabelecimentos. Já as atividades de serviços que atendem ao setor produtivo apresentam-se com uma relação de número de empregado por estabelecimento maior e encontra-se concentrada acompanhando a própria concentração espacial da atividade econômica, principalmente a industrial.

Nos anos 80 verifica-se uma queda da importância dos serviços destinados ao consumo individual da população em favor dos serviços prestados ao setor produtivo. Isto pode ser explicado porque em períodos de crise, como a dos anos 80, os serviços individuais são os primeiros a sofrerem queda devido ao aumento do grau de informalidade. Por outro lado, o aumento dos serviços de prestação ao setor produtivo

se explica porque em meio à crise, no Paraná, dadas as suas especificidades regionais, aprofunda-se o processo de industrialização e avanço do capital industrial no campo.

O setor que inclui o ramo das entidades financeiras apresentou um importante crescimento em função da política econômica que favoreceu o incremento do sistema financeiro (altas taxas de juros, processo inflacionário), elevando seus lucros. Assim, no início dos anos 80 esse setor apresentou crescimento do emprego, mas no final começou a reduzir o ritmo de contratação de empregados por causa da alteração em seu sistema operacional, com a intensificação do processo de modernização de suas atividades que incluíram maior automação e informática.

No que se refere ao pessoal ocupado, os destaques ficam por conta de serviços auxiliares diversos, que em 1985 absorviam 45,8% da mão-de-obra empregada; serviços de alojamento e alimentação, com 29,6%; e serviços de reparação, com 16,1%, para o mesmo ano.

No que se refere ao comércio, o varejista se caracteriza por estabelecimentos de menor porte, enquanto o atacadista possui estabelecimentos de maior porte. O comércio atacadista se destaca pelo comércio de produtos extrativos e agropecuários (o que condiz com a especificidade agroindustrial do estado paranaense), alimentícios, combustíveis e lubrificantes, e máquinas e equipamentos para uso industrial. Já no comércio varejista, que se apresenta mais pulverizado em número de estabelecimentos pelo estado, sobressaem-se os veículos novos e usados, peças e acessórios, produtos alimentícios, combustíveis e lubrificantes, produtos alimentícios e fumo, tecidos, artefatos de tecido, ferragens, ferramentas, produtos metalúrgicos, farmacêuticos e odontológicos.

Essa diversificação do comércio varejista nos anos 80 explica-se pela expansão dos municípios com maior número de habitantes. Percebe-se, assim, que os gêneros que mais se destacaram são típicos de estruturas urbanas mais diversificadas, como é o caso do comércio de veículos novos e usados.

O processo de concentração populacional nas cidades, principalmente de médio e grande portes, justifica também o crescimento do gênero supermercados, cuja

expansão nos anos 80 fez com que o comércio varejista de alimentos assumisse um perfil totalmente diferente daquele que predominou até os anos 70.

Porém, ao mesmo tempo que o processo de urbanização permite e fortalece cada vez mais os estabelecimentos maiores, ainda se deve ressaltar a importância dos pequenos estabelecimentos pulverizados pelo estado para o atendimento dos pequenos municípios.

Como podemos observar pela participação relativa do valor das saídas do comércio segundo os gêneros no Paraná, no período 1980-1988 (tabela 14), tem-se que:

- a) no comércio atacadista se destacam os produtos extrativos e agropecuários, produtos alimentícios, combustíveis e lubrificantes, que geraram 75% do valor das saídas em 1988;
- b) no comércio varejista o destaque fica por conta dos gêneros veículos e supermercados, com 33,6% do valor das saídas em 1988, apresentando menor concentração que o setor atacadista.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DAS SAÍDAS DO COMÉRCIO, SEGUNDO GÊNERO, NO PARANÁ - 1980-1988

CLASSES E GÊNEROS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Comércio varejista	50,7	50,2	49,3	45,7	46,4	45,9	48,4	50,1	48,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	9,0	8,3	7,5	7,7	6,5	6,3	7,1	6,9	6,6
Produtos farmacêuticos, veterinários e químicos	4,9	4,6	4,7	5,5	5,2	4,7	4,8	4,4	4,7
Tecidos, artefatos de tecidos, vestuário	8,0	7,8	7,8	7,2	6,3	7,3	9,4	8,0	9,0
Máquinas, aparelhos, artigos de uso doméstico	4,7	4,7	4,6	4,1	3,5	4,0	4,6	4,3	4,1
Ferragens, material elétrico e para construção	7,6	7,2	7,3	7,1	6,4	7,0	8,1	8,8	8,5
Veículos, peças e acessórios	14,8	14,1	15,0	15,1	14,4	14,8	14,1	15,6	17,2
Máquinas, equipamentos para atividades produtivas	5,6	5,5	5,5	5,2	6,4	6,1	6,1	6,0	6,5
Combustíveis e lubrificantes	10,5	11,7	11,3	11,6	12,8	11,2	9,4	12,4	10,6
Papel, impressos e artigos de papelaria	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	1,0	1,1	0,9
Supermercados e hipermercados	15,3	16,2	15,6	17,2	17,1	17,1	16,2	15,6	16,4
Lojas de departamentos	7,9	8,0	7,8	7,0	6,1	6,8	7,0	6,7	7,0
Artigos diversos	2,4	2,6	2,8	2,7	2,0	2,1	2,8	2,3	1,9
Artigos usados	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Produtos para agropecuária em geral	3,6	3,8	4,4	5,2	5,7	5,3	3,9	3,8	3,9
Atividades administrativas e auxiliares	4,3	4,4	4,7	3,3	6,5	6,2	5,4	4,0	2,6
Comércio atacadista	49,3	49,8	50,7	54,3	53,6	54,1	51,6	49,9	51,9
Produtos extrativos e agropecuários exclus. aliment.	8,9	8,8	6,9	8,8	9,7	8,2	7,1	10,6	11,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	58,6	55,9	46,8	49,3	52,1	53,3	48,9	47,2	45,4
Produtos farmacêuticos, veterinários e químicos	5,0	4,1	3,8	3,2	3,4	3,1	4,7	4,0	4,8
Fibras têxteis, tecidos, vestuário	1,2	,9	,8	,9	1,0	1,0	1,4	1,2	1,1
Máquinas, aparelhos, artigos de uso doméstico	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
Produtos metálicos, material elétrico, construção	3,9	3,1	3,0	2,5	2,3	2,7	2,9	3,1	3,5
Veículos, peças e acessórios	2,0	2,8	1,5	1,4	1,4	1,4	1,5	1,8	1,4

continua

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DAS SAÍDAS DO COMÉRCIO, SEGUNDO GÊNERO, NO PARANÁ - 1980-1988

CLASSES E GÊNEROS	continuação									
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	
Máquinas, equipamentos para atividades produtivas	4,0	3,9	3,8	3,2	4,2	4,1	4,2	3,9	3,7	
Combustíveis e lubrificantes	2,6	7,9	15,4	14,3	12,2	13,9	15,3	18,4	18,5	
Papel, impressos, artigos de papelaria	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,6	1,3	
Mercadoria em geral, com produtos alimentícios	6,5	6,2	11,1	10,2	6,5	5,1	7,9	3,6	3,7	
Mercadorias em geral, sem produtos alimentícios	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	
Artigos diversos	1,4	1,3	1,2	1,0	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5	
Artigos usados	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	
Produtos para agropecuária em geral	4,1	4,3	3,8	3,4	4,8	5,1	4,2	4,1	4,2	
Atividades administrativas e auxiliares	0,7	0,9	1,1	1,0	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	

FONTE: SEFA

NOTA: Tabela retirada de IPARDES, 1991, p. 84.

Percebemos, dessa maneira, que no setor terciário prevaleceram nos 80 as tendências básicas dos anos 70, mas que se mostram mais aprofundadas, principalmente na questão relativa ao processo de urbanização.

2.4 IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

Todas as alterações na base produtiva regional criam desafios ao setor público, a quem cabe ações não apenas financeiras mas também político-institucionais para fazer frente às responsabilidades que se apresentam.

Muitas transformações ocorrem no estado no período 80-90, como consolidação da agroindústria, avanço da indústria metal-mecânica (material elétrico, de comunicações, transporte, máquinas agrícolas, química), aprofundamento da divisão regional do trabalho dentro do estado (tendo certas áreas se especializado em alguns setores industriais) e modificação muito rápida da “cara do estado”, que passa a ter feições urbanas. Essa rapidez do processo de urbanização é uma das principais faces sociais das mudanças verificadas na estrutura econômica, principalmente do movimento migratório, como um dos efeitos mais diretos da modernização agrícola.

A capacidade da indústria e do meio urbano de absorverem o contingente populacional dispensado do campo foi nos anos 80 ainda menor que nos anos 70 e, ao

que tudo indica, tende a ser menor ainda para os anos 90, dados os novos moldes dos processos produtivos, cada vez mais automatizados.

A rapidez com que se verificam os processos de mudança do Paraná tem motivado muitos estudos a analisar as causas dessa dinâmica. No que se refere a essas bruscas mudanças, LEÃO (1986) assinala que o Paraná passa de pólo de atração populacional nos anos 60 para pólo de expulsão nos anos 70 e ainda nos 80. A modernização agrícola, grande responsável por essa inversão de movimento migratório, traz consigo inúmeros problemas sociais não adequadamente respondidos pelas ações do setor público estadual, que se preocupou muito mais com os problemas sociais tradicionais do que com os problemas sociais específicos e próprios dos períodos de maiores mudanças, mesmo que amenizados em parte pelo alto nível de migração para fora do estado.

Porém, os desafios e as demandas que se apresentam, acompanhando as mudanças e o desenvolvimento estadual, não exigem apenas melhor adequação de fontes e aplicações de recursos sobretudo por parte do setor público, isto é, não implicam apenas um aspecto financeiro, mas também requerem a observação de outros aspectos tão ou talvez até mais importantes. Um desses aspectos que pode ser mencionado é a definição do papel político que caberá ao setor público estadual dentro do quadro econômico e social paranaense. Outro aspecto, que se liga de certa forma ao anterior à medida que pressupõe um preestabelecimento do setor público que se quer, é a institucionalidade do governo estadual e suas relações com os agentes econômicos e sociais paranaenses, desenhando os mecanismos e toda base desses relacionamentos; estes têm inclusive se destacado no Paraná mais que as ações diretas do setor público.

OSÓRIO (1994) ressalta que a presença do governo estadual não tem se caracterizado pelo predomínio da ação direta (setor produtivo, empresas estatais), com exceção da infra-estrutura (telecomunicações, energia e prestação de serviços), e sim pelo predomínio de mecanismos técnicos e legais, reguladores e orientadores do processo de estruturação.

2.4.1 Localização da População: Processos Migratórios e de Urbanização

Dentro da dinâmica do desenvolvimento estadual se verificam transformações de centro econômico e social com efeitos sobre a evolução e o formato populacional. Nesse redesenho da localização da população, resultante das transformações econômicas e sociais, os movimentos migratórios são a face mais perceptível.

No que se refere ao aspecto da movimentação populacional interna, o censo de 1991, o mais recente, revela que após um período de elevadas taxas de crescimento populacional, de 5,9% a.a. em média entre os anos 40 e 70, o período mais recente tem apresentado um baixo crescimento populacional: entre 1980-1991 a taxa de crescimento foi de 0,93% a.a., inferior à nacional, que foi de 1,93% a.a. Esse comportamento de menor crescimento populacional dos anos 70 em diante é explicado pelas transformações econômicas e sociais que se intensificaram nesse mesmo período. Segundo VALLE MAGALHÃES (1996, p. 34),

A explicação para esse modesto crescimento populacional do estado e, mais ainda, para a significativa inversão de tendências, associa-se à compreensão acerca da forma, velocidade e intensidade com que o Paraná transitou entre o declínio da economia agroexportadora comandada pelo café e o novo ciclo de desenvolvimento capitalista brasileiro, liderado pelo processo de industrialização. Essa passagem de um a outro padrão de acumulação, nos moldes em que se processou, revolveu a estrutura de funcionamento do estado e detonou transformações significativas. Na base dessa dinâmica, transformou-se a estrutura de produção agropecuária paranaense, propiciada pela implantação, em nível nacional, do ambicioso projeto de modernização tecnológica das práticas agrícolas [...].

Isto porque as transformações ocorridas no estado desde os anos 70 até os anos 90, principalmente no setor agrícola, fizeram com que o êxodo rural, provocado pela modernização agrícola, contribuisse para o desenho da localização da população. O censo de 1991 demonstra a persistência de perda da população rural nos anos 80 de forma tão intensa quanto nos anos 70.

O movimento migratório populacional do estado, como uma das faces das transformações econômicas e sociais, seguiu uma configuração semelhante àquelas configurações industriais e de modernização agrícolas resultantes da dinâmica do desenvolvimento estadual. Desta forma, assim como a dinâmica industrial e agrícola teve diferenciações no espaço geográfico estadual, o movimento migratório, dela resultante, também não se apresentou uniformemente sobre o espaço territorial do estado.

Segundo VALLE MAGALHÃES (1996), no que se refere à intensidade dos fluxos migratórios, eles se verificam na distribuição espacial da população sob graus e ritmos diferenciados dentro do estado, de acordo com as respectivas formas de inserção na dinâmica estadual, segundo o período e o tipo de ocupação predominante. Como nos anos 80 se prossegue a mecanização no campo, porém se disseminando por todo o território estadual, o fluxo migratório também segue essa tendência. Sendo assim, o redesenho dos fluxos regionais gera alterações no peso relativo de cada região da população total do estado.

Assim, como observamos na tabela 15, a região Norte do Paraná, dada sua inserção, continuou responsável por parcela significativa do êxodo rural do estado, cerca de 52%. Entretanto, apesar de todas as perdas, essa região ainda sustenta elevado contingente populacional do estado, cerca de 37% da população total do estado em 1991, conforme tabela 16. Destacam-se nos períodos recentes as regiões Extremo-Oeste/Sudoeste e Paraná Tradicional por apresentarem crescimento do êxodo rural, que seria explicado pela disseminação para essas áreas dos processos de modernização agrícola.

TABELA 15 – ESTIMATIVAS PRELIMINARES DE SALDOS MIGRATÓRIOS E DE TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES – PARANÁ – 1980-1991

REGIÕES	TOTAL		URBANO		RURAL	
	SM	TLM	SM	TLM	SM	TLM
RMC	245 592	12,3	269 834	14,4	-24 242	-19,6
Grande Norte	-759 363	-23,9	223 285	9,5	-982 648	-119,6
Extremo-Oeste/Sudoeste	-433 316	-29	121 460	12,7	-554 776	-102,6
Paraná Tradicional	-207 040	-11,7	107 396	10,6	-314 436	-41,1
PARANÁ	-1 154 127	-13,7	721 975	11,6	-1 876 102	-83,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 61.

TABELA 16 – POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO REGIÕES - PARANÁ - 1980/1991

REGIÕES	POPULAÇÃO 1991			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)					
				1980			1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
RMC	2 000 805	1 877 232	123.573	18,9	29,6	3,7	23,7	30,3	5,5
Grande Norte	3 178 389	2 356 971	821 418	41,3	39,4	44,0	37,6	38,0	36,5
Extremo-Oeste/Sudoeste	1 494 607	954 114	540 493	19,4	14,6	26,3	17,7	15,4	24,0
Paraná Tradicional	1 774 912	1 009 636	765 276	20,4	16,4	26,0	21,0	16,3	34,0
PARANÁ	8 448 713	6 197 953	2 250 760	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 62.

Para VALLE MAGALHÃES (1996), as taxas líquidas migratórias do meio rural dessas regiões seriam as únicas, comparadas a outras regiões, a sofrerem acréscimos nos anos 80, em relação aos anos 70; já os saldos migratórios urbanos aí verificados teriam sido inferiores, sendo que no cômputo geral há um crescimento da perda populacional. Em outros termos, se nos anos 70 as regiões Oeste/Sudoeste e Paraná Tradicional juntas participavam com 25% do saldo migratório rural e 11% das perdas totais do estado, no intervalo seguinte teriam passado a responder por 46% e 55% desses saldos, respectivamente.

Em comparação aos anos 70, porém, o fluxo migratório assume uma característica mais urbana nos anos 80 e parece ter prosseguimento na década seguinte. Isso se deve a uma consolidação cada vez maior do processo de industrialização estadual que configura uma estrutura produtiva muito mais urbana e de concentração nos médios e grandes centros urbanos.

O processo de urbanização é o outro lado da moeda do êxodo rural, da migração rural-urbana e urbana-urbana e reflexo do processo de industrialização do estado, com caráter eminentemente urbano. Da mesma forma que o fluxo migratório é digno de nota no Paraná pelas suas particularidades, o mesmo ocorre com o fenômeno da urbanização estadual. VALLE MAGALHÃES (1996, p. 78/81) assinala:

Sem dúvida uma das características mais importantes do processo migratório no Paraná nas décadas mais recentes associa-se às tendências de urbanização do estado às mudanças do seu padrão [...]

Nesse ponto, é preciso lembrar que as principais características do processo de urbanização do Paraná não diferem da tendência mais geral verificada no Brasil nos últimos sessenta anos. O que imprime singularidade ao Paraná é a rapidez e a intensidade com que as transformações se operam. Em apenas duas décadas o grau de urbanização do estado salta de 36% para 73%, e a malha urbana adquire um perfil mais complexo de funcionamento, hierarquização e estrutura.

Percebemos, desse modo, que assim como a dinâmica demográfica do estado destaca-se pela rapidez e profundidade com que se verificam as mudanças, também ocorre o mesmo com o processo de urbanização. O estado, em pouco mais de duas décadas, 60 a 80, passa de pólo de atração, com rápido crescimento populacional inclusive acima da média do país, para pólo de expulsão, com um dos menores percentuais de crescimento populacional do país, e ainda passa de um estado

preponderantemente rural para alcançar rapidamente índices de urbanização dentre os maiores do país. Como já mencionado anteriormente, a velocidade com que se verificam os processos migratórios e de urbanização deve-se à rapidez das transformações ocorridas no território estadual, principalmente as econômicas.

Como observamos na tabela 17, o grau de urbanização alcançado pelo estado em 1980 é de 58,6%, contra 36,0% em 1970, apesar de a taxa de crescimento urbano ter caído pela metade entre 80/91 (3% a.a.), em relação a 70/80, que foi de 6,0% a.a.

TABELA 17 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAUS DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS - PARANÁ - 1980/1991

ANOS	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO (%)			GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO PAÍS
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
1980	7 629 392	4 472 561	3 156 831				58,6	6,4
				0,93	3,0	-3,03		
1991	8 448 713	6 197 953	2 250 760				73,4	5,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 60.

O processo de urbanização, tanto pelo êxodo rural-urbano como mais contemporaneamente pelo urbano-urbano, tem se intensificado nos períodos mais recentes, ainda que a taxas de crescimento mais lentas. É importante ressaltar que os movimentos migratórios têm parcela significativa de responsabilidade sobre o grau de urbanização verificado; no entanto, eles devem ser vistos como um movimento interno dentro de um processo mais amplo que envolve todas as transformações econômicas e sociais ocorridas no estado.

Assim, a atual configuração urbana do estado está atrelada ao movimento migratório (que recentemente tem assumido um caráter urbano-urbano), à própria dinâmica da estrutura industrial do estado e à conseqüente conformação que essa dinâmica tem assumido espacialmente. As cidades de maior porte, 50.000 habitantes ou mais, são as que apresentam maior crescimento, acompanhando de certo modo o ritmo de concentração das atividades econômicas, tanto em termos de tamanho das cidades quanto em termos de sua localização.

Para analisar as características da urbanização no período 1980/1991 e a configuração dos municípios do estado do Paraná, o trabalho de VALLE MAGALHÃES, intitulado *O Paraná e as migrações – 1940 a 1990*, utiliza a análise de coorte, que consiste em:

A análise de coorte, nesse caso, exige duas condições. Em primeiro lugar, dados dos censos, fixa-se a estrutura de população urbana estratificada segundo tamanhos de cidades no primeiro censo e pesquisa-se no segundo censo o contingente de população urbana recenseado naqueles centros, independente do estrato de tamanhos que eles passem a pertencer, no segundo censo. A outra condição para esse exercício é de que o número de municípios do estado seja o mesmo entre os dois censos. Em situações em que municípios sofrem desmembramento no período intercensitário, uma solução relativamente simples consiste em agregar no segundo censo os dados dos municípios desmembrados e seus respectivos municípios de origem, reconstituindo, portanto, a mesma distribuição de municipalidades existente no primeiro censo. (VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 81).

A partir das tabelas 18 e 19 podemos observar que ainda predomina no estado número significativo de municípios de menor estrato de população. Mas isso não se reflete em maior parcela de população, uma vez que, em 1991, o estrato de tamanho da população superior a 50 mil habitantes, mesmo representando apenas 6,8% do total de municípios, absorve 60,5% da população urbana do estado. Cabe ressaltar que os municípios de mais de 20 mil habitantes perfazem 15,2% do total de municípios no mesmo ano, mas possuem 73,7% do total da população urbana do estado.

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO DA POPULAÇÃO URBANA - 1970/1991

ESTRATOS DE TAMANHO	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS					
	1970		1980		1991	
	Número	%	Número	%	Número	%
1 a 2.000 hab.	105	36,5	55	19,0	35	10,8
2.001 a 5.000 hab.	96	33,3	98	33,8	121	37,4
5.001 a 10.000 hab.	40	13,9	56	19,3	70	21,7
10.000 a 20.000 hab.	28	9,7	41	14,1	48	14,9
20.000 a 50.000 hab.	14	4,9	26	9,0	27	8,4
50.001 e mais hab.	5	1,7	14	4,8	22	6,8
TOTAL	288	100,0	290	100,0	323	100,0

FONTE: Para 1970 e 1980: IPARDES; para 1991: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 80.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO ESTRATO DE TAMANHO - PARANÁ - 1970/1991

ESTRATOS DE TAMANHO	POPULAÇÃO URBANA					
	1970		1980		1991	
	Número	%	Número	%	Número	%
1 a 2.000 hab.	131 487	5,3	73 483	1,6	51 101	0,8
2.001 a 5.000 hab.	312 036	12,5	314 851	7,0	412 291	6,7
5.001 a 10.000 hab.	264 052	10,5	403 758	9,0	504 890	8,1
10.000 a 20.000 hab.	366 620	14,6	525 495	11,8	663 549	10,7
20.000 a 50.000 hab.	416 875	16,6	787 981	17,6	818 512	13,2
50.001 e mais hab.	1 013 308	40,5	2 366 993	53,0	3 747 610	60,5
TOTAL	2 504 378	100,0	4 472 561	100,0	6 197 953	100,0

FONTE: Para 1970 e 1980: IPARDES, *Projeção...*, tabela A 9; para 1991: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 80.

Assim como as transformações na estrutura econômica concentram-se em certas regiões, essa concentração também se evidencia em seus desdobramentos do processo de urbanização na configuração urbana do estado.

Entre 70/80 e 80/90 o número de municípios do estrato de tamanho da população acima de 50 mil habitantes cresceu de 5 para 14 (tabela 20) e recebeu mais 8 municípios no período 80/91, passando então de 14 para 22 (tabela 21), o que denota um crescimento vigoroso dos municípios maiores no período recente.

TABELA 20 - INDICADORES RELATIVOS À ANÁLISE POR COORTE DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES URBANOS - PARANÁ - COORTES 1970/1980 E 1980/1991

INDICADORES	PRIMEIRO PERÍODO		SEGUNDO PERÍODO	
	1970	1980	1980	1991
Número de Municípios	5	5	14	14
População Urbana	1 013 308	1 697 616	2 366 993	3 283 767
Crescimento Geométrico no Intervalo				
Taxa Anual (%)	5,3		3	
Taxa Anual excluindo os Municípios da RMC (%)	4,6		3,2	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico – IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 82.

TABELA 21 - INDICADORES RELATIVOS À ANÁLISE POR COORTE DOS MUNICÍPIOS QUE DURANTE CADA PERÍODO INGRESSARAM NO ESTRATO DE TAMANHO ACIMA DE 50 MIL HABITANTES URBANOS - PARANÁ - COORTES 1980/1970 E 1991/1980

INDICADORES	PRIMEIRO PERÍODO		SEGUNDO PERÍODO	
	1970	1980	1980	1991
Número de Municípios	9	9	8	8
População Urbana	249 708	669 377	313 191	500 017
Crescimento Geométrico no Intervalo				
Taxa Anual (%)	10,4		4,3	
Taxa Anual excluindo os Municípios da RMC (%)	8,7		3,8	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico - IBGE

NOTA: Tabela extraída de VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 82.

Uma análise mais detida dos municípios permite observar a concentração de contingente populacional em certas regiões. No período de 80/91, por exemplo, dos oito municípios que passam a integrar o estrato de tamanho acima de 50 mil habitantes, três pertencem à RMC e três à região Norte (sendo duas apenas na microrregião de Londrina). Já os municípios com menos de 20 mil habitantes representam 85% do total de municípios em 1991 e possuem, no entanto, apenas 26% do total da população urbana do estado (*ver* tabelas 18 e 19), o que indica sua dificuldade de retenção da população.

A tendência de concentração das atividades econômicas na RMC é acompanhada e/ou resulta também em concentração populacional nessa região, conforme segue:

De toda forma, neste cenário de intensas transformações da estrutura produtiva do estado desde os anos 70, da aceleração das migrações internas e da crescente tendência à urbanização, a Região Metropolitana de Curitiba ganhou destaque. Naquela época foi a RM que mais cresceu no País, 5,8% a.a. Em que pese o declínio do ritmo de crescimento para 3,0% a.a. no período seguinte, ainda assim cresce a participação da região na população total do estado, de 19% em 1980 para 24% em 1991.

Por outro lado, a RMC sofre o mesmo movimento de periferização representado por um padrão de crescimento diferenciado entre pólo e periferia que caracterizou a maior parte das regiões metropolitanas brasileiras entre 1980 e 1991. Assim o município de Curitiba cresceu neste período a 2,3% a.a., ritmo bem inferior ao dos municípios limítrofes – Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo Largo, Colombo, Mandirituba, Piraquara e São José dos Pinhais –, situado em torno de 5,1% a.a. Como decorrência desse processo, declina de 71% para 66% o peso de Curitiba na população total da Região Metropolitana, no período de 1980-91. (VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 85).

Assim, a configuração econômica coincide, talvez pelo vínculo determinístico, com a configuração urbana que se concentra em três regiões: RMC, região Norte (tendo Londrina e Maringá como cidades de destaque) e região Oeste (sobressaindo-se Toledo e Cascavel).

2.4.2 A Questão do Emprego

Já analisamos como as transformações em nível econômico e demográfico, tanto no campo como na cidade, acabaram por gerar uma nova configuração econômica e urbana ao estado. Isto terá reflexos em aspectos sociais, como a questão do emprego e das demandas sociais da população, que também se modificam ao longo do tempo com as transformações sociais e econômicas verificadas no estado.

Assim como o estado apresenta um desempenho em termos de crescimento econômico superior ao nacional, indica-se uma tendência favorável ao crescimento do emprego. No período entre 1980/1991 podemos observar que entre os estados do sul do país o Paraná apresentou o maior crescimento da população economicamente ativa (PEA) urbana, com 4,1% a.a., superando o crescimento populacional urbano que foi de 3,01% a.a. (tabela 22).

TABELA 22 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE POPULAÇÃO E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - 1980-1991

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL	
	População	PEA	População	PEA	População	PEA
Urbana	3,01	4,10	3,69	3,60	2,64	2,91
Rural	-3,03	1,22	-0,90	5,58	-1,48	3,70
TOTAL	0,93	3,03	2,06	4,43	1,48	3,17

FONTE: Censo Demográfico, PNAD - IBGE, IPARDES

NOTA: Tabela extraída de RAGGIO, 1994, p.54.

Evidencia-se assim que a área urbana pôde, pelo menos em certa medida, ter capacidade para absorver parcela da população “expulsa” da área rural por causa da modernização, que acabou por gerar um elevado processo migratório que só em parte pôde ser absorvido dentro do próprio estado:

A realização do processo migratório, ou seja, a possibilidade de reprodução social dos indivíduos em novos espaços está na dependência da expansão de novas frentes de trabalho. Ao que parece, a população que buscou se reproduzir nas áreas urbanas do próprio estado encontrou limites na medida em que, nos anos 70, apenas metade do número dos paranaenses que haviam saído das áreas rurais permaneceu no Paraná e, nos anos 80, essa proporção caiu para 44%. (RAGGIO, 1994, p. 52).

Para fazer frente a essas transformações, algumas estratégias de sobrevivência foram desenvolvidas para o ajuste da estrutura ocupacional do estado paranaense. Uma delas, talvez a mais fácil para o governo do estado administrar, foi a migração para fora do estado, evidenciando tanto a incapacidade agrícola quanto a expansão industrial urbana de absorção do contingente populacional ocupado no campo e dispensado com a modernização. A outra estratégia, com maior grau de complexidade, por se vincular ao contingente populacional que permaneceu no estado, seja no campo ou na cidade,

pode se desdobrar em duas: uma relacionada à área urbana e outra à área rural, as quais serão discutidas a seguir.

No que se refere à área urbana, como já foi dito, sua capacidade de absorção do contingente populacional tem diminuído ao longo do tempo e, com o avanço do processo de reestruturação industrial, tende a diminuir ainda mais. Nessa área, então, a exclusão e a absorção informal de trabalhadores têm se constituído em forma de ajuste da estrutura de emprego do Paraná. Observando-se a tabela 23, percebemos que o percentual de pessoas desocupadas ou subempregadas no total da PEA do estado é bastante elevado, da ordem de 28,9% para o ano de 1990, apresentando um dos maiores índices percentuais da Região Sul do país.

TABELA 23 – PERCENTUAL DE PESSOAS DESOCUPADAS E SUBEMPREGADAS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO OS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 1990

ESTADOS	TOTAL	Urbana	Rural
Paraná	28,9	16,6	53,6
Santa Catarina	27,4	11	47,8
Rio Grande do Sul	23,4	11,5	46,8

FONTE: Mapa do mercado de trabalho no Brasil - IBGE

NOTA: Tabela extraída de RAGGIO, 1994, p. 57.

Temos aqui um contra-senso, pois apesar de a PEA urbana ter crescido acima da taxa da população urbana – 4,10% contra 3,01% no período de 1980 a 1991, índice superior ao dos outros estados do sul –, a qualidade dessa ocupação vai na direção oposta. Uma primeira discussão a ser feita liga-se à informalidade dessa ocupação, em que:

Da população que se desloca para os centros urbanos a grande maioria busca vincular-se ao mercado formal de trabalho, em qualquer setor de atividade, desde que coberta pela legislação trabalhista, exatamente porque esta legislação lhe garante alguns direitos enquanto trabalhador. No entanto, a principal característica dessa população é sua exclusão histórica por circuitos de educação e formação, condição que reduz as perspectivas e integração mais produtiva. (RAGGIO, 1994, p. 54).

Um outro aspecto da qualidade de emprego ofertado refere-se à capacitação e à remuneração do trabalhador, questões que podem ser analisadas através dos dados das tabelas 24 e 25 para o ano de 1990.

TABELA 24 – NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – 1990

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Analfabetos e 4º Série Incompleta	194 571	15,0	84 614	9,8	208 811	11,8
4º Série Completa e 8º Série Incompleta	444 274	34,4	353 316	41,0	649 601	36,7
8º Série Completa e 2º Grau Incompleto	273 918	8,3	212 136	24,6	387 859	21,9
2º Grau Completo e Superior Incompleto	242 709	18,8	139 321	16,2	315 070	14,6
Superior Completo	122 351	9,4	64 385	7,4	179 456	10,1
Não Declarado	12 662	0,9	7 751	0,9	28 324	1,6
TOTAL	1 290 485	100	861 523	100	1 769 121	100

FONTE: Anuário RAIS - Ministério do Trabalho

NOTA: Tabela extraída de RAGGIO, 1994, p. 56.

TABELA 25 – NÚMERO DE EMPREGADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O NÍVEL DE REMUNERAÇÃO, NO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – 1990

NÍVEL DE REMUNERAÇÃO	PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
De 0,0 a 2,0 SM	401 248	31,1	181 067	21,1	423 027	24,0
De 2,01 a 5,0 SM	481 797	37,3	383 547	44,5	721 344	40,7
De 5,01 a 10,0 SM	212 899	16,6	164 292	19,1	315 550	17,8
De 10,01 a 20,05 SM	101 245	7,8	64 764	7,5	152 752	8,6
Mais de 20,06 SM	48 804	3,7	27 133	3,1	63 241	3,5
Não Declarado	44 492	3,4	40 720	4,7	93 207	5,2
TOTAL	1 290 045	100,0	861 523	100,0	1 769 121	100,0

FONTE: Anuário RAIS - Ministério do Trabalho

NOTA: Tabela extraída de RAGGIO, 1994, p. 56.

Observamos na tabela 24 que o grau de instrução do trabalhador paranaense é bem baixo, sendo que 15% se encontram entre analfabetos e possuidores de 4º série incompleta, percentual maior que dos outros estados da Região Sul. Já no que se refere ao nível de rendimento, os trabalhadores paranaenses estão em situação pior que os outros trabalhadores da Região Sul, pois cerca de 31% do total situa-se nos menores intervalos de nível de renda, de 0 a 02 salários mínimos.

No campo, a estrutura de emprego acentua as transformações que já vinham ocorrendo com a modernização dos anos 70. Até os anos 60 predominavam as relações de trabalho sob a égide da parceria, colonato e arrendamento; com a modernização dos anos 70 ocorre uma retomada das terras cedidas aos não-proprietários. Nesse período há um crescimento dos trabalhadores assalariados na área agrícola que se estende a períodos mais recentes.

Uma novidade dos anos 80 é o aumento do pessoal agrícola ocupado na condição de não-proprietário. Como se observa na tabela 26, há uma variação positiva de 15% do pessoal ocupado nessa condição, em contraste a uma variação negativa de 4% para o pessoal ocupado na condição de proprietário.

TABELA 26 – PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR – PARANÁ – 1980/1985

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	PESSOAL OCUPADO (POR MIL)			VARIAÇÃO
	1980	1985	Número	(%)
Proprietário	1 336	1 282	-54	-4
Não-Proprietário	472	547	75	15
Outros não especificados	-	14	-	-

FONTE: VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 70

Isto, porém, não significa um retrocesso no processo de concentração fundiária desencadeado com a modernização agrícola desde os anos 70, e o decréscimo do pessoal ocupado vem confirmar isto. Na verdade, o acréscimo no pessoal ocupado na condição de não-proprietário estaria vinculado tanto a uma estratégia de sobrevivência diante de um quadro macroeconômico recessivo nos anos 80 quanto a uma forma de resguardo de um exército de mão-de-obra disponível.

As opiniões convergem para o fato de que o aumento do número de não proprietários reflete muito mais um conjunto de estratégias adotadas por determinados segmentos de produtores em contextos adversos de produção, financiamento e rentabilidade, do que redinamização da pequena produção.

Assim, o crescimento da categoria de não proprietários em estratos de áreas menores pode estar associado à proliferação da figura do arrendatário e do parceiro capitalista, em geral constituída pelo grande produtor já proprietário e que se torna também arrendatário como forma de ampliar área. A prática de grandes proprietários se tornarem parceiros com o objetivo de renovar suas pastagens, segundo relatos de técnicos da EMATER – Paraná, estava se tornando relativamente freqüente em algumas Regiões do estado nos anos 80.

O aumento da categoria de não proprietário nos estratos menores, por sua vez, em regiões agropecuárias mais dinâmicas pode significar estratégias dos grandes proprietários destinados a assegurar reserva de mão-de-obra. (VALLE MAGALHÃES, 1996, p. 66).

Embora a modernização tenha precipitado o êxodo rural dos trabalhadores rurais e modificado as relações de trabalho, com o destaque do assalariamento em detrimento da parceria e do arrendamento, o setor agrícola, como podemos observar na tabela 27, ainda continua tendo um peso muito elevado para a estrutura de pessoas ocupadas no Paraná, sendo que em 1988 cerca de 33,75% das pessoas ocupadas no Paraná se encontravam no setor agrícola.

TABELA 27 – PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO SETOR E RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1981-88

SETOR E RAMO	1981	1982	1983	1984	1985 ⁽¹⁾	1986	1987	1988
Agrícola	1 538 114	1 534 617	1 515 780	1 486 550	1 562 904	1 381 722	1 465 005	1 309 022
Indústria	499 262	535 938	483 488	490 157	524 970	649 597	712 627	734 485
Indústria de Transformação	284 143	309 418	293 965	287 670	324 881	380 100	428 787	435 808
Indústria da Construção	183 533	192 436	158 874	165 198	167 952	237 577	247 629	260 881
Outras Ativid. Industriais	31 586	34 084	30 649	37 289	32 137	31 920	36 211	37 796
Terciário	1 195 406	1 256 005	1 293 833	1 400 544	1 484 931	1 621 536	1 698 846	1 834 853
Comércio de Mercadorias	317 652	312 147	328 806	347 778	370 195	424 675	435 722	434 708
Prestação de Serviços	367 781	397 454	436 975	455 394	499 543	484 346	566 128	608 627
Serv. Aux. da Ativ. Econ.	61 137	76 816	76 934	79 334	92 103	96 856	107 482	113 226
Transporte e Comunicação	106 259	103 184	98 613	109 749	104 403	107 485	126 771	141 086
Social	185 226	184 728	173 607	209 335	215 103	266 672	230 346	273 781
Administração Pública	89 543	103 839	95 792	106 186	109 098	144 516	130 859	160 363
Outras Atividades	67 808	77 837	83 106	92 768	94 486	96 986	101 538	103 062
TOTAL	3 232 782	3 326 560	3 293 101	3 377 251	3 572 805	3 652 855	3 876 478	3 878 360

FONTE: PNAD – IBGE

NOTA: Tabela extraída de IPARDES, 1991, p. 89.

(1) As informações referentes a 1985 foram retiradas da PNAD 86, recalculadas com base em nova projeção de população utilizada para expansão da amostra.

Percebemos ainda que o destaque com pessoal ocupado no estado fica por conta do setor terciário, o qual em 1988 absorvia 47,54% das pessoas ocupadas no Paraná. O peso desse setor na verdade está muito vinculado ao processo de êxodo rural e à urbanização das cidades. Em primeiro lugar porque o processo de urbanização exige toda uma infra-estrutura de serviços a serem atendidos (educação, saúde, comércio em geral, profissionais liberais, habitação/hospedagem, alimentação, etc.) e possibilita a absorção de mão-de-obra e, assim, a geração de emprego. Em segundo lugar porque o êxodo rural traz para o meio urbano um grande contingente de pessoas com baixo grau de instrução, e o setor terciário, talvez até por alguns tipos de serviços prestados, menos especializados, absorve maior parcela de pessoal com menor grau de instrução; além disso apresenta um elevado índice de informalidade.

Nessa perspectiva, o setor terciário desempenhará, cada vez, um papel de liderança na geração de empregos. Esse setor apresenta graus diferenciados de complexidade das atividades, mas, de modo geral, absorve o maior contingente de trabalhadores com restrita qualificação profissional.

De certo modo, realiza a socialização dos trabalhadores recém chegados ao meio urbano oferecendo as condições básicas de formação e treinamento que, de algum modo, permitem diferenciação e mobilidade para alguns trabalhadores. (RAGGIO, 1994, p. 55).

Já o setor industrial tem um crescimento pequeno entre 1981 e 1988, de 15,44% para 18,94%, do pessoal ocupado no Paraná, apesar de se tratar de um período bastante

conturbado, marcado por inúmeros planos econômicos, juros elevados, inflação e recessão, que afetou principalmente a indústria de transformação e de construção civil (ambas com um melhor desempenho no período do Plano Cruzado em diante).

Apesar de haver um crescimento no número de pessoas ocupadas em todos os setores do estado, o aumento da oferta de emprego não tem conseguido absorver a sua demanda, gerando assim um divórcio entre essas duas variáveis. Isto tem se verificado porque o processo de reestruturação em todos os setores, principalmente na indústria, vem utilizando cada vez menos trabalhadores.

Segundo RAGGIO (1994), os indicadores do nível de emprego e produção sugerem que o aumento da produção não tem gerado o proporcional aumento do nível de emprego, o que indica iniciativas reais de reorganização produtiva, com a incorporação de novas tecnologias e sobretudo aumento de produtividade com menos postos de trabalho. A autora assinala ainda que mesmo com a retomada do crescimento sustentado não há garantias de reposição dos postos de trabalho, o que exigirá políticas regionais.

O problema, no entanto, não se encontra apenas pelo lado da oferta de emprego, mas também pelo lado da demanda, em que se verifica a sua não adequação às exigências de oferta, vinculada principalmente à questão do baixo grau de instrução dos trabalhadores. Esta questão é um ponto de suma importância, pois com o processo de reestruturação produtiva, a oferta de emprego será cada vez mais exigente, e sem uma contrapartida da demanda de empregos é bem provável que um crescimento econômico ocorra com déficit de trabalhadores, apesar de um enorme contingente de trabalhadores desempregados, devido, não só ao desemprego estrutural, inerente ao próprio processo de reestruturação, mas também devido ao grau de qualificação exigido.

2.4.3 Demandas Sociais: O Perfil da População

O perfil das demandas sociais vem acompanhando os diversos processos ocorridos no estado e tem se modificado, inclusive com a mesma rapidez, e exigido, na mesma velocidade, mudanças nas políticas e estruturas físicas e institucionais que lhe dão sustentação. Essas mudanças vão muito além das exigências advindas das atividades produtivas por infra-estrutura (energia, urbanização, transporte, qualificação profissional) e do processo de urbanização (em estrutura de energia elétrica, saneamento, habitação, serviços). Elas levam também a modificações nas variáveis demográficas, como já vimos, sobretudo refletidas no processo migratório, que ainda persiste apesar de menos intenso.

Nesta seção buscamos analisar as exigências mais características das demandas da população, principalmente nas áreas de saúde e educação, que são em grande parte atendidas pelo setor público. Cabe a este setor responder a essas demandas na velocidade e no grau em que elas têm se modificado, acompanhando, da mesma maneira, as transformações na base produtiva e demográfica.

Para atender às demandas sociais da população, é preciso verificar o comportamento do crescimento da população-alvo das principais áreas requeridas para a atuação do setor público, que se distinguem principalmente pela faixa etária populacional, cujas características exigem serviços específicos. As demandas da faixa populacional mais jovem, por exemplo, está mais relacionada à demanda na área de educação do que a faixa populacional de idade mais avançada, para a qual a área de saúde é mais importante. Além do mais, alterações no contingente populacional de cada faixa etária vem a exigir do setor público mudanças na estrutura física e institucional montada.

No caso do Paraná podemos observar que essas alterações no contingente populacional por faixa etária vêm se dando desde os anos 70, e as projeções para o ano 2000 vêm acentuando essas mudanças (tabela 28).

TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ 1970/2000

GRUPOS ETÁRIOS	1970	1980	1990	2000 ⁽¹⁾	TAXA ANUAL DE CRESCIM. GEOMÉTRICO (%)		
					1970/80	1980/90	1990/00
0 - 14	45,6	39,5	33,1	28,2	-0,5	-0,7	-0,7
15 - 64	52,2	57,3	62,5	65,9	1,9	1,7	1,7
65 e +	2,2	3,2	4,4	5,9	4,6	3,9	4,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	0,9	1,1

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

NOTA: Tabela extraída de MARQUES DIAS, 1994, p. 67.

(1) Projeção IPARDES

Pela tabela 28 notamos que, para o total da população, há um crescimento dos grupos de idades mais avançadas e queda do grupo de menor faixa etária. Isto se explica em grande parte pelo aumento da esperança de vida e pela queda da taxa de fecundidade, respectivamente, que combinados fornecem um perfil do que vem ocorrendo também em nível nacional e até mundial. Essas alterações de peso dos grupos etários vão requerer serviços de maior alcance e por isso faz-se necessária uma reorientação das políticas e das instituições ligadas ao setor social, bem como de suas estruturas físicas e financeiras.

Para o grupo de 0 a 14 anos, as principais demandas estão relacionadas à saúde e à educação, que passam a ser melhor atendidas dada a tendência de redução do número de pessoas nessa faixa de idade. Assim, os serviços de saúde podem ser mais eficientes, beneficiando assim o atendimento a questões como mortalidade, abandono, desnutrição e atendimento em creches. A questão da educação para esse grupo também é muito importante, tendo peso fundamental para sua formação profissional e de qualificação da força de trabalho.

Segundo dados de MARQUES DIAS (1994), a rede de ensino do Paraná em 1992 contou com 2.932 estabelecimentos de ensino pré-escolar (sendo 78% públicos), para uma oferta de 158,5 mil matrículas (66% públicas), e com 11.416 estabelecimentos de ensino de 1º grau (96% públicos) para uma oferta de 1,758 milhão de matrículas (92% públicas), conseguindo atender 99% das crianças com idade de obrigatoriedade escolar. Apesar desse êxito no atendimento, as taxas de evasão e repetência foram muito elevadas, o que fornece indícios de sua má qualidade.

Interessante ressaltar a prioridade que a educação deve ter para o desenvolvimento do estado pois, como já vimos, temos uma população ocupada nas atividades econômicas com baixo grau de instrução; logo, essa base educacional desde o 1º grau deve merecer atenção por parte do setor público. Isto porque o processo de reestruturação das atividades econômicas que está atualmente em andamento vem exigindo um maior nível de qualificação dos trabalhadores, o que não está em harmonia com a qualidade de ensino do estado.

Educação e emprego são as demandas básicas do grupo de faixa etária entre 15 e 64 anos, que respondeu por cerca de 62% em 1990. Para esse grupo, uma política de incentivos ao emprego e à qualidade de ensino, principalmente o técnico-profissionalizante, é questão prioritária, mas de difícil implementação, diante das dificuldades financeiras do setor público e de um cenário que se desenha pouco propício à criação de empregos.

Por outro lado, as ações deverão responder ao processo de desenvolvimento recente, que incorpora padrões diferenciados de tecnologia e gestão do trabalho. Tal processo deverá incrementar os níveis de desemprego, além de gerar a necessidade de programas de educação e de formação de mão-de-obra para atender os novos rumos de modernização da economia, particularmente dos segmentos produtivos que se encontram mais expostos ao processo de abertura internacional e de integração dos mercados.

O encaminhamento dessas ações está na dependência da estruturação do estado tanto no sentido de recuperar sua capacidade de gasto como, fundamentalmente, no de garantir maior efetividade aos seus programas.

O setor de educação, em particular, deverá responder às novas necessidades dos indivíduos e da própria sociedade. A atual qualificação profissional dependerá da maior aproximação entre escolas e empresas, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver maior criatividade, motivação e iniciativa, pois as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nas empresas estarão assentadas em novos padrões de integração e flexibilidade, substituindo as formas lineares, segmentadas e repetitivas do padrão anterior. (RAGGIO, 1994, p. 61).

Já o grupo de 65 anos e mais, apesar de corresponder à menor parcela da população, cerca de 4,4% em 1990, apresenta as maiores taxas de crescimento. Essa faixa é caracterizada por demandar serviços específicos, com peso importante para o setor público, principalmente no que se refere à forma de financiar o seu atendimento. Uma de suas demandas principais é o atendimento à saúde, que necessita de mais atenção que para os outros grupos por se tratar predominantemente de doenças graves que exigem uma estrutura mais complexa e custosa. Como os programas sociais

públicos priorizam mais os outros grupos, principalmente os voltados para a área materno-infantil, o crescimento acelerado desse grupo da chamada terceira idade deverá levar a uma modificação das prioridades. Outro aspecto relevante para o grupo da terceira idade se vincula à questão previdenciária, dos recursos para aposentados e pensionistas, sobre a qual o setor público tem grande parcela de responsabilidade, tendo que buscar formas de viabilizar essa questão para financiar o ônus dessa responsabilidade.

Podemos, assim, ter uma idéia de como as mudanças nas demandas, por grupos sociais, constituem-se e alteram-se trazendo desafios que para serem superados exigem formas criativas e complexas.

2.5 PANORAMA RECENTE DA INFRA-ESTRUTURA ESTADUAL

Nesta seção apresentamos um cenário da atual infra-estrutura básica do estado em seus aspectos mais destacados, visando identificar sua evolução recente, acompanhando os processos de desenvolvimento econômico, rural e urbano, e os desafios que se vislumbram.

Os processos que até aqui temos tratado, como modernização rural, expansão industrial e urbanização, requerem uma sustentação em nível de infra-estrutura básica (transporte, energia, saneamento) que exigem fontes de financiamento para sua execução. Ainda que boa parte dessas demandas por infra-estrutura não sejam atendidas diretamente pela administração direta do setor público, pois estão na maior parte sob responsabilidade de empresas de economia mista, como o caso da Copel, elas acabam por recair sobre este setor.

Uma particularidade a ressaltar é que as exigências em termos de infra-estrutura são planejadas *a priori* para serem atendidas em virtude do prazo de maturação desse tipo de investimento. Para o caso do Paraná isto se torna apropriado destacar porque não só o prazo de maturação dos investimentos em infra-estrutura é moroso mas

também as demandas por infra-estrutura se verificam num espaço muito rápido de tempo e num cenário onde os recursos para tal atendimento estão escassos e as fontes de financiamento se esvaziam, havendo assim um crescente hiato entre a demanda e o seu atendimento.

No entanto, apesar das dificuldades intra e interfronteiras estaduais, o estado consegue avançar em pontos estratégicos, melhorando sua vantagem locacional e sua competitividade sistêmica, vencendo assim os obstáculos e se apresentando com um desempenho superior ao nacional. Se a pretensão do Paraná é de continuar atraindo empresas, deverá atentar para a reestruturação de infra-estrutura, principalmente em setores como de transporte, energia e telecomunicações.

A questão do transporte (rodoviário, ferroviário, hidroviário), por exemplo, é de suma importância dentro da cadeia produtiva, por ter uma parcela significativa no custo; e torna-se atualmente ainda mais essencial com o processo de globalização, na medida em que a malha rodoviária ou ferroviária possibilita a distribuição ou escoamento da produção, e o porto, a exportação da produção.

Os anos 80 apresentam crescimento significativo da malha rodoviária, com destaque para as rodovias estaduais pavimentadas, que passam de 4.464,6 km em 1980 para 8.122,89 em 1989 (IPARDES, 1991, p.99). Apesar desse crescimento, a estrutura rodoviária do estado – que conta com cerca de 3.300 km de rodovias federais, 12.400 km de rodovias estaduais e 24.500 km de municipais – ainda merece muita atenção em face de suas necessidades de ampliação e conservação. A ligação São Paulo-Curitiba-Florianópolis, por exemplo, que perfaz um total de 678 km (BR-116), necessita de rápida duplicação, sendo que os recursos já estão previstos no Plano de Metas do Ministério dos Transportes, com recursos de financiamentos do BID/EXIMBANK, do governo federal e da iniciativa privada.

Uma demonstração de que o setor público estadual deseja continuar a melhoria da infra-estrutura do estado foi a sua iniciativa de duplicar o trecho entre Curitiba e a divisa com o estado de Santa Catarina, à revelia da crise econômica e das finanças

federais e mesmo estaduais, buscando oferecer ao Paraná condições de atratividade locacional.

O projeto “Anel de Integração” é outro exemplo que denota essa preocupação em ampliar a infra-estrutura rodoviária do estado, dada sua importância para a dinamização do desenvolvimento estadual, procurando “caminhos de propagação” do crescimento não só para a RMC mas também para o interior. O Anel de Integração, que perfaz uma extensão de 2.000 km, projeta a ligação entre Ponta Grossa-Guarapuava-Cascavel-Londrina e Maringá, ligando-se a leste com Paranaguá, passando por Curitiba, e a oeste com Foz do Iguaçu. Esse projeto não está totalmente sob a responsabilidade do setor público estadual, que buscou no setor privado uma parceira para a sua execução, assim como outros estados já fizeram e estão fazendo, como assinala CASTRO (1997, p. 43):

Todo o anel está subordinado ao Programa de Concessões Rodoviárias, que prevê a participação direta da iniciativa privada na exploração e operação de rodovias estaduais e federais. As empresas concessionárias contratadas executarão obras para aumento da capacidade e segurança no tráfego, operação e manutenção de rodovias, ressarcindo-se com recursos de pedágio. Prevê-se um período de exploração de 24 anos para o Programa, que em sua primeira parte engloba 2.028 km de rodovias pavimentadas. Para fins de licitação, essa extensão foi dividida em seis lotes, com extensões variáveis entre os extremos de 135 e 480 km. Em etapa posterior, outras rodovias estaduais e federais, a serem selecionadas, deverão ser repassadas à iniciativa privada.

Mesmo sendo considerado importante, o setor de transporte rodoviário no estado do Paraná é por vezes contestado por se tratar de uma forma de transporte com custo elevado e nem sempre adequado ao tipo de produto predominante no estado. Segundo IPARDES (1991), o modelo de transporte rodoviário priorizado no país por muitas décadas não é o mais indicado para a natureza dos produtos movimentados no estado, onde a maior parte das cargas constitui-se de granéis sólidos e líquidos, com baixo valor unitário e grande volume, transportados a grandes distâncias. Nesses casos, o escoamento por via rodoviária em veículos com relativa baixa capacidade de carga torna-se bastante oneroso. Mesmo com as críticas, não se pode negar a função fundamental do sistema rodoviário para a dinâmica de desenvolvimento, apresentando-se como um elemento estratégico quando se pensa no aspecto locacional do estado

dentro do espaço econômico do Mercosul (entre São Paulo e Buenos Aires) e como meio de distribuição para outras regiões do país.

Além disso, esse sistema oferece a possibilidade de buscar uma distribuição mais homogênea do desenvolvimento pelo interior, papel que será desempenhado sem dúvida pelo Anel de Integração, o qual servirá para aumentar o campo aglomerativo (AZZONI, 1985) no estado do Paraná que hoje alcança pouco além de Curitiba. O seu efeito pode ser semelhante ao verificado no estado de São Paulo, que começa a expandir-se respaldado pelo sistema rodoviário também frente aos problemas de deseconomias de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo. A sua malha rodoviária ampliou-se no sentido Litoral-São Paulo-Oeste e Vale do Paraíba-São Paulo. No trecho Santos-São Paulo, paralelo à Anchieta, foi construída a Rodovia dos Imigrantes e no trecho São Paulo-Campinas, paralelo à Anhanguera, foi construída a Rodovia dos Imigrantes. No sentido São Paulo-Rio de Janeiro, paralelo à Dutra, construiu-se a Rodovia dos Trabalhadores e no sentido São Paulo-Sorocaba-interior, a Rodovia Castelo Branco.

Segundo DINIZ e LEMOS (1990), esse traçado das linhas rodoviárias seguiu o interesse do governo paulista de desenvolver-se economicamente no sentido do interior, visando diminuir os desequilíbrios intra-estaduais. No entanto, essa iniciativa contrariava os objetivos nacionais maiores de atenuação dos desequilíbrios regionais do país, pois o traçado da malha viária paulista teria efeitos sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Os autores enfatizam ainda que a desconcentração da área metropolitana de São Paulo foi dificultada na direção sul de Minas Gerais e Curitiba devido principalmente ao traçado antigo (pista única, além da topografia). Desse modo, a falta de vias, de comunicação moderna e de suporte urbano teria impedido que o movimento de desconcentração industrial da área metropolitana de São Paulo se direcionasse com mais intensidade para essas áreas, embora a região sul de Minas Gerais venha recebendo algumas indústrias justamente pela existência de suporte urbano.

Uma outra forma de transporte importante para o Paraná é o sistema ferroviário, que se apresenta como um dos sistemas mais adequados ao transporte de produtos

estaduais, notadamente do setor agropecuário e agroindustrial (granéis sólidos e líquidos). No transporte ferroviário, o destaque fica por conta da Ferroeste, que ligará Guarapuava a Dourados, no Mato Grosso do Sul, passando por Cascavel e Guaíra. O trecho Guarapuava-Cascavel, com 248 km, já está concluído, mas os trechos Cascavel-Guaíra (com 171 km) e Cascavel-Foz do Iguaçu, que busca as cargas argentinas, com extensão de 143 km, ainda estão em execução. Já existe malha ferroviária entre Paranaguá-Curitiba-Guarapuava, da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que irá atuar em conjunto com a Ferroeste transportando cargas agenciadas pela Ferroeste em Cascavel. Também existe projeto para a privatização da Ferroeste do mesmo modo como foi com a RFFSA; o trecho já pronto entre Guarapuava-Cascavel será arrendado e terá de cumprir expansões previstas, contando, para tanto, com incentivos fiscais, com prazo de exploração de 30 anos. Com esse perfil, o setor de transporte ferroviário também se apresenta em condições de avanço para o desenvolvimento estadual.

O sistema portuário vem também completando a rota de distribuição dos produtos que se direcionam para exportação, o que em tempos de globalização ganha maior importância. O porto de Paranaguá é o principal terminal portuário do estado, no qual predominam as exportações sobre as importações e prevalecem os granéis sólidos no total de carga movimentada, que se refletem no total de receitas cambiais das exportações. Observamos pela tabela 29 que os granéis sólidos ganharam destaque nos anos 80, chegando em 1988 com a responsabilidade sobre mais de 50% das receitas cambiais de exportação. O grupo carga geral, que se constitui de mercadorias acondicionadas em sacas, vidros, fardas, caixas e contêineres, é responsável por parcela significativa, 36% em 1988, das receitas cambiais de exportação, apesar de responder por menor parcela do total no que se refere à movimentação de carga. Já o grupo de granéis líquidos, que se compõe de óleos vegetais, produtos químicos e água para navios, mesmo apresentando menor parcela das receitas cambiais de exportação, representa a maior parcela da carga movimentada no porto.

TABELA 29 - RECEITA CAMBIAL DAS EXPORTAÇÕES, SEGUNDO NATUREZA DAS MERCADORIAS MOVIMENTADAS NO PORTO DE PARANAGUÁ - 1980-1988

NATUREZA DAS MERCADORIAS	1980		1985		1988	
	U\$ mil	%	U\$ mil	%	U\$ mil	%
Carga Geral	1 362 204	55,1	887 302	35,5	1 005 844	36,3
Granéis Sólidos	870 204	35,0	1 053 650	42,4	1 469 956	53,1
Granéis Líquidos	245 544	9,9	544 233	21,9	291 219	10,6
TOTAL	2 478 493	100,00	2 485 185	100,00	2 767 019	100,00

FONTE: IPARDES, 1991, p. 106

Como assinala IPARDES,

Atualmente, o porto não se constitui em um estrangulamento da movimentação da produção. Devido aos investimentos realizados, é um dos mais modernos do país e especializou-se na movimentação de granéis. Com a operação da Ferroeste, contudo, pode haver um aumento da demanda de serviços portuários, que tende a se elevar se continuadas as tendências de crescimento da produção e exportação. A médio prazo, o porto tem capacidade de atender a demanda, mas em um prazo mais longo devem ser consideradas as possibilidades de expansão dos investimentos. (IPARDES, 1991, p. 106)

Assim, para transformar o porto de Paranaguá num meio de escoamento de produtos do sul do país e até do Mercosul é preciso pensar em seu melhor dimensionamento.

Os projetos do governo estadual, como se percebe, buscam uma maior integração entre as maiores cidades do estado, destas com as diversas regiões do estado e do estado com o país, principalmente com o sul, e com o Mercosul. Isto faz com que cada vez mais o estado esteja integrado, interna e externamente, num processo irreversível dentro das políticas de abertura e do movimento de globalização.

Além do setor de transporte, os outros setores são importantíssimos não só como suporte ao desenvolvimento, mas também em muitos casos como seu indutor.

No caso do setor de energia elétrica, o destaque fica por conta da energia hidrelétrica e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Os anos 80 marcam um enorme crescimento do potencial de energia elétrica, principalmente pelo início de operação da Usina de Itaipu, no Rio Paraná, com associação entre Brasil e Argentina; nesse período de análise o estado passa a ser exportador de energia. O Paraná fecha a década de 90 com utilização de 23,7% da energia elétrica gerada, enquanto a utilização de outros estados era de 76,3%. (IPARDES, 1991, p. 116).

No que se refere ao percentual de domicílios com energia elétrica no Paraná, passa-se de 32% em 1970 para 62,7% em 1980, chegando a 88,5% em 1988, percentual

ainda inferior ao dos outros estados da Região Sul: em 1988 o Rio Grande do Sul apresentava um percentual de 91,3% e Santa Catarina 95,3% dos domicílios com fornecimento de energia elétrica. (BANDEIRA, 1995, p.339).

O grau de avanço do setor industrial no estado se verifica quando a classe industrial apresenta-se com maior percentual de consumo de energia elétrica. Em 1998, por exemplo, o percentual de consumo de energia total do setor foi de 44,23%, seguido pela classe residencial com 26,97%, classe comercial com 14,52%, classe rural com 6,58%, classe de iluminação pública com 4,36%, classe dos serviços públicos com 3,08% e o consumo próprio com 0,37%. (IPARDES, 1999, p.28-29).

Porém, o fato de o estado ser superavitário em energia elétrica não o livra do racionamento diante de um crescimento da demanda porque está vinculado a um sistema integrado que coordena e planeja a geração e a distribuição de energia elétrica. Como o Paraná se inclui no sistema integrado Sul-Sudeste, as decisões de quais usinas serão construídas, os investimentos que serão realizados e a geração de energia por usina são de responsabilidade de dois grupos da Eletrobrás: o Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema (GCPS) e o Grupo Coordenador de Operações Interligadas (GCOI).

Uma das vantagens do Paraná é que a expansão do mercado das concessionárias vai além das fronteiras estaduais. Os destaques das usinas hidrelétricas no estado ficam por conta de Itaipu (com potência instalada de 12.600 MIU), Foz de Areia (1.676 MIU) e Segredo (1.260 MIU).

Apesar de superavitário em energia elétrica, o Paraná continua esforçando-se para ampliar sua potencialidade; prova disso é a recém-construída usina do Rio Jordão e de projetos como as usinas de Santa Catarina e do Rio Tibagi. Para tanto, espera contar com recursos próprios, do governo estadual, parcerias com a iniciativa privada, bem como de recursos internacionais (como o BID e o BIRD).

A partir do exposto percebemos que o desafio no setor de energia não é pequeno, uma vez que sua necessária expansão exige tanto recursos, que estão muito limitados pela crise do setor público federal e estadual e do mercado financeiro

internacional (com elevadas taxas de juros), quanto tempo hábil, que também não se harmoniza com o prazo de maturação de tais investimentos.

Para finalizar faremos um breve relato da infra-estrutura de telecomunicações, que na era da globalização são tão ou mais importantes que o setor de transportes, uma vez que o “transporte de informações” é fundamental para o processo produtivo e o desenvolvimento econômico.

No Paraná é a Telecomunicações do Paraná (Telepar) que responde pelo setor, com exceção da cidade de Londrina, que é atendida pela Sercomtel S.A. A Telepar, criada em 1963 pelo decreto estadual 12.585, é uma empresa do sistema Telebrás regulada pelo Ministério das Comunicações. Tem como característica ser uma empresa do sistema de capital aberto responsável por serviços de transmissão de voz, texto, dados e imagens em nível local, nacional e internacional.

Mesmo com as dificuldades existentes no país, e que acabam por atingir todos os agentes econômicos, em maior ou menor medida, a Telepar nos anos 80 e 90 conseguiu ampliar os serviços prestados em terminais convencionais (de 482.000 para 826.000 entre 1987 e 1996), em terminais digitais de telefonia celular (1.700 para 111.500 entre 1992 e 1996), em circuitos de transmissão de dados (04 para 8.459 entre 1990 e 1996) e telefones públicos (8.228 para 20.991 entre 1987 e 1996).

Um dos grandes desafios desse setor é a transição de um sistema de transmissão por microondas para um outro via cabos de fibra ótica. Já em 1996 foi iniciado o projeto ROTPAR, que prevê um anel ótico no estado interligando as principais cidades paranaenses (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e mais 21 cidades).

Da mesma maneira como ocorre no setor de energia, as expansões do setor de telecomunicações utilizará recursos próprios e de terceiros; neste último caso, principalmente de financiamentos ligados à própria importação de equipamentos para expansão e melhoria dos serviços. Este setor, mais do que o de energia e o de transporte, está propenso à privatização, o que, dependendo da forma como se efetue tal processo, traz incertezas sobre o prosseguimento de expansões e/ou melhorias e o

desenvolvimento científico tecnológico, que era financiado pela *holding* Telebrás e que no caso de privatizações fragmentadas dependerá de recursos provenientes basicamente de serviços prestados em telefonia convencional e transmissão de dados.

Segundo CASTRO (1997), a nova articulação com o setor privado, em grande parte devido à fragilização do setor público, federal e estadual, ainda não deixa claro se será benéfica, caso o setor privado se guie apenas pela rentabilidade e reste ao setor público os segmentos de menor atratividade. O caso que se apresenta melhor articulado é o do setor de transporte, com o Anel de Integração, que deixa clara a intenção do setor público em colocar o estado como centro nevrálgico do Mercosul. Tanto o Anel de Integração quanto o ROTPAR nas telecomunicações indicam a preocupação de articulação interna do estado que lhe propicie condições de suporte e até mesmo de indução ao desenvolvimento.

2.6 FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: EVOLUÇÃO RECENTE

Neste item procuraremos delinear a atual situação financeira estadual e sua evolução recente diante das transformações ocorridas no estado e no cenário nacional e internacional.

O anos 80 e 90 apresentam transformações rápidas e profundas para o estado, não só econômicas – com alterações na estrutura e distribuição espacial das indústrias, disseminação da modernização agrícola por todo o estado, expansão da infra-estrutura estadual –, mas também sociais, muitas das quais vinculadas aos processos econômicos, como a movimentação migratória, o processo de urbanização, a questão educacional e do atendimento de grupos populacionais que têm seu peso alterado no total da população. É importante assinalar que as mudanças no setor produtivo, sobretudo no industrial, que se consagra como mola propulsora do crescimento estadual, integraram e vêm integrando o estado cada vez mais à dinâmica produtiva nacional e internacional

e por isso representam uma base fundamental de recursos tributáveis para o setor público, tornando este seu parceiro solidário nos movimentos de sua dinâmica, refletindo-se também nas finanças públicas

Todas essas mudanças acabam repercutindo sobre as finanças públicas estaduais tanto *ex-ante* – como as demandas exigidas para a efetuação das mudanças, principalmente as econômicas, que exigem infra-estrutura de transportes, de energia, etc. –, quanto *ex-post*, como as demandas a serem atendidas em consequência de outros processos, como aquelas vinculadas a aspectos sociais que requerem serviços públicos do estado, como saúde, educação, etc.

No caso do Paraná, o desempenho das finanças públicas estaduais se torna ainda mais interessante na medida em que tem de acompanhar no mesmo compasso as rápidas e profundas transformações verificadas no estado. No entanto, os fatores que determinam a velocidade das transformações econômicas e sociais e que exigem uma contrapartida das finanças estaduais enquanto provedoras de infra-estrutura, serviços, financiamentos, não são em geral os mesmos fatores que determinam a velocidade das mudanças das rubricas das contas públicas, principalmente no que se refere às receitas públicas e à arrecadação de recursos, próprios ou não, para atendimento das demandas dessas transformações.

Percebemos no estado que as transformações dos anos 80 e 90 pressionaram não só gastos econômicos em infra-estrutura, energia, transporte, telecomunicações, investimentos em geral, mas também sociais, em aspectos ligados ao processo de migração e urbanização, como saneamento, transporte coletivo, habitação, saúde e educação, bem como à questão do crescimento da população idosa e do desemprego, que se colocam como pontos prioritários para a agenda do setor público estadual.

Se em nível interno percebemos diversos movimentos que vêm pressionar e ditar prioridades sobre as finanças públicas estaduais, é preciso lembrar que o Paraná é uma unidade federativa que está sujeita também às vicissitudes da conjuntura nacional.

O período estudado é marcado em nível nacional pela política prioritária de estabilização monetária, processo inflacionário crônico, beirando a hiperinflação, taxas

de juros elevadas, principalmente internamente, recessão e esgotamento das fontes de recursos externos, fatores que contribuíram sobremaneira para a redução tanto da capacidade de financiar e realizar investimentos para manutenção e expansão dos serviços públicos estaduais quanto da performance das finanças públicas estaduais.

No que se refere ao processo inflacionário, além de ele ter um efeito devastador sobre a arrecadação, dada a desvalorização da moeda, dificulta os cálculos públicos, tributários basicamente (com destaque para o ICMS), na medida em que a variação de preços entre o fato gerador do tributo e o efetivo recolhimento do imposto é elevada. Ainda que esse hiato temporal entre fato gerador e recolhimento tenha sido amplamente utilizado como instrumento de benefício fiscal, como já visto anteriormente, é inegável seu efeito negativo sobre a receita tributária arrecadada.

Já a questão das taxas de juros se associa principalmente ao custo dos financiamentos, isto é, aos encargos financeiros que, assim como ocorreu com o governo federal, passam a ter um peso significativo para as finanças estaduais; assim, a questão do endividamento estadual tem tomado papel de destaque para as finanças públicas estaduais.

Segundo o trabalho *Diagnóstico das Finanças Públicas do Paraná* (IPARDES 1991), o significativo peso dos encargos financeiros sobre as receitas do setor público se encontra vinculado à autonomização das taxas de juros e à ciranda financeira promovida pela decadência do padrão de financiamento da economia brasileira. Com o colapso do padrão de financiamento nos anos 80, não apenas a economia mergulha em grave crise, mas também as finanças do setor público, em todas as instâncias governamentais, estendendo-se até os dias atuais. A questão primordial deixa de ser o crescimento para se voltar para a problemática da estabilização, das taxas de juros e do déficit público.

Para GOLDEINSTEIN (1994), definindo-se padrão de financiamento como as relações internas e externas que determinam quais as fontes de recursos e como serão mobilizados, na acumulação de capital, tem-se que o padrão de financiamento da economia brasileira se pautou em um esquema de acumulação no qual o capital se

apoiou fundamentalmente em recursos públicos e/ou externos, sendo que o esgotamento do padrão ocorre quando uma ou outra ou ambas as fontes de recursos começam a apresentar problemas e chegam ao seu limite. É interessante ressaltar que mesmo os fundos públicos não conseguiram se constituir sem o aporte de recursos externos, que representavam parcela significativa.

Além da crise do padrão de financiamento da economia, que tem seus desdobramentos se reproduzindo no âmbito dos estados da federação, inclusive no Paraná, também se verifica a reestruturação produtiva, também chamada “Terceira Revolução Industrial”, com mudanças nos processos produtivos e organizacionais na produção de bens e serviços, com uma gama adicional de demandas sobre o setor público.

Com relação ainda aos fatores externos, tem-se na Constituição de 1988 um fator favorável, pois ampliou a base contributiva do ICM, transformado em ICMS, com tributação da energia elétrica, combustíveis, minerais e serviços de transporte e comunicações. Além disso, há o aumento da participação dos estados nos fundos constitucionais e a compensação financeira para exploração de recursos hídricos e minerais, os chamados *royalties*, que no caso do Paraná se vinculam principalmente à Usina Hidroelétrica de Itaipu.

A guerra fiscal, mais recentemente, vem afetando as finanças públicas estaduais. Nos anos 80 a dilatação do prazo de recolhimento, que era utilizada como instrumento de estímulo ao investimento, já tinha efeitos danosos para a arrecadação tributária, dado o efeito Tanzi-Oliveira. Já nos anos 90, a guerra fiscal, nova “roupagem” do estímulo ao investimento nos estados, pelo menos da disputa por investimentos entre as diversas unidades da federação, vem também afetar as finanças estaduais, ainda que de forma diferente, já que esses recursos deixam de ser arrecadados, ainda que não fossem mesmo existir caso o investimento não se verificasse.

É dentro desse cenário que os governos estaduais terão que operar para tentar superar os problemas de ordem econômica e social que se apresentam e ainda buscar formas de inserção competitiva no mercado internacional de acordo com as potencialidades e características do estado que se encontra bastante heterogênea. Como

os recursos se encontram limitados tanto pelo lado dos tributos, devido à guerra fiscal, isenções, queda de atividade, quanto pelo lado dos financiamentos externos, é preciso repensar as políticas estaduais na área econômica e social para melhor adequá-las às suas próprias demandas, redesenhando não só essas políticas mas também seus mecanismos de financiamentos.

2.6.1 Performance das Rubricas das Contas Públicas do Estado

Considerando as discussões feitas anteriormente, buscaremos analisar, ainda que em linhas gerais, a trajetória das finanças públicas estaduais em suas principais rubricas, tentando identificar a performance de arrecadação e de gastos do estado, ressaltando sua capacidade de financiamento e realização de investimentos, bem como a manutenção e a expansão do atendimento das demandas por serviços públicos estaduais.

Observando os dados dos balanços estaduais entre 1986 e 1995, podemos ter uma visão da performance das principais rubricas das contas públicas (tabela 30). De 1986 a 1995 a receita orçamentária apresentou-se oscilante e declinante, sendo de 10,75% e 7,50% do PIB estadual, respectivamente. As receitas correntes seguem essa mesma tendência, passando de 8,70% para 6,77% do PIB estadual, respectivamente, queda devida sobretudo à performance das receitas tributárias, que para o período oscilam de 8,14% para 4,59% do PIB estadual. Já no caso das transferências correntes, principalmente da União, tem-se um movimento positivo de 0,26% para 1,30% do PIB estadual no mesmo período. É interessante ressaltar que o PIB estadual exibiu taxas crescentes, enquanto a arrecadação do ICMS não teve o mesmo desempenho, o que pode ser um indicativo de sonegação e das renúncias implícitas em regimes especiais.

Destaca-se também nas receitas de capital a retração da operação de crédito que no período estudado passa de 1,35% para 0,66% do PIB estadual, com períodos de forte queda, que se inicia em 1988 e apresenta reversão somente após 1993. Essa trajetória é condizente com o período de contração de crédito, principalmente devido às elevadas taxas de juros.

Já o desempenho da despesa orçamentária, que passou de 10,74% para 7,57% do PIB estadual, demonstrou um esforço de ajuste que se evidencia à medida que seu percentual do PIB estadual diminui, enquanto este se apresenta crescente, bem como a população estadual. Nas despesas correntes, o gasto com pessoal foi o que se manteve mais estável, com quase totalidade das despesas de custeio; entre 1986 e 1995 passou de 2,25% para 2,30%, respectivamente. Nas transferências correntes, destacam-se, apesar de apresentar um certo declínio, as transferências intragovernamentais, que apresentam 1,46% e 1,34% do PIB estadual, em 1986 e 1995, respectivamente.

Para o mesmo período o encargo da dívida interna passa, respectivamente, de 0,07% para 0,10% do PIB estadual, com oscilação ascendente dentro do período, o que se justifica por ser um período marcado pela “ciranda financeira” e por taxas de juros elevadas. Já os encargos da dívida externa têm uma performance declinante no período, passando de 0,31% para 0,07% do PIB estadual.

Com relação às despesas de capital, merecem destaque os investimentos e as transferências de capital. No caso dos investimentos, podemos perceber pela performance do seu gasto, em percentual do PIB, que, apesar de apresentar queda significativa entre 1988 e 1990, conseguiu manter-se num percentual estável: de 0,47% para 0,53% do PIB estadual entre 1986 e 1995. Isto evidencia o esforço do setor público estadual em manter o investimento, principalmente com o objetivo de reforçar a infra-estrutura estadual, conseguindo com isto manter no estado vantagens sistêmicas capazes de atrair e absorver empreendimentos.

Já as transferências intragovernamentais exibem movimento declinante, de 1,74% para 0,51% do PIB estadual, entre 1986 e 1995, respectivamente, o que denota menos recursos, ou financiamento, para a administração indireta (estatais estaduais, autarquia, etc.).

No que se refere aos gastos com amortização da dívida interna, notamos que o seu movimento ascendente, de 0,15% para 0,33% do PIB estadual, compensou a queda com o gasto da dívida externa, de 0,34% para 0,11% do PIB estadual no período estudado, respectivamente (tabela 30).

TABELA 30 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ESTADO DO PARANÁ - 1986-95

CÓDIGO/ ESPECIFICAÇÃO	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	R\$	Part. Pib %																		
I Receitas p/ Categorias Econômicas																				
1 Receitas Correntes	2 848 134	8,707	2 351 746	6,349	2 376 831	5,563	2 034 114	6,215	2 835 463	7,533	2 628 144	7,039	2 107 065	5,965	2 096 533	5,320	2 610 509	6,264	2 955 257	6,775
2 Recet. Tributárias	2 661 512	8,137	2 135 055	5,764	1 803 531	4,933	2 131 668	5,574	2 288 433	6 080	2 035 365	5,452	1 462 540	4,141	1 330 381	3,376	1 815 098	4,356	2 001 304	4,588
3 Transferências Correntes	86 122	0,263	97 133	0,262	59 384	0,162	140 249	0,367	331 839	0,882	304 862	0,817	301 165	0,853	365 094	0,876	316 544	0,803	568 441	1,303
4 Particip. na Receita da União	84 506	0,258	97 133	0,262	59 249	0,162	138 693	0,363	331 375	0,880	303 357	0,813	295 572	0,837	302 923	0,769	348 815	0,837	483 750	1 109
5 Cota-Parte do Fundo de Participação	51 770	0,158	39 771	0,107	23 091	0,063	83 918	0,219	186 175	0,495	157 875	0,423	157 837	0,447	175 225	0,445	180 703	0,434	233 380	0,535
6 Recet. de Capital	669 470	2,047	767 319	2,072	532 437	1,456	215 963	0,565	238 051	0,632	82 355	0,221	60 686	0,172	253 184	0,642	118 689	0,285	318 532	0,730
7 Operaç. de Crédito	442 882	1,354	549 269	1,483	299 993	0,820	108 474	0,284	188 753	0,501	39 422	0,106	53 472	0,151	58 583	0,149	98 920	0,237	287 036	0,658
8 Transferências de Capital	225 524	0,689	199 415	0,538	200 105	0,547	104 180	0,272	45 494	0,121	39 321	0,105	859	0,002	0	0,000	381 755	0,916	0	0,000
9 Receita Orçament.	3 517 605	10,754	3 119 065	8,420	2 566 551	7,020	2 592 795	6,780	3 073 514	8,165	2 710 499	7,260	2 167 752	6,137	2 349 717	5,962	2 729 199	6,549	3 273 789	7,505
II Despesa p/ Categorias Econôm.																				
1 Desp. Correntes	2 497 252	7,635	2 477 292	6,688	2 299 141	6,097	2 811 947	7,353	2 069 609	5,498	1 774 282	4,752	1 723 114	4,878	1 721 155	4,367	2 077 718	4,986	2 597 495	5,954
2 Desp. de Custeio	872 875	2,669	889 823	2,402	729 623	1,996	786 416	2,056	775 759	2,061	747 152	2,001	803 619	2,275	793 918	2,015	936 341	2,247	1 174 475	2,692
3 Pessoal	736 052	2,250	745 758	2,013	619 765	1,695	673 419	1,761	671 248	1,783	666 222	1,784	689 429	1,952	665 671	1,689	778 500	1,868	1 003 789	2,301
4 Transferências Correntes	1 624 376	4,966	1 587 468	4,286	1 499 517	4,101	2 025 530	5,296	1 293 530	3,437	1 027 130	2,751	919 494	2,603	927 236	2,353	1 141 376	2,739	1 423 019	3,262
5 Transferências Intragovernam.	476 200	1,456	507 324	1,370	529 806	1,449	575 486	1,505	568 149	1,509	479 007	1,283	427 584	1,211	421 932	1,071	529 108	1,270	585 705	1,343
6 Transferências Intergovernam.	632 751	1,934	497 490	1,343	436 058	1,193	602 591	1,576	76 238	0,203	66 199	0,177	23 384	0,066	12 462	0,032	18 552	0,045	20 943	0,048
7 Encargos da Dívida Interna	102 399	0,073	83 341	0,225	102 982	0,282	427 805	1,119	227 750	0,605	61 116	0,164	48 208	0,136	42 280	0,109	38 905	0,093	47 158	0,108
8 Encargos da Dívida Externa	102 399	0,313	94 048	0,254	78 735	0,215	50 015	0,131	37 271	0,099	35 772	0,096	36 685	0,104	33 845	0,086	29 902	0,070	29 096	0,067
9 Despes. de Capital	1 015 701	3,105	987 143	2,665	1 262 176	3,452	517 233	1,352	337 766	0,897	430 625	1,153	386 043	1,093	416 304	1,056	721 288	1,731	704 117	1,614
10 Investimentos	152 411	0,466	134 164	0,362	38 663	0,106	36 634	0,096	52 267	0,139	173 478	0,465	157 803	0,447	124 577	0,316	170 320	0,409	232 130	0,532
11 Transferência de Capital	749 910	2,293	793 188	2,141	1 198 087	3,277	458 964	1,200	260 284	0,691	238 392	0,639	208 884	0,591	209 982	0,533	381 755	0,916	421 207	0,966
12 Transferências Intragovernam.	569 297	1,740	620 731	1,676	591 780	1,619	254 568	0,666	147 877	0,393	179 631	0,481	147 414	0,417	152 348	0,387	273 864	0,657	224 216	0,514
13 Transferências Intergovernam.	22 268	0,068	3 916	0,011	435 690	1,192	1 456	0,004	2 055	0,005	509	0,001	43	0,000	401	0,001	20 089	0,048	1 403	0,003
14 Amortização da Dívida Interna	417 919	0,147	33 644	0,091	54 675	0,150	112 949	0,295	46 573	0,124	23 565	0,063	23 757	0,067	25 508	0,065	43 498	0,104	145 088	0,333
15 Amortização da Dívida Externa	110 128	0,337	133 769	0,361	115 831	0,317	89 954	0,235	63 744	0,169	34 432	0,092	35 996	0,102	31 371	0,080	43 821	0,105	49 347	0,113
16 Desp. Orçament.	3 512 954	10,740	3 464 435	9,353	3 491 317	9,549	3 329 181	8,705	2 407 376	6,396	2 204 908	5,906	2 109 157	5,971	2 137 459	5,424	2 799 006	6,717	3 301 612	7,569
17 PIB Paraná	32 709 104	100,006	37 041 704	100,000	36 562 696	100,000	38 244 483	100,000	37 641 453	100,000	37 335 103	100,000	35 322 746	100,000	39 410 100	100,000	41 673 283	100,000	43 622 737	100,000

FONTE: Balanços Estaduais

NOTA: Valores em reais, R\$ mil a preços de dezembro de 1995.

Observaremos agora as despesas por função, a partir das quais é possível determinar em quais áreas o setor público estadual direcionou mais seus gastos. De modo geral, há um gasto significativo nas áreas sociais, como educação e cultura e previdência, o que de certa forma tenta responder às demandas sociais evidentes nessas áreas, como já vimos antes neste trabalho. Porém, a questão do trabalho, principalmente no que diz respeito ao desemprego, que tem se colocado como um dos desafios primordiais, tem recebido pouca consideração em relação ao nível de gastos públicos, refletindo certa insensibilidade do governo estadual nesse sentido.

Em geral, as despesas são classificadas em funções governamentais, econômicas e sociais. Nas funções governamentais estão agrupadas as funções Legislativa, Judiciária, Administração e planejamento, Defesa nacional e Relações exteriores. Quanto às funções Legislativa e Judiciária, notamos uma evolução oscilante, mas com tendência ascendente, o mesmo ocorrendo com suas participações no total das despesas por função que foram, respectivamente, de 1,71% e 4,87%, em 1986, para 2,96% e 8,81%, em 1995 (tabela 31).

TABELA 31 – DESPESAS POR FUNÇÃO – PARANÁ – 1986-95

ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990	1991
1 Legislativa	100 1,71	94 1,64	76 1,32	93 1,69	107 2,67	2,93
2 Judiciária	100 4,87	93 4,62	68 3,36	99 5,11	117 8,37	9,26
3 Administração e Planejam.	100 12,45	113 14,27	117 14,69	198 26,03	118 21,61	15,47
4 Agricultura	100 2,71	119 3,29	94 2,57	152 4,35	93 3,72	4,60
5 Comunicação	100 0,08	66 0,05	33 0,03	59 0,05	48 0,06	0,02
6 Defesa Nac. e Seg. Púb.	100 5,25	100 5,35	86 4,59	94 5,22	95 7,28	7,92
7 Desenvolvim. Regional	100 19,04	72 14,05	134 25,70	4 0,81	3 0,94	2,15
8 Educação e Cultura	100 19,71	104 20,91	95 18,86	104 21,76	89 25,76	26,96
9 Energia e Rec. Minerais	100 1,36	52 0,72	41 0,57	12 0,18	62 1,24	1,87
10 Habitação e Urbanismo	100 0,65	216 1,42	33 0,22	21 0,14	15 0,15	0,96
11 Indústria, Com. e Serv.	100 1,23	82 1,03	80 0,99	49 0,65	26 0,47	1,45
12 Relações Exteriores	100 0,00	0 0,00	0 0,00	0 0,00	0 0,00	0,00
13 Saúde e Saneamento	100 5,34	75 4,11	42 2,29	182 10,27	55 4,30	4,03
14 Trabalho	100 0,25	2 0,01	33 0,08	80 0,21	89 0,33	0,23
15 Assistência e Previdência	100 10,75	99 10,85	83 9,03	107 12,15	89 13,99	14,09
16 Transporte	100 14,58	119 17,68	106 15,69	73 11,36	42 9,12	8,06
TOTAL	100 100,00	98 100,00	99 100,00	94 100,00	68 100,00	100,00

continua

TABELA 31 – DESPESAS POR FUNÇÃO – PARANÁ – 1986-95

ESPECIFICAÇÃO	continuação					
	1992	1993	1994	1995	TMCR	VM
1 Legislativa	94 2,70	88 2,49	113 2,43	163 2,96	5,58	2,25
2 Judiciária	100 8,19	96 7,77	126 7,75	169 8,81	6,07	6,81
3 Administração e Planejам.	56 11,81	75 14,84	75 11,79	114 15,19	1,53	15,82
4 Agricultura	100 4,54	96 4,29	102 3,48	101 2,93	0,19	3,65
5 Comunicação	0 0,00	0 0,00	0 0,00	0 0,00	100,00	0,03
6 Defesa Nac. e Seg. Púb.	91 8,00	74 6,45	94 6,21	127 7,11	2,72	6,34
7 Desenvolvim. Regional	15 5,00	11 3,55	18 4,32	21 4,34	-15,74	7,99
8 Educação e Cultura	82 27,06	79 25,82	97 24,06	124 26,13	2,47	23,70
9 Energia e Rec. Minerais	60 1,36	6 0,15	10 0,18	4 0,07	-28,35	0,77
10 Habitação e Urbanismo	232 2,50	118 1,26	245 1,99	162 1,11	5,52	1,04
11 Indústria, Com. e Serv.	139 2,86	18 0,36	54 0,83	60 0,79	-5,47	1,07
12 Relações Exteriores	0 0,00	0 0,00	0 0,00	0 0,00	-	0,00
13 Saúde e Saneamento	56 5,06	54 4,80	80 5,43	88 5,04	-1,34	5,07
14 Trabalho	33 0,14	46 0,19	73 0,23	88 0,24	-1,33	0,19
15 Assistência e Previdência	87 15,62	110 28,05	127 17,21	175 20,06	6,43	14,18
16 Transporte	21 5,17	41 9,98	76 14,09	33 5,22	-11,41	11,10
TOTAL	60 100,00	60 100,00	79 100,00	93 100,00	-0,69	100,00

FONTE: Balanços Estaduais

NOTAS: 1 Evolução | Composição

2 TMCR - Taxa Média de Crescimento | VM - Valor Médio

3 Tabela extraída dos anexos do trabalho de CASTRO, 1997.

A função Administração e planejamento apresenta evolução ascendente até 1988, quando começa a declinar até 1994. Porém, apesar do movimento evolutivo descendente, sua participação no total das despesas por função se apresenta predominantemente ascendente, passando de 12,45% em 1986 para 15,19% em 1995, alcançando o máximo de 26,03% em 1989. Já a função Defesa nacional e segurança pública exhibe evolução descendente, só crescendo em 1995. Mas sua participação no total da despesa por função se apresenta de modo ascendente: de 5,25% em 1986 passa para 7,11% em 1995.

Nas funções econômicas reúnem-se as seguintes funções: Agricultura, Comunicações, Desenvolvimento regional, Energia e recursos minerais, Indústria, comércio e serviços e Transporte.

A evolução de gastos com a Agricultura se apresenta estável no período, com exceção de 1989 quando atinge um máximo. Já sua participação no total da despesa por função se mostra crescente, atingindo um máximo de 4,6% em 1991. Aqui é importante ressaltar o papel do governo estadual, dada a precariedade que a política agrícola

federal vem apresentando, principalmente nos períodos de crise, quando o crédito e o subsídio agrícola são um dos primeiros a sofrer corte. A função Comunicações apresentou evolução e participação praticamente nulas, talvez porque essa área tenha ficado mais a cargo da estatal responsável pelo setor, a Telepar. A função Desenvolvimento regional exibiu uma má performance tanto na sua evolução (de 100 em 1986 para 21 em 1995) quanto na composição do total da despesa por função (19,04% em 1986 para 4,34% em 1995). A evolução e a participação da função Energia e recursos minerais também se revelaram declinantes, passando de 100 para 4 e de 1,36% para 0,07%, entre 1986 e 1995, respectivamente. O mesmo ocorre com a função Indústria, comércio e serviços, cuja evolução passa de 100 para 60 e a composição passa de 1,23% para 0,79%, entre 1986 e 1995. Já a função Transporte apresenta evolução e participação descendentes, entre 1986 e 1995, passando de 100 para 33 e de 14,58% para 5,22%, respectivamente.

O último grupo a ser observado é o das funções sociais, que englobam Educação e cultura, Habitação e urbanismo, Saúde e saneamento, Trabalho e Assistência e previdência.

A evolução da função Educação e cultura se apresenta oscilante e descendente, porém sua participação no total da despesa por função se revelou crescente, de 19,71% em 1986 para 26,13% em 1995, apresentando maior peso nos gastos por função, talvez devido a sua vinculação de gasto nessa função prevista em lei. A função Habitação e urbanismo apresentou uma evolução discrepante, saindo de 100 em 1986 para 15 em 1990, 245 em 1994 e 162 em 1995. Sua participação no total apresenta movimentação semelhante. Já a função Saúde e saneamento exhibe, em geral, uma evolução declinante, mas sua participação no total se apresenta estável em torno de 5%.

Na função Trabalho, há uma evolução oscilante com tendência à recuperação nos últimos três anos, porém sem alcançar o nível de 1986. Sua participação no total da despesa por função é uma das mais baixas dentre as funções, de 0,25% em 1986 para 0,24% em 1995. Isso evidencia que a questão do trabalho não mereceu maior atenção por parte do setor público, diante de um cenário em que o trabalho se fragiliza em seus diversos aspectos (relações de trabalho, direitos, número de postos de trabalho) e o

desemprego estrutural se torna cada vez mais crescente. Por isso, é necessário considerar as exigências e conseqüências provenientes da reestruturação produtiva, repensar a participação dessa função no total de gastos e desenvolver programas voltados à questão do trabalho.

Também exibe evolução oscilante mas com tendência à recuperação no final do período a função Assistência e previdência, que sai de 100 em 1986 para 175 em 1995. Já a sua participação, apesar das quedas em sua evolução, mantém-se crescente em todo o período, passando de 14,58% em 1986 para 20,06 em 1995. Esse aumento da participação dos gastos em Assistência e previdência já é reflexo da maior ampliação da faixa da população de idade mais avançada e suas demandas em assistência e previdência. Esse gasto crescente deve incitar a busca de formas de viabilizar seu financiamento, principalmente por parte do setor público.

3 UM QUADRO DOS ANOS 90

Procurar-se-á agora traçar um panorama geral dos anos 90, ressaltando a performance do Paraná dada sua inserção num cenário mais amplo.

Em nível internacional verifica-se o aprofundamento dos processos de globalização das economias e mercados e de reestruturação industrial, ambos iniciados nos anos 80. O processo de reestruturação industrial, conjugado com a globalização, tem, principalmente na segunda metade dos anos 90, propiciado novos investimentos, não só produtivos mas também financeiros, que se conduzem sobretudo na direção dos países menos industrializados, depois de ter-se verificado nos anos 80 um movimento diferente, dos países industrializados para os mais industrializados.

Quanto à situação nacional, nos anos 90 apresentam-se processos que já se verificavam na década anterior, como recessão, inflação, juros, privatizações, crise fiscal-financeira do estado, bem como, mais recentemente, a abertura comercial, a guerra fiscal e a estabilização monetária.

Inserido neste cenário o Paraná tem se ressentido desses diversos processos, alguns de modo mais prejudicial, outros de modo mais favorável. Num contexto geral, porém, tem conseguido, assim como nos anos 80, obter uma taxa média de crescimento superior à brasileira, principalmente devido às especificidades internas (tabela 32).

TABELA 32 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB,
NO PARANÁ E NO BRASIL – 1980/2010

ANO/ PERÍODO	TAXA CRESCIMENTO	
	PARANÁ	BRASIL
1980-1990	3,6	1,5
1990-1995	3,6	2,7
1996	6,4	2,8
1997	3,3	3,7
1998	1,5	0,15
1999	2,5	-3,5
2000	3,0	1,0
2001-2005	5,3	4,0
2006-2010	6,5	5,0

FONTES: IBGE, IPARDES, SPEA, BNDES e estimativas do autor

NOTA: Tabela extraída de LOURENÇO, 1999, p. 12.

Mas o início desta década não apresentou um quadro muito animador para a economia paranaense, período sob a administração do governo Collor marcado pela recessão, maior controle do déficit público e corte de gastos públicos. Afetaram também tanto questões nacionais, tais como maior pressão do endividamento dos estados, ampliação do processo de abertura comercial e política agrícola precária, quanto internacionais, como a instabilidade nas cotações internacionais dos produtos primários.

Com isso, vários fatores se sucedem no Paraná: fragilização dos mecanismos de apoio à industrialização, extinção do BADEP, esgotamento da fronteira agrícola, dependência do agronegócio, da política agrícola do governo federal e do comportamento mundial das *commodities*, bem como isenção do ICMS nas vendas interestaduais de energia elétrica e a Lei Kandir, que desonera as exportações de básicos e semimanufaturados, afetando sobremaneira o estado, que exporta energia elétrica e é um dos principais estados exportadores do país.

Essa situação desfavorável começa a se reverter em meados dos anos 90, afetada não só por fatores conjunturais mas também estruturais.

No que se refere aos fatores conjunturais, ocorre em 1993 e 1994 uma expansão do PIB regional graças ao bom desempenho do setor primário e de seus efeitos multiplicadores dinâmicos para frente e para trás (insumos, máquinas, imóveis, bens duráveis, comércio, transporte rodoviário e ferroviário, receitas fiscal-tributárias), favorecido pela má performance das safras americanas, que elevou os preços internacionais, capitalizando o setor primário interno. Mas esses fatores perdem fôlego após 1995 com as supersafras mundiais, que fazem despencar os preços internacionais.

Já dentre os fatores estruturais merecem destaque a gama de investimentos públicos (principalmente no setor de infra-estrutura rodoviária, de energia elétrica, de comunicações, ferroviária) e privados (principalmente na agroindústria e na indústria automobilística), além das alterações, e suas conseqüências, na forma de gestão produtiva e administrativa por parte do empresariado estadual, com destaque para as cooperativas.

Como percebemos, nos anos 90, as exportações de soja e de trigo foram os principais responsáveis pelas expansões do setor primário estadual e também pelo crescimento da economia do estado, devido a seus efeitos multiplicadores sobre os outros setores da economia. Porém, cabe ressaltar que este setor encontra-se bastante dependente do setor externo e da política agrícola federal.

Se nos anos 80 as fronteiras agrícolas já se encontravam em processo final de esgotamento, isto se aprofunda nos anos 90, exigindo cada vez mais a elevação da produtividade para o crescimento da produção. Mas no estado vêm se verificando esforços com o objetivo de expandir a produtividade, com maior uso de tecnologia, sobretudo na área agrícola e agroindustrial, através de um amplo conjunto de institutos de pesquisas, como Embrapa, Iapar, Coodetec/Ocepar e Parque Tecnológico e Agroindustrial do Oeste.

É bem verdade que a maior parte da tecnologia desenvolvida ainda se concentra sobremaneira nos principais produtos agrícolas do estado: soja e trigo. No entanto, outros produtos têm recebido atenção, como os hortifrutigranjeiros, o café adensado, a cana-de-açúcar e o algodão, com o intuito de buscar soluções tanto para a produtividade e autonomização quanto para a permanência dos produtores menores no meio rural.

Dessa maneira, o setor primário tem buscado formas de investir em elevação da produtividade e de diversificação agrícola procurando solucionar os desafios da competitividade e da situação dos pequenos produtores, porém a migração rural ainda é um problema que o setor urbano-industrial terá que suportar no estado, caso não se direcione a outras unidades da federação como já ocorrera no passado.

Um dos principais destaques do setor primário nos anos 90 fica por conta das cooperativas agrícolas. Na década anterior elas já haviam recebido destaque pelo seu papel junto aos produtores e principalmente no que se refere à questão da comercialização e direcionamento para a industrialização do projeto primário visando agregar-lhe maior valor. O grande mérito das cooperativas nos anos 90 tem sido sua forma de buscar superar os desafios provenientes da globalização e da competitividade

mundial. Para fazer frente a esses desafios, as cooperativas paranaenses procuraram desenvolver estratégias para melhor se posicionar no mercado, direcionando-se para maior captação de recursos e de novas tecnologias, viabilização de investimentos e elevação da produtividade. Enfim, toda uma mudança em sua estrutura de gestão, administrativa e produtiva.

No que se refere à questão de recursos, a inovação dos anos 90 tem sido a transformação das empresas em *joint ventures* e a captação de recursos por ações na Bolsa de Valores (como *holdings*), que é uma forma bem menos onerosa do que captar recursos no mercado financeiro. Essa união de empresas reforça sua posição no mercado na medida em que lhe confere mais recursos para investir na produção, utilizar mais tecnologia e reduzir custos. No setor das cooperativas, entre os vários exemplos de uniões que se verificaram, um deles é a união da Cativa de Londrina com a Colmar de Maringá.

Com relação à viabilização de novos investimentos, as cooperativas têm maior potencial de identificar e viabilizar novas oportunidades de investimento, não só pelo seu conhecimento do mercado e das matérias-primas, mas também pelo aumento de sua eficiência com o novo modelo de gestão financeiro-operacional que inclui: ações direcionadas para a terceirização de algumas atividades (como assistência técnica, recrutamento e treinamento), acordos com outras cooperativas de empresas privadas (para otimizar capacidade produtiva e comercial, oportunidades de mercado, como é o caso da integração Batavo/Witmarsum/Clac) e reestruturação da estratégia de marketing, pesquisa e novos produtos.

Além disso, o cooperativismo e o sistema integrado têm um papel importante junto aos pequenos produtores, unindo-os às grandes empresas, o que viabiliza as atividades do pequeno produtor e proporciona a matéria-prima em grande escala para as agroindústrias.

Percebemos, dessa maneira, que o setor agrícola primário paranaense vem buscando nos anos 90, através de suas instituições de pesquisa e do próprio setor privado agrícola, principalmente sob a égide das cooperativas, soluções para seus principais

problemas, como a condição do pequeno produtor e a questão da produtividade, para conseguir sobreviver, manter-se e se possível ganhar espaço dentro de um cenário adverso em que predomina uma agressiva competitividade em nível mundial.

Destacaremos, a seguir, as mudanças ocorridas nos setores da indústria do estado nos anos 90. No período, ressaltam-se suas formas de gestão administrativa e produtiva conectadas com processos mais amplos em nível nacional, como a estabilização monetária e a retomada dos investimentos (principalmente no setor automobilístico), bem como internacional, com o aprofundamento do processo de globalização, maior grau de abertura da economia e de exposição à competitividade internacional.

As mudanças verificadas nos anos 90 na gestão administrativa e nos processos produtivos do setor industrial do estado objetivam maior produtividade, menores custos e maior competitividade, melhorando as condições do setor como um todo e do próprio estado para atrair novos investimentos e competir nos mercados abertos e legitimando desse modo suas vantagens geoeconômicas. Também é nos anos 90 que o Paraná irá entrar de modo mais agressivo na chamada “guerra fiscal”, principalmente após a primeira metade dos anos 90, quando ocorre a “corrida” pelos investimentos do setor automobilístico.

A indústria paranaense, assim como a nacional, insere-se em um período de desafios à sua reestruturação, dada a abertura comercial, com redução das alíquotas de importação. O setor agroindustrial é presença importante na estrutura industrial paranaense, mantendo a economia do estado com uma performance, em termos de taxa de crescimento do produto interno bruto, favorável e acima da média brasileira. O bom desempenho do setor esteve muito atrelado aos movimentos de reestruturação interna estimulados pelas cooperativas, visando melhorar o padrão de eficiência e produtividade, bem como de competitividade, calcando esta última muito mais em termos de qualidade e custo do produto do que em vantagens espúrias (como a dependência de taxa cambial).

A reestruturação industrial, no entanto, não se restringiu apenas às agroindústrias, mas se verificou também em diversos segmentos industriais como uma resposta técnico-produtivo-gerencial empreendida pelo setor privado diante da abertura comercial e da maior competição externa. As estratégias adotadas basearam-se no melhoramento dos padrões de eficiência, produtividade e competitividade, introduzindo novas formas de gestão administrativa e de produção, controle de qualidade e inovações tecnológicas. As empresas vêm buscando reduzir custo com a inserção de conceitos mais modernos de produção, enxugamento e aprimoramento do quadro de pessoal, desativação de linhas de produção e intensificação da desverticalização e da terceirização visando ao mercado interno e externo.

Esse novo referencial tecnológico-administrativo tem sido implantado com maior intensidade nos setores de Mecânica, Material elétrico e de comunicações, Química, Alimentos e Bebidas.

Observando-se a tabela de índice de crescimento da produção industrial no Paraná, por classes e gêneros de atividades, entre 1991 e 1998, podemos perceber que nos anos 90 a produção tem crescido, salvo raras exceções. Os destaques de crescimento da produção ficam por conta dos setores de Material elétrico e de comunicação, Material de transporte, Metalurgia, Borracha e Mecânica. Já o setor Têxtil foi um dos que mais se ressentiu com a abertura econômica e a competitividade dos produtos estrangeiros, principalmente daqueles oriundos da Coréia. Talvez nesse mesmo contexto se explique o comportamento declinante do setor de Vestuário, calçados e artefatos de tecido (tabela 33).

A segunda metade dos anos 90 tem sido marcada por novos investimentos, anunciados ao lado de projetos de expansões e/ou modernização de empresas que operam no território estadual. Do total dos projetos privados anunciados entre janeiro de 1995 e agosto de 1997, 54% são do segmento metal-mecânico (40% de montadoras de automóvel), sendo 65% na RMC, que congrega cerca de 27% da população do estado.

TABELA 33 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO CLASSES E GÊNEROS DE ATIVIDADE - 1991-98

CLASSES/ GÊNEROS	ANOS							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Indústria Geral	100,00	97,53	109,05	119,07	112,38	116,54	123,24	127,19
Extrativa mineral	100,00	103,62	100,67	80,72	92,09	86,80	93,34	71,47
Ind. de Transformação	100,00	97,51	109,08	119,21	112,45	116,64	123,35	127,40
Minerais Não-Metálicos	100,00	98,83	93,83	93,33	108,24	122,86	142,16	132,55
Metalúrgica	100,00	115,61	126,00	127,08	119,24	128,04	139,90	137,97
Mecânica	100,00	83,35	98,74	131,96	147,64	160,28	159,80	127,55
Mat. Elétrico e de Comum.	100,00	87,94	104,06	139,07	122,69	88,20	160,51	249,64
Material de Transporte	100,00	100,63	147,12	185,68	177,73	117,04	154,20	145,43
Madeira	100,00	104,61	107,92	104,05	98,02	106,83	103,64	128,02
Mobiliário	100,00	71,50	90,96	98,47	117,58	146,21	133,72	139,12
Papel e Papelão	100,00	97,83	101,09	105,07	103,83	106,73	116,55	115,73
Borracha	100,00	50,78	86,41	61,81	59,30	125,37	197,80	159,37
Couros e Peles	100,00	98,67	93,37	89,35	71,87	46,74	32,15	25,51
Química	100,00	98,07	111,87	125,57	109,71	130,28	133,50	127,88
Perfum. Sabões e Velas	100,00	84,74	96,62	94,36	102,16	104,54	110,62	127,60
Prod. Mat. Plásticas	100,00	104,21	106,69	87,03	89,75	121,04	127,20	131,56
Têxtil	100,00	94,22	64,04	57,90	61,26	49,66	36,23	33,63
Vest. Calç., Art Tec.	100,00	154,56	151,90	179,29	142,16	101,39	49,96	41,94
Produtos Alimentares	100,00	99,52	118,96	120,71	108,71	114,54	110,95	117,41
Bebidas	100,00	80,31	69,15	88,47	116,43	103,26	95,16	97,76
Fumo	100,00	106,15	105,12	135,24	100,38	185,85	264,24	210,33

FONTE: IBGE/DPE/DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

NOTAS: 1 Tomou-se como base a média do ano de 1991 = 100.

2 Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

3 Tabela extraída de LOURENÇO, 1999, p. 30.

É importante ressaltar que a atração dos novos investimentos, principalmente dos automobilísticos no contexto da guerra fiscal, não se pautou apenas em estímulos fiscal-financeiros, mas também em fatores extrafiscais, como infraestrutura por exemplo.

A configuração espacial da expansão industrial e dos novos investimentos no território paranaense tem seguido a tendência que já se verificava nos períodos passados, com certa concentração e especialização por região. Assim, o parque industrial de capital intensivo e de serviços de gestão industrial e tecnológica está distribuído numa faixa reduzida do sul do Paraná, polarizada por Curitiba. E no restante do estado consolida-se a agroindústria, mas mais dependente das inversões em infra-estrutura (tabela 34).

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMO-GÊNEAS, NO PARANÁ - 1980-1995

MICRORREGIÃO	1980	1990	1995
Curitiba	56,4	55,6	59,8
Campos da Lapa	0,8	1,6	1,4
Campos de Ponta Grossa	8,5	7,5	7,4
Campos de Jaguariaíva	0,2	1,0	2,5
Norte Velho de Jacarezinho	2,7	2,3	1,2
Norte Novo de Londrina	9,1	9,1	8,2
Norte Novo de Maringá	3,2	5,0	3,0
Norte Novíssimo de Paranavaí	0,5	0,8	0,6
Norte Novo de Apucarana	1,4	1,9	1,6
Norte Novíssimo de Umuarama	1,0	1,2	1,6
Campo Mourão	1,8	1,7	0,8
Extremo-Oeste Paranaense	2,9	4,0	4,2
Sudoeste Paranaense	1,1	1,9	1,7
Campos de Guarapuava	2,7	2,0	2,0
Médio Iguaçu	2,6	1,7	1,7
Outros	5,1	2,7	2,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEFA, por iniciativa do governo estadual

NOTA: Tabela extraída de LOURENÇO, 1997, v. 19, n. 9-10, p. 3.

A disseminação industrial pelo interior do estado conta com o amparo do governo estadual, que vem consolidando certos pólos e apoiando a complementação e modernização de cadeias produtivas do agronegócio e outros segmentos vocacionados pela disponibilidade de recursos naturais, como Papel e papelão e Madeira, que tem maior propensão à interiorização e à maior criação de postos de trabalho por unidade de capital investido.

Nesse sentido, o papel do governo estadual no que se refere à infra-estrutura, principalmente a rodoviária (o Anel de integração, por exemplo) tem por objetivo facilitar a conexão com os centros consumidores. Assim, enquanto o crescimento econômico prospectivo da RMC deve ser mais vinculado aos investimentos em si, a evolução do interior do estado deverá estar mais ligada à questão da infra-estrutura, do emprego e da renda.

Aliás, arrojados projetos de edificação e fortalecimento da rede de infra-estrutura física competitiva (rodoviária, ferroviária, portuária, de energia) e de resgate da base estadual em ciência e tecnologia vêm multiplicar o adensamento da matriz produtiva industrial paranaense.

O Plano Real e a sua conseqüente estabilidade macroeconômica abriram espaço para as regiões contíguas à região dinâmica e que eram dotadas de equipamentos infra-estruturais. O Paraná se beneficiou com isso graças à infra-estrutura obtida com grande esforço pelo próprio governo estadual ao longo dos anos.

Devem acelerar a mudança no perfil produtivo do estado a chegada das montadoras, os investimentos agroindustriais e as inversões no aparato infra-estrutural, acrescidos de um suporte institucional de estímulos fiscal-financeiros, buscando com isso romper a grande complementaridade da economia paranaense em relação a São Paulo e a predominância dos produtos básicos na pauta de exportações do Paraná.

A seguir, passaremos a analisar o desempenho do setor terciário paranaense nos anos 90, valendo-nos de alguns estudos recentes, feitos pelo Dieese e pelo próprio IBGE, que fornecem algumas informações sobre a população ocupada e os ramos de destaque nesse setor no período – já que o último censo de serviços e de comércio foi realizado pelo IBGE em 1985.

Esse setor, que engloba serviços e comércio, também tem sofrido várias modificações nos anos 90, não só no Paraná, mas também no Brasil e no mundo, acompanhando o processo de reestruturação econômica e suas resultantes. Além disso, continua a cumprir papel de principal absorvedor de mão-de-obra.

No início da década a economia foi sacudida pelas políticas industriais que promoviam a progressiva redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e pelo processo de desregulamentação, principalmente no que se refere à transferência externa de tecnologia associada à eliminação de reservas de mercado para o ramo da informática. As empresas buscaram se enquadrar dentro dessa nova realidade procurando melhorar a eficiência (novas formas de processo produtivo, programas de produtividade, racionalização dos custos finais) e competitividade. Essa reestruturação alcançou todos os níveis da empresa e provocou a eliminação de departamentos e atividades, cujos serviços seriam melhor desempenhados fora da empresa via processo de terceirização das atividades de processos e serviços não estratégicos.

A terceirização apresenta-se, então, como uma boa estratégia para flexibilizar custos, reduzindo gastos com programas sociais, encargos e impostos. Porém, seu reflexo sobre o mercado de trabalho tem causado progressivo aumento da informalização das relações de trabalho e queda da qualidade do vínculo com o empregador.

Nesse contexto, a terceirização tem se apresentado como um dos destaques do setor terciário nos anos 90, mostrando-se não somente nos serviços, mas também na área de produção. No que se refere à terceirização de serviços, os destaques ficam por conta dos serviços de reparos e manutenção de equipamentos diversos, vigilância, limpeza, alimentação e transporte.

O processo de terceirização tem se apresentado com um alto grau de diversificação, o que tem se mostrado um fator positivo para a geração de emprego, principalmente diante de um quadro de crescimento do desemprego estrutural, fazendo com que nos anos 90 o setor terciário continue se apresentando como um grande absorvedor da população ocupada.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), para 1997, último dado existente, para o Paraná (das pessoas acima de 10 anos ocupadas na semana de referência, por contribuição para o Instituto de Previdência no Trabalho Principal, segundo os ramos de atividade do Trabalho Principal), há um total de 4.314.964 (100%) de pessoas ocupadas, das quais 27,21% se concentram na agricultura, 12,12% na indústria de transformação, 6,99% na indústria da construção, 1,05% em outras atividades industriais, 13,13% no comércio de mercadorias, 18,67% na prestação de serviços, 3,43% em serviços auxiliares da atividade econômica, 4,05% em transporte e comunicação, 7,84% em social, 3,54% na administração pública e 1,96% em outras atividades. Percebemos assim que os ramos vinculados ao setor terciário, comércio e serviços englobam a maior parcela do total de empregos do Paraná.

O Dieese também possui dados interessantes no que se refere ao saldo entre admissões e desligamentos nos diversos ramos de atividade (indústria de transformação, comércio, serviços, construção civil, administração pública, serviço

individual de utilidade pública, extrativa mineral, agricultura e outras) e seus sub-ramos, dos quais destacamos, para 1998, os seguintes:

- a) o ramo de serviços apresentou melhor desempenho no Paraná, com quase a totalidade do saldo positivo do ano (enquanto os serviços tiveram um saldo total positivo de 11.303, o total geral foi de 12.268). Na RMC, a situação é bastante semelhante, com os serviços apresentando um dado positivo de 6.926, maior que o saldo geral, de 6.478;
- b) tanto no Paraná quanto na RMC, o comércio teve saldo positivo em 1998, sendo 1.308 e 67, respectivamente. Uma diferença importante se refere ao saldo da atividade de administração que para o Paraná foi negativo em 2.070 e para a RMC foi positivo em 212. Isso indica as dificuldades por que passam as administrações públicas do interior com relação as suas contas e ao número de funcionários.

Atentando mais especificamente para os sub-ramos que se destacam no comércio e nos serviços, com base nos dados do Dieese, sobre estoque de emprego para o período de 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1998, no que se refere ao Paraná e à RMC, temos o quadro que destacamos a seguir.

No comércio, o saldo de emprego foi negativo no comércio varejista tanto para o Paraná quanto para a RMC. Já o comércio atacadista se apresentou negativo somente para o estado, enquanto para a RMC mostrou-se positivo (ainda que com um valor baixo).

Nos serviços, os sub-ramos que apresentaram saldo negativo no Paraná foram os serviços de instituições financeiras, transporte e comunicação, alojamento, alimentação e manutenção. Os itens corretores e administradoras de imóveis, técnicos e profissionais, médicos, dentistas e veterinários e ensino apresentaram-se positivos tanto para o Paraná quanto para a RMC. Mas na RMC também foram positivos os sub-ramos de alojamento, alimentação e manutenção (e em percentuais bem mais elevados que os do estado), além de mostrar-se positiva a variação geral dos seus serviços, enquanto a do Paraná foi negativa.

A diferença existente entre o estado e a RMC no que se refere aos sub-ramos de alimentação, alojamento e manutenção se deve à questão do grau de urbanização da RMC que permite maior possibilidade de resistir às adversidades, pois em geral as empresas são mais oligopolizadas que as de cidades de menor porte (quando se trata do total do Paraná). Assim, nos anos 90 evidencia-se na RMC um crescimento das grandes redes de supermercados – os quais já assumiam papel de destaque nos anos 80 –, num movimento de concentração expresso nos tamanhos dos estabelecimentos, como Carrefour, Grupo Pão de Açúcar/Extra, Grupo Sonae/Mercadorama.

O desempenho positivo do saldo no estoque de emprego no caso dos sub-ramos de médicos, dentistas e veterinários é um dos destaques dos anos 90, não só para a RMC e o Paraná, mas também para o país em geral, vinculado principalmente ao crescimento dos planos de saúde e odontológicos e ainda à falência do sistema de saúde público, como consequência da própria deterioração das finanças públicas em todos os níveis de governo.

Os sub-ramos de instituições financeiras e transporte e comunicações apresentaram saldo de estoque de emprego negativo tanto para a RMC quanto para o Paraná, com a diferença de que a variação no item instituições financeiras foi bem maior para a RMC. Essa queda se deve à continuação de um movimento de automação e informatização iniciado nos anos 80. Nos anos 90, sobretudo pela estabilização e pelo prosseguimento da reestruturação, o setor financeiro se destaca em mudanças operacionais, e com a concentração promovida, com fusões e aquisições, passa a manter rentabilidade e competitividade no mercado.

É preciso ressaltar que os dados coletados pela PNAD/IBGE e pelo Dieese baseiam-se em informações de emprego formal fornecidas pelo Ministério do Trabalho. Assim, como historicamente o setor terciário tem apresentado os maiores índices de informalidade no mercado de trabalho, a participação do setor no total de empregos tende a ser maior ainda.

A exemplo do que ocorreu com vários segmentos, o setor público também foi afetado nos anos 90 pelas mudanças de ordem interna e externa.

Em nível externo, assim como diversos setores da economia sofreram impactos e tentaram superar os desafios decorrentes principalmente da “Terceira Revolução Industrial” e da globalização, o governo também buscou caminhos para auxiliar na eficiência e na competitividade da matriz industrial do estado, melhorando a competitividade sistêmica, expressa em projetos (como o Anel de integração e Ferroeste) e aplicação de recursos para fazer frente aos desafios dos novos tempos. Além disso, o governo estadual também tem investido em aparato de pesquisa e tecnologia, o que é corroborado pelo artigo 205 da Constituição Estadual, que estipula 2% da receita do estado para o desenvolvimento em ciência e tecnologia.

Entretanto, o governo estadual encontrou dificuldades para intervir no cenário econômico, uma vez que nesta década o poder de interferência do estado na economia passa a ser cada vez mais questionado, o que foi reforçado e até legitimado pela incapacidade financeira sobretudo da União, mas que não deixa imunes os governos subnacionais. Apesar disso, o governo vem tentando estabelecer um novo aparato institucional e novas formas de intervenção para capacitar o estado a enfrentar os desafios da competitividade e da globalização. Isto porque, ao contrário do surto econômico dos anos 70, a nova impulsão da economia paranaense depende da decisiva atuação financeira da órbita privada, via identificação de oportunidades e operação de projetos de ampliação da infra-estrutura.

O aparato institucional pró-desenvolvimento mantido pelo governo estadual tem como exemplos mais recentes a Paraná Investimentos S.A., o Paraná Desenvolvimento S. A. e a Agência de Desenvolvimento do Paraná S. A. (ADPR).

A Paraná Investimentos S.A. foi criada pela Lei Estadual nº 11.428, de 14 de junho de 1996, com recursos do estado (ações das estatais e títulos) e do Banestado S. A. Sua função é captar recursos no mercado financeiro e garantir a contrapartida estadual nos financiamentos da infra-estrutura estadual concedidos por unidades multilaterais de crédito, devendo também atuar na atração de investimentos.

Já o Paraná Desenvolvimento S. A. foi criado pela Lei Estadual nº 11.742, de 19 de junho de 1997, também ligado à Secretaria da Fazenda, com participação do FDE e do

Banestado. Seu objetivo é viabilizar a participação acionária minoritária na implantação e/ou ampliação de projetos privados, em condições semelhantes às da Renault.

A Agência de Desenvolvimento do Paraná S. A. (ADPR), criada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, foi instituída como resultado do esforço de saneamento e capitalização do Banestado e formalizada com protocolo de intenções em que participaram representantes da indústria, comércio, agricultura, cooperativas e governo estadual. A ADPR será a gestora do FDE, atuando em duas frentes:

- a) viabilização de projetos que melhorem o perfil produtivo do estado, bem como sua competitividade para inserir-se no mercado nacional e externo;
- b) financiamento e aval para micro, pequenas e médias empresas.

Enfim, buscam-se novas formas de relação com os diversos agentes econômicos, bem como de captação e aplicação de recursos com o objetivo de superar os desafios que os novos tempos impõem. Para TAVARES (1994), a tensão que se estabelece no mundo contemporâneo neste final de século é de natureza semelhante para quase todos os países. Mas a incerteza que resulta da aceleração do tempo histórico e principalmente a falta de transparência nas mudanças políticas e institucionais requeridas para fazer frente às transformações na ordem econômica internacional são desafios ainda maiores para os países periféricos, pelo peso do passado, manifestado na estrutura heterogênea de suas economias e sociedades.

Em nível nacional, como já frisado, os anos 90 são marcados pela abertura econômica, inflação, estabilidade monetária, recessão, permanência das altas taxas de juros (que conjuntamente com a taxa cambial perfazem o alicerce do Plano Real) e a problemática das contas públicas. A maior estabilidade macroeconômica verificada pós-Real, conjugada com a realocização da indústria automobilística internacional e seus respectivos investimentos, foi benéfica para o Paraná, mas a questão da crise fiscal-financeira, principalmente da União, tem desafiado os governos estaduais à medida que, em sua estratégia de contenção de gastos e equilíbrio de suas contas, pressiona o pagamento e/ou rolagem de suas dívidas.

No início dos anos 90 isto se tornou presente com o governo Collor que, buscando equilibrar as contas da União, empenhou-se em resgatar ou diminuir o

endividamento com os governos subnacionais, com destaque para os estados. Mais recentemente, com o Plano Real, os estados se viram novamente às voltas com a problemática de suas dívidas junto à União, a qual tenta administrar um ajuste fiscal (o Programa de Estabilização Fiscal – PEF) inclusive ameaçando não pagar as transferências constitucionais aos estados que não resolverem suas questões de endividamento com o Tesouro Nacional, o que provoca reações de resistência, por parte de alguns, e de ajustamento interno, por parte de outros.

A resposta do Paraná foi promover internamente ações de ajuste procurando redimensionar o papel do estado e combatendo a sonegação fiscal, além de outras medidas como as privatizações.

No que se refere às receitas, a tendência é que o estado não sofra tanto com a provável queda das transferências federais, dado que ele já vinha captando recursos externos e aumentando suas receitas próprias (ICMS) desde a descentralização das receitas tributárias promovida pela Constituição de 1998, que provocou uma redução cada vez maior das transferências da União, pelo menos as voluntárias, aos subnacionais.

Com relação aos gastos do estado, está entre as medidas para sua redução aquela que direciona-se aos aposentados e pensionistas, que representam 35% das despesas com salário no estado. A proposta é de criar um novo modelo de previdência que incorporaria os cerca de 70 mil aposentados e pensionistas em regime de captação: um Fundo de Previdência dos Servidores lastreado com capital externo, venda de ações das estatais, de ativos imobilizados do estado e contribuição dos servidores (10% do salário real base até R\$ 1,2 mil e 14% sobre o excedente). Outra providência é adequar o total de sua folha de salários, que atualmente é de cerca de 78%, ao limite previsto pela Constituição de 1988, que é de 60% das receitas tributárias.

Assim, mesmo que o ajuste forneça um quadro não muito favorável, inclusive com algumas empresas promovendo demissões, férias coletivas, diminuição de produção e revisão e/ou redimensionamento dos investimentos aquém dos inicialmente previstos, a maturação dos investimentos em andamento garantirá ao estado uma performance acima da média nacional.

3.1 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PERÍODO RECENTE: INSTRUMENTOS FISCAL-FINANCEIROS

O governo paranaense sempre foi peça fundamental para impulsionar e sustentar o crescimento econômico do estado com ações de provisão da infra-estrutura, de apoio político e financeiro às empresas, principalmente tentando atrair grandes empresas de elevado valor agregado no processo produtivo, além de políticas urbanas, com o intuito de dotar as cidades dos serviços de infra-estrutura exigidos pelo crescimento econômico e social, seja pelo atendimento dos serviços públicos específicos ou pelos serviços das empresas estaduais (como Copel, Sanepar, Telepar, Cohopar, etc.). São políticas que visam aproveitar a vantagem locacional do Paraná, dada a desconcentração concentrada do crescimento a partir da grande São Paulo, garantindo-lhe competitividade sistêmica para concorrência com outras regiões. CASTRO (1997) considera que a competitividade sistêmica engloba um conjunto heterogêneo de políticas fiscais e financeiras e uma gama de serviços de infra-estrutura, combinados a fatores locacionais, importantes para atração e promoção do crescimento industrial.

Segundo IPARDES (1994), a presença do setor público no estado não tem se caracterizado por uma atuação direta como agente produtivo (exceto na área de infra-estrutura de comunicação e energia e de produção de serviços) mas por meio, principalmente, de mecanismos legais e técnicos, reguladores e orientadores do processo de estruturação e desenvolvimento da economia regional. É nesse sentido que pretendemos analisar as ações e os principais instrumentos adotados por este setor nos anos 80 e 90 para a promoção do crescimento econômico.

A grande maioria dos estados brasileiros, assim como a administração federal e municipal, sempre lançou mão de instrumentos de atração e sustentação de investimentos privados, valendo-se, para tanto, do sistema tributário. É de se esperar, então, que num regime federativo haja disputa entre os diversos estados pelos investimentos. Nos anos 70, com um governo federal mais forte, política e financeiramente, e também com um cenário econômico mais favorável – tanto interno,

com o milagre econômico, quanto financeiro externo, de maior liquidez –, essas disputas eram amenizadas e se protelavam para períodos posteriores.

No entanto, com o avanço da descentralização tributária e a redemocratização dos anos 80, os governos estaduais e municipais ganham força política e financeira, em detrimento do maior debilitamento da esfera federal. Mesmo com maior autonomia, os subnacionais passaram os anos 80 sem acirrada competição, pois, dada a instabilidade do cenário econômico, gerando um período de grande estagnação (a chamada “década perdida”), não havia muitos investimentos pelos quais “brigar”, como assinala CASTRO:

Durante os anos de inflação crônica e crise de financiamento (ainda não resolvida) que redundaram em modestíssimas taxas de crescimento, pareceu arrefecer a concorrência entre os estados pela captura de investimentos. Na verdade o principal instrumento fiscal utilizado, a dilatação de prazos de recolhimento de impostos, constitui considerável transferência de recursos do setor público para o privado, e dos mais pobres para os mais ricos, sem contudo promover qualquer política industrial articulada nem conseguir alterar as estratégias defensivas das firmas. Por outro lado, não deve menosprezar-se o intenso processo de descentralização fiscal que ocorreu neste período, pelo qual estados e municípios ganharam receitas e tiveram reforçado o campo de incidência de seu principal tributo, o ICM, transformado em ICMS. (CASTRO, 1997, p. 2).

Nos anos 80 e mesmo no início dos anos 90, para atrair e manter os investimentos, o setor público serviu-se de alguns instrumentos já utilizados em períodos anteriores, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), a CIC, a dilatação de prazos de pagamento do ICMS, bem como a criação de novos mecanismos sob a forma de programas de incentivos, tais como o Programa Especial de Financiamento à Indústria (PEFI), o Programa de Estímulo às Atividades Produtivas (PEAP), o Programa de Estímulo ao Investimento Produtivo (PROIN) e o Bom Emprego Fiscal (BEF), que mais tarde se tornará o Paraná Mais Empregos.

Como já vimos, O FDE, desde 1962, tem se constituído em um importante instrumento de financiamento, principalmente, no caso do Paraná, para investimentos em infra-estrutura. Com o passar dos anos, houve mudanças em sua composição e hoje se constitui não somente por dotações orçamentárias mas também por dividendos de investimentos em ações. Além disso, passou a contar após a Constituição de 1988 com recursos financeiros oriundos da compensação financeira, pela exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos (com a finalidade de geração de energia elétrica) e

minerais, que no caso do Paraná se constituem predominantemente de *royalties* da Itaipu. Nos anos 80 o FDE foi essencial para a atração de novos investimentos tanto pelo seu papel de provedor de vantagens competitivas sistêmicas, no que se refere à infra-estrutura, quanto por ser instrumento viabilizador de investimentos, como fonte de financiamento, na medida em que em muitos casos tem participação acionária no empreendimento. Segundo CASTRO (1997), o FDE teve participação acionária temporária em empresas como a Volvo, a Phillip Morris e, recentemente, a Renault.

Já a CIC continuou nos anos 80, assim como nos 70, a cumprir seu papel de pólo de atração de investimentos, funcionando como um instrumento de promoção do crescimento econômico, refletido na maior diversificação do parque industrial. As empresas da CIC usufruíram ainda amplamente o benefício de dilatação de prazos de recolhimento do ICMS e muitas se enquadraram nos programas como o PEFI, PROIN, PEAP e BEF.

Quanto aos programas de incentivos acima citados, a sua grande maioria se pautava por mecanismos semelhantes de atração de instalação e expansão dos investimentos no estado. Seus principais instrumentos fiscal-financeiros eram: prazo de carência para início de recolhimento do ICMS, para o caso de instalação de empreendimento; prazo maior para recolhimento do ICMS, variável até no máximo 180 dias; e, nos casos de expansão da empresa, prazo de recolhimento do ICMS maior para o ICMS incremental (ICMS incremental, e o ICMS novo gerado, integral no caso de projetos e reativação industrial, é aquele que supera em, no mínimo, 20% o ICM médio histórico, no caso de projetos de expansão industrial). Os programas previam ainda financiamentos com parcelas liberadas em vinculação ao acréscimo na produção e recolhimento dos tributos, com correção monetária ausente ou não integral.

Entretanto, esses programas apresentavam uma seletividade setorial e regional que deveria ser mais apurada e/ou específica. No que se refere à seletividade setorial, por exemplo, alguns projetos não se enquadravam nos programas ou porque já existia alguma vantagem comparativa na sua implantação no estado, o que dispensaria instrumentos para sua atração, ou porque o mercado consumidor não era compatível.

Além disso, teoricamente priorizavam-se projetos por aspectos como: emprego gerado, grau tecnológico, fornecedores locais, atividades inovadoras, efeito no balanço cambial, etc. No que se refere à seletividade regional, verifica-se percentual diferenciado por região do ICMS incremental e do prazo de carência, visando desconcentrar a atividade industrial do estado fora dos pólos regionais de maior concentração, marcadamente Curitiba.

Como vimos, a dilatação do prazo de recolhimento do ICMS foi outro modo amplamente utilizado para promover a industrialização paranaense. Além do mais, tratava-se de um investimento legal – a LC 24/75 estabelece o prazo máximo para pagamento do ICMS em 180 dias – que dava autonomia de conduta ao estado uma vez que tal prazo dispensava a aprovação do CONFAZ. Esse instrumento, porém, não passou ileso pela crise de financiamento e pela aceleração inflacionária dos anos 80. Segundo CASTRO (1997), com a crise de financiamento do setor público e o recrudescimento inflacionário após o Plano Cruzado – aliados à defasagem de tempo entre o fato gerador e o recolhimento de tributos –, passam a ser reduzidos os prazos de dilação do recolhimento do ICMS, bem como é estabelecida a correção monetária a partir do 1º dia após o mês do fato gerador. Mas a perda se insere ainda do ponto médio ao mês do fato gerador (dia 13, em média) até o último dia do mês, perda que continuou sendo suportada pelo governo estadual até o advento do Plano Real, que desacelera o processo inflacionário.

Nos anos 80, a utilização do ICMS como instrumento de atração de investimentos ganha força com a Constituição de 1988, que extingue alguns limites antes impostos pelo Senado Federal, amplia sua base de incidência e retira o poder da União de conceder isenções à revelia dos estados, levando assim os governos estaduais a uma posição privilegiada de detentor de elevada autonomia sobre o imposto de maior alcance da atividade econômica do país e, logo, de peça-chave nas formulações de políticas tributário-econômicas, não só regionais mas também nacionais. Isso reflete de certo modo o processo de redemocratização do país, que ocorre em detrimento do poder federal nesse campo.

Para AFFONSO (1994), a autonomia dos governos estaduais e municipais é o fator institucional de maior avanço em termos de descentralização fiscal no Brasil, em comparação com a experiência internacional. Dentro de um cenário de crise fiscal-financeira e de poder político do governo federal, e até mesmo enquanto “costura” dos interesses diversos entre as unidades da federação e de condução de políticas integradas de desenvolvimento regional, e de um maior poder das esferas subnacionais, as políticas regionais conduzidas por esferas do setor público estadual ganham força e legitimidade.

Apesar do seu grau de liberdade, os governos estaduais de certa forma ainda se submetiam ao CONFAZ, e seus programas de atração de investimentos do referido período espelham essa subordinação. É interessante ressaltar que os anos 80 e início dos 90 marcam uma maior subordinação às regras do CONFAZ muito mais porque a economia em ritmo lento arrefecia as disputas interestaduais do que por qualquer receio de sanções a sua desobediência ou respeito a suas regras. Porém, os instrumentos de atração de investimentos ou os programas regionais desse período, com o intuito de promover a industrialização regional, apresentavam-se de forma transparente, com mecanismos claros de adesão, ou seja, publicamente institucionalizados.

As mudanças verificadas no cenário nacional e internacional nos anos recentes, porém, têm se alterado e, com isto, suscitado também mudanças nos processos de disputas interestaduais e, por conseqüência, nas formas e/ou instrumentos de resposta dos governos estaduais para buscar novos investimentos para as suas políticas regionais de desenvolvimento, principalmente diante de um maior vazio de políticas regionais por parte do governo federal.

Uma das principais mudanças é a retomada dos investimentos privados, principalmente os externos (vinculados em grande parcela pela realocização mundial da indústria automotiva), que levam a uma intensa disputa entre os vários estados da federação, com ampla vantagem para aqueles enquadrados na região Sul-Sudeste. DINIZ (1990) já ressaltava que a desconcentração concentrada da indústria que se estabelece a partir de São Paulo se verifica represada num polígono que engloba a área entre Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre e Florianópolis.

Sendo assim, as regiões aí enquadradas estariam com uma vantagem sobre as demais pela disputa desses investimentos; com isso teriam que utilizar em menor profundidade os mecanismos de atração de investimentos do que aquelas regiões com localização menos privilegiada.

O que se percebe a partir desse momento são mudanças nesses mecanismos utilizados pelos estados para atração de investimentos privados. O destaque fica por conta da utilização de fundos, diretamente vinculados aos orçamentos estaduais, inclusive com renúncias fiscais aprovadas pelo poder legislativo estadual. Segundo a FUNDAP (1997), esses mecanismos, mais do que uma resposta ao acirramento das disputas interestaduais, estão vinculados a uma tentativa de fugir das limitações impostas pela Constituição de 1988 e pelo CONFAZ e, principalmente, de fornecer um horizonte estável com regras claras, uma vez que aos investidores nacionais e estrangeiros interessava que os acordos firmados fossem mantidos e não ficassem à mercê das mudanças do executivo estadual.

Nesse contexto de acirramento das disputas estaduais, também denominado comumente como “guerra fiscal”, é que os instrumentos de atração do investidor sofrem uma maior sofisticação, via mecanismos mais estáveis, que fogem das interrupções e mudanças inerentes às sucessões eleitorais no governo estadual. São mecanismos que envolvem benefícios creditícios e financeiros legais que não ferem as exigências do CONFAZ:

Não há qualquer impedimento legal para que um estado conceda, a uma empresa que se instale em seu território, benefícios de natureza creditícia ou financeira. Assim nada obsta que seja concedido, por exemplo, crédito subsidiado para apoio e complementação ao capital de giro da empresa, nos primeiros anos de sua operação. Neste caso, a empresa recolheria efetivamente o ICMS, e as exigências inscritas na lei do CONFAZ não seriam desrespeitadas. É evidente, contudo, que esta situação abre uma possibilidade ampla para que a redução do ICMS seja camuflada por uma operação triangular que relacione, por exemplo, a empresa, o Tesouro Estadual e um fundo de incentivos ao desenvolvimento estadual. O padrão básico desta operação seria o seguinte. Cria-se um fundo de incentivos, alimentado por recursos orçamentários e outras fontes usuais, que conceda financiamento para capital de giro. O montante de crédito é definido de forma a corresponder, grosso modo, ao montante esperado de recolhimento do ICMS da empresa. Quando é um empreendimento novo, é usual a devolução integral do imposto gerado. Quando se trata de ampliação, o crédito devolve o chamado ICMS incremental. Em terceiro lugar há que garantir a necessária transferência dos recursos recolhidos via arrecadação para o fundo de incentivos. (FUNDAP, 1997, p. 38).

Desse modo, vemos que nos anos recentes a guerra fiscal tem ampliado o “leque” de benefícios que os estados oferecem para atração de investimentos. Porém, essas novas práticas de benefícios têm convivido, em cada um dos estados, com os benefícios anteriores, como os fundos fiscal-financeiros, programas institucionalizados, prazos especiais, isenções e diferimento do ICMS. Mas temos assistido a um predomínio das operações fiscal-financeiras dentro dos instrumentos principais de atração de investimentos que em geral são elaborados pelo governo estadual e direcionados para um agente privado específico, que apesar de apresentar a vantagem de maior rapidez e adequação a cada caso específico tem pontos negativos, como a falta de uma maior inserção dentro do quadro regional, já que não faz parte de um planejamento regional mais amplo. Esses tipos de instrumento estão deixando de ser exceção para se tornarem a regra geral, em detrimento dos tradicionais programas de escopo formal, institucionalizados com regras definidas de acesso aos benefícios, com maior transparência de objetivos, sem discriminações de empresas que se enquadrem e que se inserem dentro de uma visão mais sistêmica de planejamento regional.

Esse quadro vem se mostrando no Paraná, pois há perda de espaço dos programas que predominaram nos anos 80 até início dos anos 90 (com destaque para as diluições do prazo do ICMS) e um predomínio das operações fiscal-financeiras específicas por empresa-investidor, que resultam na maioria dos casos em contratos secretos com as grandes empresas investidoras, estendendo-se a suas fornecedoras. O caso do setor automotivo para o país e especialmente para o estado paranaense é o mais evidente.

No início dos anos 90, dada a maior estabilidade econômica que o país experimenta, após o Plano Real, principalmente, e com vistas ao mercado que se consolida com o Mercosul, há uma manifestação de grupos do setor automobilístico em expandir e instalar plantas, o que significou a inflamação das disputas inter-regionais por esses investimentos.

A intensificação da “guerra fiscal” e a inoperância do CONFAZ já têm suscitado preocupação por parte do governo federal. A reedição da medida provisória do setor automotivo em 1997, ao buscar “equilibrar o jogo” entre os estados fornecendo

incentivos diferenciados em favor de regiões com maiores desvantagens (locacionais, de custos, de infra-estrutura), expressa essa inquietação.

Os recentes mecanismos utilizados pelos estados, além da chamada triangulação (em que a operação fiscal e o próprio fundo fiscal são meros instrumentos para dar aspecto legal à operação básica que é o diferimento subsidiado do imposto), englobam ainda outros benefícios mais maquiados, como dispêndios diretos em serviços públicos, obras de infra-estrutura (que por serem também de interesse social não podem integralmente ser imputados ao investimento por si só), aportes financeiros (não só via crédito mas também sob uma forma muito peculiar desse período, que é a participação acionária na empresa do fundo de desenvolvimento do estado) e ainda renúncia fiscal explícita (aqui mais diretamente ligada a impostos municipais como IPTU e o ISS) e garantias ao investimento (benefícios acordados em contratos aprovados pelo poder legislativo e cauções ou fianças bancárias).

Enfim, é esse cenário que fica por trás dos moldes dos instrumentos de atração de investimentos no Paraná nos anos recentes, marcadamente dirigidos ao setor automotivo ou tendo nele sua maior expressividade.

O caso da Renault no estado é um exemplo dessa atração. Mesmo que os instrumentos e benefícios fiscais utilizados pelo governo estadual para atração das montadoras ao estado são de difícil acesso, apresentando-se de forma pouco transparente, podemos obter alguns dados de fontes esparsas como a imprensa e o Diário Oficial do Estado (DOE). A partir daí, verificamos que dentre os benefícios usufruídos por essa empresa destacam-se terreno, infra-estrutura, benefícios fiscais, créditos e mecanismos pouco comuns, como é o caso da participação acionária do setor público estadual na empresa através do FDE. O terreno, com área de 5 milhões de metros quadrados está sendo desapropriado pela Prefeitura de São José dos Pinhais com recursos do FDE repassados pelo governo estadual. A urbanização da área (pavimentação e iluminação) ficou a cargo da recém-constituída Companhia de Desenvolvimento do Município; toda a parte de infra-estrutura ficou sob a responsabilidade do setor público estadual e suas companhias de economia mista; a

energia elétrica ficou por conta da Copel (com redução de 25% na tarifa); e o abastecimento de água e o saneamento básico ficaram a cargo da Sanepar. O governo estadual também se responsabilizou pela construção de um ramal ferroviário, ligando a empresa até o tronco ferroviário mais próximo, e pela disposição de um berço e um pátio para a empresa no Porto de Paranaguá.

Os benefícios creditícios e fiscais incluem empréstimos, com prazo de vencimento em 10 anos (sem juros nem atualização monetária), além de, dado seu enquadramento no Programa Paraná Mais Empregos (de março de 1997), poder financiar 100% do ICMS gerado, durante 48 meses, com correção monetária e sem juros (DOE de 17/03/97). Além disso, prevê-se uma participação acionária de 40% na empresa, via recursos do FDE, estimada em 300 milhões de dólares.

Com isso, percebemos uma drástica mudança nos instrumentos do setor público estadual para atração de investimentos e promoção da industrialização do estado. No caso do setor automotivo, que se evidencia no estado, há uma inversão da ordem que se apresentava até então, pois não são mais as empresas que buscam se enquadrar em programas estaduais institucionalizados existentes e sim os programas têm sido constituídos para empresas específicas. O que se observa é que as operações fiscal-financeiras estão deixando de ser exceções para se tornarem a regra mais geral de instrumentos de atração de investimentos, em que o CONFAZ perde cada vez mais sua funcionalidade e a guerra fiscal se acirra promovendo um verdadeiro leilão de incentivos fiscais.

É bem verdade que os benefícios ligados ao ICMS são importantes, mas aliado a isto outros benefícios diferenciais são tão ou mais fundamentais, como desregulamentações, instituições estaduais de apoio ao desenvolvimento e inversão em infra-estrutura econômica e social. Enfim, todo um conjunto de elementos que garantem vantagens sistêmicas ao estado e que, por sua vez, exigem recursos financeiros e, principalmente, disponibilidade e controle sobre geradores de infra-estrutura que pode em muito ser prejudicado com as privatizações desses órgãos responsáveis pela infra-estrutura estadual, tanto na área de energia quanto na de telecomunicações e transporte,

os quais são importantes para dotar o estado de condições privilegiadas na atração de investimentos dada sua localização e infra-estrutura.

Sendo assim, quando o governo estadual se encontra em desequilíbrio orçamentário e com menor controle sobre os órgãos provedores de infra-estrutura econômica e social, o seu raio de manobra, de uso e alcance dos incentivos é muito limitado. Nesse caso, as privatizações, que retiram do setor público maior controle sobre empresas de setores estratégicos, principalmente ligados à infra-estrutura (energia, telecomunicações, transporte rodoviário, ferroviário, etc.), e as elevadas taxas de juros, conjugadas à recessão e renúncia fiscal, que afetam negativamente o quadro das finanças públicas estaduais, são processos e movimentos que já se apresentam e alertam para uma menor possibilidade de ação do setor público estadual na atração de investimentos e, logo, de poder de fogo na guerra fiscal; além de menor fôlego desta, uma vez que ela ocorre em todos os níveis governamentais, não só sobre um ou outro estado.

As recentes formas de atração de investimentos, dentro do quadro da guerra fiscal, envolvem contratos e arranjos de pouca transparência no que se refere ao conjunto total de benefícios que o investimento usufruiria. De maneira geral, os gastos envolvidos, principalmente aqueles ligados à infra-estrutura, eram colocados apenas de forma qualitativa e não quantitativa.

Há uma enorme dificuldade em medir os efeitos positivos e os custos envolvidos nessas operações. Nestes casos também são feitas mais abordagens qualitativas do que quantitativas. Em geral os efeitos positivos colocados são os empregos direta e indiretamente gerados, a maior qualificação da mão-de-obra (até como uma exigência conseqüente), “spillovers” regionais, etc. Já no que refere aos custos comumente citados, tem-se os custos dos benefícios concedidos, custos diretos e indiretos em infra-estrutura, além do aumento do endividamento e maiores dificuldades em atender os serviços essenciais por parte do setor público.

Considerando que o alcance desses incentivos fiscais esteja na questão locacional do investimento e não em sua determinação, temos que, se iriam ocorrer de qualquer maneira, implicam num custo em nível geral da economia no montante dos benefícios concedidos. Para a região em que se executam, porém, apesar de no curto

prazo (prazo de subsidiamento) apresentarem um impacto negativo, até por conta dos custos exigidos para sua implementação (dados os créditos concedidos, diferimento do imposto, gastos em infra-estrutura), é possível que no médio ou longo prazos tenha-se um impacto positivo caso os retornos dos empreendimentos sejam satisfatórios.

Dentro desse novo modelo de instrumento de atração de novos investimentos, o governo do estado torna-se literalmente sócio do empreendimento e assume conjuntamente os seus riscos, com um enorme esforço fiscal para a viabilização inicial e o sucesso do investimento. Com os custos indiretos e diretos, há muito mais perdas do que antes caso o retorno ou o desempenho do empreendimento não seja o esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho pudemos verificar que em poucas décadas o Paraná passa de um estado pouco povoado, basicamente agrícola e com relações frágeis com a Região Sudeste, principalmente São Paulo, para um estado urbano-industrial muito mais integrado à economia do país e do mundo. Nessas transformações, não só destaca-se a velocidade mas também o período em que elas ocorreram, principalmente nos anos 80 e 90, que se mostraram muito conturbados tanto em nível estadual quanto nacional e internacional, principalmente.

Mesmo passando por anos difíceis, o estado realmente transforma sua base econômica, modernizando os setores industriais mais antigos e tradicionais, que levam a um crescimento sobretudo do valor agregado, e avançando cada vez mais em direção a setores mais complexos, como o setor industrial de bens de consumo durável e de capital.

Além disso, pudemos observar que o governo estadual teve papel fundamental nas transformações ocorridas, pois já desde os anos 60 buscou lançar bases políticas, financeiras e institucionais de atração, fomento e apoio, principalmente canalizadas para a industrialização do estado. Nesse contexto, tem-se a criação da CODEPAR (transformada em BADEP), do FDE e dos diversos programas de atração de investimentos e de provisão de infra-estrutura estadual para atrair e sustentar o crescimento industrial.

Ainda com esses objetivos mas sob outros moldes, nos últimos anos o estado entrou na disputa com outros estados da federação, numa verdadeira “guerra fiscal”, para atrair as indústrias automobilísticas que estão em um processo mundial de realocação. No entanto, a sustentabilidade fiscal dos benefícios e incentivos concedidos tem sido muito questionada, assim como as conseqüências dessas políticas, como o endividamento público e a má qualidade dos serviços públicos.

O Paraná, porém, só pôde entrar nesta disputa atual por atração de novos investimentos, e mesmo ao longo das últimas duas décadas, e transformar seu parque industrial porque criou vantagens fiscais que se generalizaram por todas as unidades da federação e também porque acumulou competitividade sistêmica, ou seja, vantagens extrafiscais que realmente são capazes de atrair investimento. Entre as vantagens podemos citar os fatores geoeconômicos, como proximidade com São Paulo e o eixo entre São Paulo e Buenos Aires, boa infra-estrutura rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária (não só em Curitiba, mas também nas principais cidades do interior do estado) e número razoável de centros urbanos de médio porte que possuem grande potencial de crescimento e ainda estão longe de apresentar problemas de deseconomias de aglomeração – com destaque para as deseconomias de urbanização – (conforme AZZONI, 1985), como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o Paraná estará concorrendo mais diretamente com o interior de São Paulo; por isso o papel do governo estadual, não só com aparato institucional mas também com infra-estrutura, será de suma importância, principalmente para legitimar a vantagem geográfica do estado, sendo que uma das prioridades está na duplicação da BR 116 no trecho Curitiba-São Paulo.

Percebemos ainda que nas últimas décadas o estado do Paraná se aproveitou do processo de desconcentração concentrada ocorrido na industrialização para se integrar à dinâmica econômica nacional e internacional, tendo o governo estadual como peça-chave, direta ou indiretamente, no padrão de financiamento do desenvolvimento econômico, da mesma forma como se observou em nível federal.

Mas o governo estadual, também reproduzindo o que ocorreu com o governo federal, encontra dificuldades para manter seu papel dentro do cenário econômico por condicionantes tanto internos quanto externos. Além disso, apresenta um padrão de desenvolvimento, assim como em nível nacional, que não se processou imune aos determinantes tanto internos quanto os provenientes do próprio padrão de desenvolvimento capitalista mundial.

No Paraná, paralelamente ao seu desenvolvimento, principalmente no que se refere ao avanço em sua industrialização, que integra o estado cada vez mais à dinâmica econômica nacional e internacional, surgem sobretudo na área social e mesmo na econômica questões ou desafios a serem superados, que se não forem tratados com a devida atenção poderão comprometer as vantagens sistêmicas obtidas pelo estado com grande esforço.

Como vimos, as migrações rurais, o processo de urbanização, principalmente nos grandes centros e regiões metropolitanas, e as alterações populacionais, que atuam conjuntamente com as demandas de cada faixa populacional, bem como o desemprego, dentre outras, são importantes questões que exigirão soluções, as quais em grande medida ficarão fatalmente sob a responsabilidade do governo estadual.

A migração rural, ao que tudo indica, ainda persistirá, e o principal indicativo disto é o grande contingente populacional que ainda se encontra no campo e que tende – dada a modernização agrícola exigida pela própria competitividade do mercado globalizado – a ser expulso do meio rural ou, para permanecer nele, terá que exigir recursos para sobreviver fora desse mercado, caso não se modernize e mantenha-se atrasado tecnologicamente.

O processo da urbanização, que inclui inúmeras questões como habitação, saneamento, energia elétrica, transporte coletivo, entre outras, também vem afetar não só o próprio padrão de vida da população mas também as prioridades do governo estadual, que terá que tomar medidas para sua solução, o que exige recursos do setor público e certo controle sobre os órgãos provedores de tais demandas, tendendo a se tornar mais complicado com o processo de privatizações estaduais (Sanepar, Copel, Telepar, etc.).

No que se refere às modificações no perfil da população, sobretudo nos grupos etários, suas conseqüências exigirão novas demandas e alterações que terão que acompanhar as mudanças que se verificam. Como vimos anteriormente, é rápido o crescimento do grupo populacional acima dos 65 anos, tendência que tem se verificado também em nível mundial. Com isto, deverá haver, em primeiro lugar,

uma revisão dos programas e gastos em diversas áreas, mas principalmente na área da saúde e da previdência. É importante ressaltar que os programas na área da saúde são mais direcionados aos grupos populacionais de menor faixa etária, essencialmente aqueles ligados aos cuidados preventivos; porém, com o crescimento da população da chamada “terceira idade”, será preciso redirecionar gastos e programas, já que este grupo exige cuidados médicos mais complexos e específicos geralmente mais dispendiosos. Em segundo lugar, haverá necessidade de se pensar em formas de adequar a questão previdenciária ao crescimento do grupo com mais de 65 anos. Além disso, o setor público terá que repensar sua forma de financiar o pagamento de aposentados, inativos e pensionistas, os quais já têm um peso elevado em seus gastos e tendem a crescer ainda mais.

Já o desemprego é um problema bastante delicado. Ao menos no discurso, a política de atração de novos empreendimentos para o estado tem o objetivo de solucioná-lo com a criação de empregos. Porém, dentro da atual reestruturação produtiva que está em marcha em nível mundial, os novos investimentos geram empregos numa proporção muito menor do que no padrão fordista, que caracterizou a “Segunda Revolução Industrial”. Como resultado disso, o desemprego é uma das faces mais perversas e um dos principais desafios, tanto em nível estadual como nacional e internacional, de difícil solução, pelo menos a curto prazo.

Como se percebeu, a boa performance do Paraná em acumular competitividade sistêmica e com isto avançar em sua industrialização trouxe consigo questões que demandam soluções que recaem principalmente sobre o setor público, sob o risco de afetarem negativamente a competitividade conseguida e gerar conseqüentemente inibição na atração de investimentos.

Entre os fatores que podem afetar negativamente a competitividade sistêmica do Paraná, assim como dos outros estados, é a reforma tributária. A guerra fiscal tem suscitado inúmeras tentativas de modificação do atual sistema tributário brasileiro com o intuito de evitar que os tributos sejam intensamente utilizados como políticas desenvolvimentistas e industrializantes regionais. Nessa perspectiva, cada vez mais os

incentivos extrafiscais (como infra-estrutura econômica e social, desregulamentações, aparato institucional de apoio ao desenvolvimento, etc.) ganham responsabilidade dentro das políticas regionais de desenvolvimento em detrimento dos benefícios fiscais.

A política cambial ditada pelo governo federal é outro fator que pode atuar tanto como um coadjuvante positivo quanto negativo, dependendo de seu direcionamento. Se a instalação da Renault, por exemplo, basear-se num amplo conjunto de benefícios, exigindo grande esforço fiscal e financeiro, ainda que sua instalação tenha em vista não só o mercado estadual e nacional mas também o externo, principalmente o Mercosul, uma desvalorização cambial que eleve os preços será prejudicial a seu retorno. Isso poderá implicar maior esforço fiscal e financeiro concedido, já que o governo estadual, ao assumir (nos novos moldes de atração de investimentos) o risco do investimento conjuntamente com o empreendedor, buscará dar suporte para que o empreendimento tenha sucesso.

Por fim, a globalização financeira e produtiva vem, acentuadamente a partir dos anos 70, introduzindo a necessidade inevitável de reestruturação de diversos setores produtivos para enfrentar concorrentes internacionais, dada a abertura comercial iniciada com Collor, processo que cada vez mais se acentua e expõe nosso setor produtivo, obrigando-o a reestruturar-se ou a sair do mercado.

Para compreender melhor esse quadro que vem se delineando e o modo como Paraná está sendo nele inserido, apresentamos a seguir algumas considerações que podem explicar as mudanças mais recentes pelas quais o estado está passando e vislumbrar alguns cenários futuros.

As profundas transformações ocorridas na década de 80 com a base tecnológica, produtiva, comercial e financeira dos mercados mundiais têm imprimido uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico, principalmente para os países que fundamentam sua economia no antigo paradigma econômico. Entre as várias mudanças provocadas pelo novo paradigma econômico podemos citar:

- a) o estreitamento das relações entre os mercados de bens, de serviços e de capital;

- b) a alteração dos padrões de competitividade internacional e de consumo dos recursos naturais, já que a tecnologia e a informação têm se tornado elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico, em detrimento do uso de mão-de-obra barata e de matérias-primas;
- c) a exigência de reformulação da institucionalidade criada após a Segunda Guerra, a qual tem perdido funcionalidade e ainda não há transparência nas diretrizes que essa reformulação deverá seguir;
- d) a inserção de novos tipos de indústrias como molas propulsoras do desenvolvimento econômico, como: eletroeletrônica, informática, biotecnologia, novos materiais, química fina, mecânica de precisão, as quais têm base tecnológica avançada e padrões locacionais que exigem condições diferentes daquelas da indústria tradicional e pesada (típicas da Segunda da Revolução Industrial), pois dependem de um ambiente científico adequado.

Dessa maneira, inaugura-se um novo estilo de desenvolvimento, baseado em novas formas de produção, administração e comércio, no qual o “motor” da acumulação está centrado mais na inovação sistêmica do que apenas em lançamentos de novos blocos de investimento. Com isso, as vantagens comparativas passam a depender da capacidade de inovar produtos e processos, para o que é fundamental a integração tanto entre as empresas quanto destas com os centros de pesquisa. Nesse contexto, destacam-se as instituições de ensino e pesquisa ou o ambiente científico-tecnológico, o que pode indicar uma tendência no Brasil a uma reconcentração nos estados da região Sudeste, especialmente São Paulo. No entanto, como há uma separação entre a administração e a produção tanto na fase da pesquisa quanto no desenvolvimento de novos produtos e processos, o Paraná pode se valer das vantagens geoeconômicas daí decorrentes.

De todo esse cenário, possivelmente decorrerão mudanças na configuração da divisão regional do trabalho, impondo-se como um dos desafios o modo como os países vão se inserir nesse novo paradigma econômico, já que essa inserção provavelmente não se verificará de modo mecânico, exigindo uma ação por parte dos agentes econômicos interessados. Sendo assim, é inegável o papel dos agentes internos

regionais, principalmente do setor público estadual, dada a sua estrutura político-institucional, para legitimar as vantagens geoeconômicas da inserção.

Algumas das mudanças verificadas recentemente na agroindústria e nas cooperativas e ainda as reestruturações dos setores industriais recém-instalados são indicativos da busca por uma melhor inserção do Paraná à economia nacional e internacional. Além disso, o corpo de instituições de ensino e pesquisa no estado (Tecpar, Iapar, Embrapa, Cefet, UFPR, Ipardes, Centro de Produtividade Brasil-Japão, Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste, universidades estaduais) podem propiciar um ambiente científico-tecnológico mais adequado para fazer frente a essas transformações.

Nos anos 80, o estado paranaense pôde avançar em sua matriz produtiva, assemelhando-se aos estados mais avançados, graças à provisão dos requisitos necessários que legitimaram internamente as vantagens geoeconômicas e também à ação do setor público estadual, que manteve a inserção do estado no novo paradigma garantindo um mínimo de dinamicidade. Para que isso continue a ocorrer, é necessário um esforço maior, já que os novos requisitos (como mão-de-obra qualificada e ambiente científico-tecnológico avançado) se apresentam em novos padrões, mais complexos, dispendiosos e de mais difícil acesso, o que exigirá muito mais do que recursos físicos e financeiros.

Ao Paraná cabe um duplo desafio: a) superar os problemas sócio-econômicos ainda decorrentes do esgotamento do antigo padrão econômico e bem presentes no estado e b) buscar a inserção competitiva da economia estadual no processo mundial de globalização e de mercados abertos.

Isto torna-se ainda mais complicado quando se percebe que as forças de mercado por si mesmas são incapazes de vencer esses desafios e que o setor público, que historicamente tem cumprido um papel muito importante na condução do desenvolvimento, encontra-se com chances de atuação bem menores do que no passado para controlar agentes e empresas (com as privatizações) e recursos financeiros, pois predomina um clima neoliberal, no qual o papel do estado tem sido questionado e se encontra em processo de reformulação.

ANEXO: MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SUA COMPOSIÇÃO

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E SUA COMPOSIÇÃO

Microrregião 268 - Curitiba

Almirante Tamandaré	Contenda	São José dos Pinhais
Araucária	Curitiba	Campo Magro
Balsa Nova	Mandirituba	Fazenda Rio Grande
Bocaiúva do Sul	Piraquara	Itaperuçu
Campina Grande do Sul	Quatro Barras	Pinhais
Campo Largo	Rio Branco do Sul	Tunas do Paraná
Colombo		

Microrregião 269 - Litoral Paranaense

Antonina	Morretes
Guaraqueçaba	Paranaguá
Guaratuba	Pontal do Paraná
Matinhos	

Microrregião 270 - Alto Ribeira

Adrianópolis
Cerro Azul
Doutor Ulysses

Microrregião 271 - Alto Rio Negro Paranaense

Agudos do Sul	Quitandinha
Piên	Tijucas do Sul

Microrregião 272 - Campos de Lapa

Campo do Tenente	Porto Amazonas
Lapa	Rio Negro
Palmeira	

Microrregião 273 - Campos de Ponta Grossa

Castro	Ponta Grossa
Carambei	Telêmaco Borba
Imbaú	Tibagi
Piraí do Sul	Ventania

Microrregião 274 - Campos de Jaguariaíva

Arapoti
Jaguariaíva
Sengés

Microrregião 275 - São Mateus do Sul

Antonio Olinto
São João do Triunfo
São Mateus do Sul

Microrregião 276 - Colonial de Irati

Fernandes Pinheiro	Prudentópolis
Guamiranga	Rebouças
Imbituva	Rio Azul
Irati	Teixeira Soares
Mallet	

Microrregião 277 - Alto Ivaí

Cândido de Abreu	Ivaí
Imbaú	Ortigueira
Ipiranga	Reserva

Microrregião 278 - Norte Velho de Wenceslau Braz

Carlópolis	Jaboti	Santana do Itararé
Conselheiro Mairinck	Japirá	São José da Boa Vista
Curiúva	Joaquim Távora	Sapopema
Figueira	Pinhalão	Siqueira Campos
Guapirama	Quatiguá	Tomazina
Ibaiti	Salto do Itararé	Wenceslau Braz

Microrregião 279 - Norte Velho de Jacarezinho

Abatiá	Itambaracá	Ribeirão do Pinhal
Andirá	Jacarezinho	Santa Amélia
Bandeirantes	Jundiá do Sul	Santa Mariana
Barra do Jacaré	Leópolis	Santo Antonio da Platina
Cambará	Nova América da Colina	Santo Antonio do Paraíso
Congonhinhas	Nova Fátima	Sertaneja
Cornélio Procópio	Ribeirão Claro	

Microrregião 280 - Algodoeira de Assaí

Assaí	Santa Cecília do Pavão
Jataizinho	São Jerônimo da Serra
Nova Santa Bárbara	São Sebastião da Amoreira
Rancho Alegre	Uraí

Microrregião 281 - Norte Novo de Londrina

Alvorada do Sul	Guaraci	Pitangueiras
Angulo	Ibiporã	Porecatu
Arapongas	Iguaraçu	Primeiro de Maio
Astorga	Itaguajé	Prado Ferreira
Bela Vista do Paraíso	Jaguapitã	Rolândia
Cafeara	Lobato	Sabáudia
Cambé	Londrina	Santa Fé
Centenário do Sul	Lupionópolis	Santa Inês
Colorado	Miraselva	Santo Inácio
Florestópolis	Munhoz de Mello	Sertanópolis
Flórida	Nossa Senhora das Graças	Tamarana

Microrregião 282 - Norte Novo de Maringá

Atalaia	Mandaguaçu	Paiçandu
Doutor Camargo	Mandaguari	São Carlos do Ivaí
Floraí	Marialva	São Jorge do Ivaí
Floresta	Maringá	Sarandi
Itambé	Ourizona	Uniflor
Ivatuba		

Microrregião 283 - Norte Novíssimo de Paranavaí

Alto Paraná	Mirador	Presidente Castelo Branco
Amaporã	Nova Aliança do Ivaí	Querência do Norte
Castelo	Nova Esperança	Santa Cruz do Monte
Cruzeiro do Sul	Nova Londrina	Santa Isabel do Ivaí
Diamante do Norte	Paraíso do Norte	Santa Mônica
Guairacá	Paranacity	Santo Antonio do Caiuá
Inajá	Paranapoema	São João do Caiuá
Itaúna do Sul	Paranavaí	São Pedro do Paraná
Jardim Olinda	Planaltina do Paraná	Tamboara
Loanda	Porto Rico	Terra Rica
Marilena		

Microrregião 284 - Norte Novo de Apucarana

Apucarana	Godoy Moreira	Marumbi
Arapuã	Grandes Rios	Mauá da Serra
Ariranha do Ivaí	Ivaiporã	Novo Itacolomi
Bom Sucesso	Jandaia do Sul	Rio Bom
Borrazópolis	Jardim Alegre	Rio Branco do Ivaí
Califórnia	Kaloré	Rosário do Ivaí
Cambira	Lidianópolis	São João do Ivaí
Cruzmaltina	Lunardelli	São Pedro do Ivaí
Faxinal	Marilândia do Sul	

Microrregião 285 - Norte Novíssimo de Umuarama

Alto Piquiri	Icaraíma	São Jorge do Patrocínio
Altônia	Indianópolis	São Manoel do Paraná
Brasilândia do Sul	Iporã	São Tomé
Cafezal do Sul	Ivaté	Tapejara
Cianorte	Japurá	Tapira
Cidade Gaúcha	Jussara	Terra Boa
Cruzeiro do Oeste	Maria Helena	Tuneiras do Oeste
Douradina	Nova Olímpia	Umuarama
Esperança Nova	Pérola	Vila Alta
Francisco Alves	Perobal	Xambrê
Guaporema	Rondon	

Microrregião 286 - Campo Mourão

Araruna	Farol	Moreira Sales
Barbosa Ferraz	Goioerê	Nova Cantu
Boa Esperança	Iretama	Peabiru
Campina da Lagoa	Janiópolis	Quarto Centenário
Campo Mourão	Juranda	Quinta do Sol
Corumbataí do Sul	Luiziana	Roncador
Engenheiro Beltrão	Mamborê	Rancho Alegre do Oeste
Fênix	Mariluz	Ubiratã

Microrregião 287 - Pitanga

Altamira do Paraná	Nova Tebas
Boa Ventura de São Roque	Palmital
Laranjal	Pitanga
Manoel Ribas	Santa Maria do Oeste
Mato Rico	

Microrregião 288 – Extremo Oeste Paranaense

Anahy	Guaraniaçu	Pato Bragado
Assis Chateaubriand	Ibema	Quatro Pontes
Boa Vista da Aparecida	Iguatu	Ramilândia
Braganey	Iracema do Oeste	Santa Helena
Cafelândia	Itaipulândia	Santa Lúcia
Campo Bonito	Jesuítas	Santa Tereza do Oeste
Capitão Leônidas Marques	Lindoeste	Santa Terezinha de Itaipu
Cascavel	Maripã	São José das Palmeiras
Catanduvas	Marechal Cândido Rondon	São Miguel do Iguaçu
Céu Azul	Matelândia	São Pedro do Iguaçu
Corbélia	Medianeira	Serranópolis do Iguaçu
Diamante do Oeste	Mercedes	Terra Roxa
Diamante do Sul	Missal	Toledo
Entre Rios do Oeste	Nova Aurora	Três Barras do Paraná
Formosa do Oeste	Nova Santa Rosa	Tupãssi
Foz do Iguaçu	Ouro Verde do Oeste	Vera Cruz do Oeste
Guaira	Palotina	

Microrregião 289 - Sudoeste Paranaense

Ampère	Francisco Beltrão	Realeza
Barracão	Itapejara do Oeste	Renascença
Bela Vista da Caroba	Manfrinópolis	Salgado Filho
Boa Esperança do Iguaçu	Mariópolis	Salto do Lontra
Bom Jesus do Sul	Marmeleiro	Santa Izabel do Oeste
Bom Sucesso do Sul	Nova Prata do Iguaçu	Santo Antonio do Sudoeste
Capanema	Nova Esperança do Sudoeste	São João
Chopinzinho	Pinhal de São Bento	São Jorge do Oeste
Coronel Vivida	Pato Branco	Saudade do Iguaçu
Cruzeiro do Iguaçu	Pérola do Oeste	Sulina
Dois Vizinhos	Planalto	Verê
Enéas Marques	Pranchita	Vitorino
Flor da Serra do Sul		

Microrregião 290 - Campos de Guarapuava

Campina do Simão	Guarapuava	Porto Barreiro
Candói	Inácio Martins	Quedas do Iguaçu
Cantagalo	Laranjeiras do Sul	Reserva do Iguaçu
Espigão Alto do Iguaçu	Marquinho	Rio Bonito do Iguaçu
Foz do Jordão	Nova Laranjeiras	Turvo
Goioxim	Pinhão	Virmond

Microrregião 291- Médio Iguaçu

Bituruna	General Carneiro	Paula Freitas
Clevelândia	Honório Serpa	Paulo Frontin
Coronel Domingos Soares	Mangueirinha	Porto Vitória
Cruz Machado	Palmas	União da Vitória

FONTE: Sistema Estadual de Informações da Base Pública (BPUB)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AFFONSO, José Roberto Rodrigues. **Descentralização fiscal na América Latina : um estudo de caso do Brasil**. Chile : Cepal, 1994.
- 2 AFFONSO, Rui de Britto Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : Unesp, 1995.
- 3 ALBUQUERQUE, Carlos Augusto C. Desafios do Paraná. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1995, p.35-48.
- 4 AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. (Tese de livre docência). São Paulo : FEA/USP, 1985, p. 4-25 e 139-171.
- 5 AZZONI, C. R.; VIEIRA, C.A. Fatores determinantes das escolhas locacionais em São Paulo. In: **Onde produzir? aplicações da teoria da localização no Brasil**. São Paulo : IPEA/USP, 1985, p. 203-229.
- 6 BANDEIRA, Pedro Silveira. A economia da Região Sul. In: AFFONSO, Rui de Britto Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : Fundap/Unesp, 1995, p. 225-251.
- 7 BANDEIRA, Pedro Silveira. Região Sul e as estratégias estaduais de desenvolvimento. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1994, p. 17-27.
- 8 BANDEIRA, Pedro Silveira. Região Sul, o Mercosul e a Federação Brasileira. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1995, p.3-12.
- 9 BARBOSA de Oliveira, Carlos Alonso. Quinze anos depois : comentários sobre o texto "Paraná-Economia e sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1994.
- 10 BOISIER, Sérgio. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional : teorias e métodos de análise**. Fortaleza : BNB-ETENE, p. 589-694, 1989.
- 11 CARLEAL, L. M. F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L.; CARLEAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo : ANPUR/HUCITEC, 1993, p. 35-58.
- 12 CARMO, José Henrique do. O Paraná : sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1981, p.33-59.
- 13 CASTRO, Demian. Aspectos da guerra fiscal no Brasil : a política de incentivos fiscais no Paraná. In: **Projetos : aspectos da guerra fiscal no Brasil**. São Paulo : Fundap, 1997.
- 14 CASTRO, Demian. **Paraná : economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Curitiba, 1997.

- 15 CASTRO, Demian. **Paraná : economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília : IPEA, 1999.
- 16 CASTRO, Demian. **Indústria. Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba : IPARDES, 1994, p. 27-50.
- 17 CIMINELLI, Rossana Ribeiro; MARANHÃO, Eron José. **A dinâmica do emprego no terciário paranaense. Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 8, n. 4, 1986.
- 18 DINIZ, C. C.; LEMOS, M.B. **Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil**. In: **Para a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990, p.161-199.
- 19 DORIA, Pedro Ricardo. **Desenvolvimento do Paraná : desconcentração industrial e o falso dilema agricultura ou indústria**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1978, p. 9-56.
- 20 DOWBOR, Ladislau. **Governabilidade e descentralização**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1994.
- 21 FAYET, Luis Antonio. **Economia do Paraná**. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1977, p.75-93.
- 22 FIORI, José Luiz. **Ajuste, transição e governabilidade : o enigma brasileiro**. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luiz (Org.). **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993. p. 21-74.
- 23 FIORI, José Luiz. **O federalismo diante do desafio da globalização**. In: AFFONSO, Rui de Britto Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **A federação em perspectiva : ensaios selecionados**. São Paulo : Fundap, 1995.
- 24 FUNDAP. **Projetos : aspectos da guerra fiscal no Brasil**. São Paulo : 1997.
- 25 GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades regionais e federalismo**. In: AFFONSO, Rui de Britto Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo : Fundap/Unesp, 1995, p. 13-59.
- 26 GOLDEINSTEIN, Lidia. **Repensando a dependência**. Campinas : Unicamp, 1994.
- 27 IPARDES. **Considerações iniciais sobre o setor terciário na economia paranaense**. Curitiba, 1977.
- 28 IPARDES. **Desempenho financeiro da administração pública do Paraná**. **Análise Conjuntural**. Curitiba, 1995, p. 1-4.
- 29 IPARDES. **Diagnóstico da base produtiva do Paraná-anos 80**. Curitiba, 1991.
- 30 IPARDES. **Diagnóstico das finanças públicas do Paraná**. Curitiba, 1991.
- 31 IPARDES. **Estrutura e dinâmica do emprego no terciário paranaense**. Curitiba, 1991.
- 32 IPARDES. **Paraná : economia e sociedade**. Curitiba, 1982.

- 33 IPARDES. **O Paraná reinventando** : política e governo. Curitiba, 1989, p. 55-73.
- 34 IPARDES. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba, 1994.
- 35 LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. Agricultura. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba : IPARDES, 1994, p. 12-27.
- 36 LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. **O Paraná nos anos 70** (Dissertação de Mestrado). Campinas : Unicamp, 1986.
- 37 LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. **Paraná** : desenvolvimento exitoso de um estado brasileiro. UFPR, 1997. (Mimeo).
- 38 LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro. Referências das economias brasileira e internacional. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1994, p. 5-11.
- 39 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Determinantes do ciclo de investimentos industriais no Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 19, n. 7-8, p. 3-11, jul./ago. 1997.
- 40 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia paranaense : cenários 1998-2007. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 19, n. 5-6, p. 3-10, maio/jun. 1997.
- 41 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia paranaense : novos cenários 1998-2010. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 21, n. 1-2, p. 3-12, jan./fev. 1999.
- 42 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Expansão recente da economia paranaense : componentes estruturais e conjunturais. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 17, n. 3-4, p. 20-26, mar./abr. 1995.
- 43 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Oportunidades regionais no Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 19, n. 9-10, p. 1-42, set./out. 1997.
- 44 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Paraná : aspectos institucionais do novo ciclo econômico. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 20, n. 5-6, p. 13-15, maio/jun. 1998.
- 45 MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Batista de. Paraná : premissas para uma política econômica. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba.: IPARDES, 1969, p. 7-20.
- 46 MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Batista de. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba.: IPARDES, 1994, p. 5-16.
- 47 MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Batista de. O planejamento e a industrialização regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1973, p. 41-58.
- 48 MARQUES DIAS, Maria Luiza M. S. Demandas sociais. **Temas Estratégicos para o Paraná**. Curitiba : IPARDES., 1994, p. 63-77.

- 49 MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo.: Fundap/Unesp, 1995, p. 60-91.
- 50 NOGUEIRA, Júlio Cesar de A.; MACEDO, Mariano de Matos. **Análise das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul**. s.l., 1995.
- 51 NOJIMA, Daniel. Conjuntura Econômica do Paraná. **Análise Conjuntural**. Curitiba : IPARDES, v. 17, n. 1-2, p. 24-26, jan./fev. 1995.
- 52 OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984)**. Curitiba : Hucítec, 1995.
- 53 OSÓRIO, Héctor Hernán Gonzalez. Estado. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba : IPARDES, 1994, p. 77-98.
- 54 PASSOS, Carlos Arthur K. As condições gerais que afetam a indústria do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : 1975, p. 9-40.
- 55 RAGGIO, Nadia Zaiczuk. Emprego. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba : IPARDES, 1994, p. 50-61.
- 56 ROLIM, Cassio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness : as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 49-100, set./dez 1995.
- 57 TAVARES, Maria da Conceição. Ajustes e reestruturação nos países centrais : a modernização conservadora. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luiz (Org.) **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993. p. 21-74.
- 58 TAVARES, Maria da Conceição. As políticas de ajuste no Brasil : os limites da resistência. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luiz (Org.) **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993. p. 75-126.
- 59 VALLE MAGALHÃES, Marisa. **O Paraná e as migrações – 1940-1990**. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte : Cedeplar, 1996.
- 60 VALLE MAGALHÃES, Marisa; MOURA, Rosa. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas últimas duas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba : IPARDES, 1996, p. 3-21.